

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GIL VICENTE, LISBOA

deBatEs



13>14 ABRIL 2019

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GIL VICENTE, LISBOA

ÍNDICE

	2
	(1)
	13
MOÇÃO S	20
	3(
INFORMAÇÕES LÍTEIS	7.

PROGRAMA

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GIL VICENTE, LISBOA

DIA 13 DE ABRIL

09h30: Credenciação

10h00: Abertura

10h30 - 13h00: Sessões de discussão temáticas

13h00 - 14h30: Almoço

14h30 - 18h00: Debate das moções apresentadas

20h00: Jantar

23h00: Festa

DIA 14 DE ABRIL

10h30: Encerramento do debate entre moções

11h30: Votações

12h00: Encerramento da VII Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

REGULAMENTO DA VII CONFERÊNCIA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

1. CONVOCAÇÃO

- 1.1. O processo preparatório da VII Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda inicia-se com a sua convocação, pela Mesa Nacional, a 16 de fevereiro de 2019.
- 1.2. A VII Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda é convocada para os dias 13 e 14 de abril de 2019.
- 1.3. A abertura do processo da Conferência Nacional é assinalada pela comunicação, por e-mail e carta, a todos/as os/as aderentes, dos prazos e procedimentos de debate e votação, bem como da sessão final da Conferência Nacional.

2. PARTICIPANTES

- 2.1. São participantes da VII Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda todos/as os/as aderentes do Bloco, até aos 26 anos inclusive, e que tenham pago a sua quota relativa ao ano de 2019 até à Conferência.
- 2.2. Podem participar como convidados/as sem direito a voto ou intervenção todos/as aderentes do Bloco de Esquerda.

3. COMISSÃO ORGANIZADORA

- 3.1. A Mesa Nacional nomeia como Comissão Organizadora da Conferência (COC) Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda as camaradas Catarina Alves, Mariana Olho Azul e Sara Azul.
- 3.2. A partir da entrega de listas concorrentes à VII Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda, cada uma designará um/a representante para a comissão organizadora.

3.3. Compete à COC a responsabilidade do processo preparatório da VII Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras: a logística, informação e finanças da Conferência; o cumprimento, a nível nacional, das datas e prazos estabelecidos no presente regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios, através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias e a sistematização da informação sobre os debates preparatórios.

4. MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA E LISTAS CANDIDATAS À COORDENADORA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

- 4.1. Só são admitidas moções de orientação que sustentem lista candidata à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda, que tenham um limite máximo de 25.000 caracteres e sejam subscritas por um mínimo de 25 aderentes até aos 26 anos inclusive.
- 4.2. Só são admitidas listas candidatas à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda compostas por um máximo de 11 efetivos/as e 9 suplentes, que cumpram o critério da paridade e que sejam sustentadas por moções de orientação política.
- 4.3. O prazo de entrega de moções e listas termina às 24h do dia 20 de março.
- 4.4. As moções serão publicadas no site do Bloco e enviadas por e-mail a todos/as os/ as aderentes até aos 26 anos inclusive no dia 22 de março.

5. TEXTOS DE CONTRIBUTO

- 5.1. Os textos de contributo podem ser subscritos por um ou mais aderentes até aos 26 anos inclusive, tendo no máximo de 4.000 caracteres.
- 5.2. O prazo de entrega dos textos de contributo é dia 5 de abril, que serão distribuídos em boletim deBatEs via e-mail a todos os aderentes até ao dia 6 de abril.

6. DEBATES PREPARATÓRIOS

6.1. Os debates das moções decorrerão de 1 a 7 de abril.

7. VII CONFERÊNCIA NACIONAL

- 7.1. A VII Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda realiza-se a 13 e 14 em Lisboa.
- 7.2. A VII Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda é aberta a todos/as os/ as participantes nos termos do artigo 2°.
- 7.3. A VII Conferência nacional tem a seguinte ordem de trabalhos:

DIA 13 DF ABRIL:

09h30: Credenciação

10h00: Abertura

10h30 - 13h00: Sessões de discussão temáticas

13h00 - 14h30: Almoço

14h30 - 18h00: Debate das moções apresentadas

20h00: Jantar

23h00: Festa

DIA 14 DE ABRIL:

10h30: Encerramento do debate entre moções

11h30: Votações

12h00: Encerramento da VII Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

8. CASOS OMISSOS

8.1. Todos os casos omissos serão decididos pela Comissão Organizadora da Conferência (COC).

Calendário simplificado:

20 DE MARÇO: Data limite de entrega de moções e listas

5 DE ABRIL: Data limite de entrega de textos de contributo

1 A 7 DE ABRIL: Debates preparatórios entre as listas nos vários distritos

13 E 14 DE ABRIL: VII Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

MOÇÃO C CRÍTICA, CONSTRUTIVA E SOCIALISTA

Vivemos num mundo capitalista e patriarcal, cujas consequências se fazem sentir em todas as pessoas, de diferentes idades. Todavia, algumas das consequências do sistema em que vivemos agravam-se para as pessoas mais jovens, desde o trabalho precário à violência do conservadorismo.

As pessoas mais jovens são alvos de precariedade, muitas vezes por não estarem familiarizadas com todos os contornos dos seus contratos de trabalho e são quem tem mais dificuldade em integrar-se nos respetivos sindicatos.

Somos a geração que vê com receio o futuro, num mundo cujos recursos são explorados sem critérios de sustentabilidade, mesmo em Portugal as grandes empresas passam impunes aos crimes ambientais de que são culpadas.

A vida parece aproximar-se irremediavelmente dos grandes centros urbanos, ficando o interior quase ao abandono, resultando numa frustração das novas gerações, que muitas vezes se sentem forçadas a mudar de cidade para construir a sua vida.

Somos a geração com mais dificuldade em defender-se do machismo, da bifobia, da transfobia, da homofobia e do racismo, em todas as formas que estas violências conservadoras assumem.

E todos estes problemas são sempre agravados nas famílias mais pobres, um mundo em que umas pessoas crescem sem recursos, enquanto que outras crescem com todos os recursos é um mundo desigual, onde a meritocracia cairá em falácias.

É uma injustiça o sacrifício enorme que algumas famílias têm de suportar para xs seus filhxs

poderem frequentar o ensino superior, injustiça essa que só será resolvida quando as propinas acabarem e a ação social for suficiente.

A escola básica e secundária continua a formatar as crianças e adolescentes no sentido da produtividade capitalista, desprezando as artes e os problemas sociais do mundo que existe do outro lado das paredes, resultando numa educação alienada e despolitizada.

Com o acordo com o PS, foi possível parar a austeridade dos governos da direita, subservientes do grande capital, foi possível o aumento do salário mínimo, a redução das propinas, entre outras vitórias. Apesar de cumprirmos alguns objetivos, não foi possível ir além dos interesses instalados do PS, ficando os problemas por resolver na sua raiz, como a renegociação da dívida.

A nível internacional, o crescimento da extrema direita é preocupante, estando associado ao crescimento de políticas xenófobas. O caso de Donald Trump, nos E.U.A., é gritante, tendo ele, em 2019, parado o governo durante mais de um mês, deixando quase um milhão de trabalhadorxs da função pública sem ordenado por tempo indefinido, para forçar o parlamento a aceitar unilateralmente as suas decisões. Nomeadamente, a construção de um muro físico na fronteira entre o México e os E.U.A., símbolo das fraturas que a xenofobia produz. Estes comportamentos são sintomáticos do fascismo, e não podem ser tolerados.

Na Europa, a crise dxs refugiadxs mostrou como os valores Europeus estão mais voltados para servir os interesses económicos do que os interesses humanitários. É importante haver uma postura crítica da União Europeia, difícil num contexto em que a comunicação social trata qualquer opinião crítica como antieuropeísta.

O BE está na linha da frente de todas estas lutas e com esta moção de orientação política pretendemos contribuir de forma crítica e construtiva para soluções socialistas para as problemáticas que afetam xs jovens.

EMPREGO DIGNO

É verdade que o desemprego jovem diminuiu, mas ausência de desemprego não é sinónimo de

pleno emprego. Se fugirmos do primeiro estamos a passos largos de uma autêntica mercantilização das relações laborais, onde a lógica da oferta e da procura impera, o que conduz a uma desvalorização dx trabalhadorx, uma capacidade negocial reduzida a zero frente ao patronato, o que tem que ser travado. A máxima tem que ser por um posto de trabalho efetivo, um contrato com todos os direitos o que significa que, os estágios, os contratos a termo têm que ser exceção e não a regra.

Entre xs jovens não é o que se verifica, em regra, todxs começamos os primeiros passos profissionais através de estágios, essencialmente não remunerados ou os famigerados estágios IEFP. Na verdade, se o fim das propinas é um importante passo para que se afirme a igualdade de oportunidades não menos o é terminar com os estágios não remunerados e regulamentar condições mínimas para os estágios. Caso contrário, a igualdade de oportunidades volta a ser negada, pois após uma licenciatura, quiçá um mestrado, obviamente, não é para todxs um estágio não remunerado. Agrava o facto de, em algumas áreas, o acesso à profissão depender desse estágio, o que faz nascer um "estado de necessidade" tal que culmina na sujeição a trabalhos completamente precários - e, em última instância, uma elitização no próprio acesso a certas profissões.

Para as pessoas com diversidade funcional, além das barreiras físicas do dia-a-dia, acresce as barreiras burocráticas demoradas e desnecessárias só para poderem aceder ao apoio na procura de emprego. A dificuldade de jovens com diversidade funcional de aceder a emprego digno é enorme e é grave. Viver no desemprego com subsídios do Estado que são claramente insuficientes para construir uma vida independente, é revoltante.

Face à realidade do trabalho precário, é fundamental xs jovens integrarem-se em (ou construírem) sindicatos, onde poderão reivindicar os direitos associados às suas atividades profissionais. Sendo sabido que, por vezes, há uma maior dificuldade por parte de pessoas jovens em integrarem-se em sindicatos e sabendo que também há uma dificuldade acrescida em compreender os contornos dos primeiros contratos de trabalho, é relevante a coordenadora

nacional de jovens (CNJ), em articulação com a coordenadora nacional do trabalho, no BE, promover a organização de jovens pelo direito ao trabalho digno, nos seus vários contornos.

ECOSSOCIALISMO

Há uma consciência crescente, nas novas gerações, da urgência das políticas ambientalistas, como foi evidenciado pela elevada adesão à greve climática estudantil.

Urge desenvolver uma economia circular, capaz de otimizar a utilização dos diversos recursos, com o mínimo de desperdício. O capitalismo verde tenta resolver a crise ambiental através da criação de novas formas de negócios que, contudo, continuam subservientes da política capitalista que produziu a crise ambiental em primeiro lugar. No fundo, é o grande capital a tentar apoderar-se de um novo mercado, sem soluções verdadeiras e transversais às diferencas de classe.

O ecossocialismo é a solução verdadeira, pois procura uma mudança estrutural e profunda dos meios de produção e distribuição, indo à raiz do problema. Aborda o ambiente de forma holística, sabendo que as pessoas são dependentes da natureza e que sem uma mudança social estrutural, não poderá haver resolução verdadeira.

O ativismo ambientalista, por um lado, tem de ser internacional, visto que a poluição não conhece fronteiras. Por outro lado, tem de ser local, visto que cabe a cada pessoa contribuir para um mundo mais sustentável, o que inclui exigir, junto dos órgãos de decisão local medidas ambientais. Todavia, é fundamental compreender que a origem do problema está na grande indústria, sendo necessário, portanto, uma regulamentação mais apertada. Temos de abolir o paradigma segundo o qual o planeta é feito para os mercados e responsabilizar quem realmente contribui para a maior parte das alterações climáticas e da poluição.

A crise ambiental poderá parecer distante, mas já nos bateu à porta, não se limita ao futuro, faz-se sentir hoje, seja na existência de refugiadxs climáticos, seja no colapso evidente da biodiversidade, a desflorestação, entre outras situações. No rio Tejo, por exemplo, várias fábricas que despejam poluentes têm passado impunes, devido à vista grossa do Ministro do

Ambiente. Espanha mantém uma central nuclear e um armazém de resíduos nucleares junto desse mesmo rio, com planos de lá ficar por mais vinte anos.

Algumas pessoas tentam vender a energia nuclear como verde, mas a extração de urânio e os riscos de um acidente nuclear estão muito longe de serem uma alternativa.

É fundamental uma transição energética, que nos liberte da dependência dos combustíveis fosseis, e essa transição tem de colocar de lado a energia nuclear, apostando-se no investimento em energia eólica e solar. Portugal tem ultrapassado recordes na produção de energia renovável, mostrando que é uma alternativa possível. Resta-nos fazer campanha por um investimento público nestas energias e pela renacionalização do sistema elétrico Português.

INTERIOR

No interior há cada vezmenos jovens, não porfalhas na natalidade, como os partidos conservadores de direita afirmam, mas pela incapacidade crónica do interior do país em manter as populações mais jovens atraídas às suas terras de origem, ou de atrair pessoas novas para essas zonas. De facto, o vazio de atividade e investimento no interior tem provocado um êxodo, muitas vezes forçado, de jovens que sentem que não podem construiu uma vida emancipada nas regiões onde nasceram e cresceram.

Algumas das principais razões para este êxodo de jovens para os grandes centros urbanos, incluem a falta de bom emprego nas suas regiões, não só o emprego não precário, mas o trabalho que se adeque às características da pessoa. Outros fatores incluem a degradação dos serviços públicos, muito mais evidente no interior, onde muitas vezes nem há transportes públicos, em condições, para o necessário acesso aos serviços de saúde. A situação dos serviços públicos tem-se agravado devido ao esvaziamento dos serviços sociais.

Outro fator importante, é a inclusão da diversidade das pessoas, que é fundamental para uma vivência plena e emancipada. Não basta sentir que podemos ter um bom emprego na nossa "pequena" cidade do interior, porque se não sentirmos que fazemos parte da vida pública,

então ficamos impotentes, ou pior, entediadxs. Neste sentido, construir espaços abertos e as bases para uma vida livre de preconceitos sociais será um passo fundamental.

Para resolver algumas destas questões, são necessárias reformas de esquerda mais profundas que aquelas que o PS está disposto a ceder. O processo de descentralização promovido pelo PS, com o apoio do PSD, é um simulacro que não tem corrido bem, por não vir acompanhado de um projeto político verdadeiramente focado em descentralizar o país e colmatar os respetivos desequilíbrios.

A descentralização de competências não vem acompanhada de um envelope financeiro para responder às necessidades locais, vai-se tornar apenas numa centralização de poder nxs Presidentes de Câmara. Na prática, está-se a verificar uma desresponsabilização encapotada do Estado, que delega funções onde poderá não haver a capacidade de as exercer. Mais preocupante, ainda neste contexto, é a transferência de competências para órgãos não eleitos, minando ainda mais a voz das populações locais.

Um caso gritante de desigualdade territorial está no recente investimento no transporte público. O objetivo é reduzir o preço dos passes, o que em si é um objetivo positivo. Todavia, enquanto que para Lisboa e Porto vão 88 milhões de euros, para a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Médio Tejo e para a CIM da Lezíria do Tejo, couberam, respetivamente, 893 mil e 63 mil euros. Contudo, há um movimento pendular de milhares de pessoas, todos os dias, de casa para o trabalho e do trabalho para casa entre estas zonas e a área metropolitana de Lisboa. O custo e tempo perdido em transportes é uma injustiça que se continua a agravar para quem vive na periferia e no interior do país, o BE propôs que a redução dos passes fosse mais alargada e equilibrada ao longo do país. É fundamental que a luta dxs jovens do BE por transportes públicos de qualidade não se limite aos centros urbanos de Lisboa e do Porto.

As problemáticas do interior revelam a necessidade de uma atividade autárquica mais forte por parte do BE. Há dificuldades acrescidas de ativismo jovem do BE em várias zonas do interior e em especial as mais isoladas.

Neste sentido, também é importante xs jovens sentirem-se integradxs na vida autárquica do BE, como meio de dar voz às questões dxs jovens locais. Há um conjunto de obstáculos a ter em conta, nomeadamente, o peso local que as câmaras municipais têm em toda a vida das regiões, muitas vezes influenciando a própria oferta de emprego. Consequentemente, muitas pessoas ficam com receio de se organizar em movimentos de esquerda, porque essas mesmas câmaras municipais são quase sempre controladas pelo centrão do PSD e PS.

Por fim, referimos a reduzida oferta cultural que existe no interior, a maior parte da qual está subserviente do mercado.

É importante a CNJ, em conjunto com o grupo de trabalho autárquico e organizações locais do BE, apoiar xs jovens locais nas reuniões dos respetivos conselhos municipais de juventude e incentivar à participação nos mesmos.

O interior do país não deve ser estanque, isolado nem desertificado. Deve-se procurar torná-lo convidativo a qualquer pessoa que lá queira viver, e isso passa sempre pelo emprego digno, pelos serviços públicos eficientes, pela igualdade social e acesso à cultura, bandeiras que a esquerda terá sempre presentes.

EMANCIPAÇÃO QUEER E FEMINISTA

O BE tem conseguido várias vitórias para os direitos das mulheres e das pessoas Queer. Contudo, a maioria das vitórias são do ponto de vista legislativo. Apesar dessas vitórias serem muito importantes, seja na autodeterminação de género, na adoção de crianças por casais do mesmo sexo, entre outras, ainda são incompletas. Além da legislação, é fundamental haver uma mudança cultural e social profunda, capaz de incluir e respeitar, verdadeiramente, todas as pessoas.

Para essa mudança radical, além dos ativismos que já são realizados, a arte e a literatura têm um papel fundamental. Incentivar a criação de uma cultura mais aberta e menos patriarcal, menos focada no homem cis hétero normativo, poderá ter resultados positivos na forma como o papel da mulher na sociedade é visto e na forma como as pessoas Queer são tratadas. Visto que o denominador comum do machismo e Igbti-fobia de todos os tipos é a sociedade e cultura patriarcal.

As pessoas Queer são tratadas como se fossem raridades de outro mundo, quando na verdade são pessoas normais, que fazem parte de qualquer sociedade e que existem em todo o lado. Valorizar a diversidade é um passo fundamental e xs jovens têm imenso potencial para contribuir para essa mudança.

A campanha por um ensino de cidadania e igualdade de género é fundamental nesse processo, de modo a acabar de vez com a normalização do assédio e da violência no namoro. Por outro lado, é necessário combater as diferenças salariais entre homens e mulheres, além de combater os obstáculos adicionas que são impostos às mulheres na progressão das suas carreiras profissionais. O ensino e a sociedade devem eliminar os estereótipos sexistas a todos os níveis, desde o trabalho às cores que cada qual gosta. Os programas escolares devem enfatizar mais a importância dos movimentos sociais do século XX e condenar os erros do passado.

A CNJ tem um papel importante no apoio aos movimentos sociais que promovem tanto a luta feminista como a luta Queer. E deve opor-se à mercantilização das lutas feminista e Queer, quando esvazia o conteúdo político em prol do lucro.

LUTA ANTI-RACISTA

As pessoas que migram de outros países para Portugal devem ser integradas e respeitadas, procuram um lugar que lhes ofereça melhores condições de vida e trazem consigo a sua cultura e costumes, na forma habitual de vivência bem como na forma de se sentirem ligadas à sua terra. Essa bagagem, da diversidade das pessoas e culturas, é de valorizar num mundo livre de opressões.

Temos de recusar o racismo institucional, que existe desde as escolas até à polícia. Os recentes acontecimentos no bairro da jamaica, bem como a reação social mostraram que, infelizmente, ainda existe um racismo bastante enraizado na nossa sociedade.

No ensino, é necessário desconstruir o colonialismo Europeu e mostrar que a diversidade humana é positiva para a sociedade. As desigualdades são profundas e têm resultado num enviesamento no acesso ao próprio ensino superior, onde pessoas afrodescendentes são uma minoria. É necessário receber xs refugiadxs, dando-lhes condições de vida digna, para se incluírem inteiramente na vida pública. E é necessário combater por uma outra lei da nacionalidade, que facilite e desburocratize todo o processo de nacionalização Portuguesa, a quem vive e trabalha cá e respetivxs filhxs.

INCLUSÃO DA DIVERSIDADE FUNCIONAL

As empresas, estabelecimentos e fábricas não se encontram preparadas para empregar pessoas com diversidade funcional, contribuindo desta forma para que as suas lutas diárias ainda sejam menos inglórias. Apesar de terem sido criados diversos subsídios que visam promover a autonomia económica dxs portadores de deficiência, são pensões mínimas que nem sequer chegam para as despesas diárias ou mensais básicas, como a compra de medicamentos e de equipamentos necessários para ter alguma qualidade de vida (bengalas para pessoas invisuais, cadeiras de rodas...).

Apesar de terem sido criadas algumas áreas de leitura especial (Braille) destinadas a pessoas cegas, a produção e transcrição de livros tornase ultrapassada e insuficiente, não atingindo em grande parte as preferências dxs leitorxs. A produção destes livros deve ser uma prioridade do governo, para que a cultura seja de todas as pessoas. Devem ser canalizadas verbas para apoiar as pessoas com diversidade funcional no acesso à cultura.

Todas as escolas têm de ter oferta de língua gestual Portuguesa para xs estudantes, é uma luta decisiva na inclusão da diversidade funcional. Bem como a formação de todxs xs professorxs no sentido de inclusão plena de pessoas com diversidade funcional. Essa formação ser universal a todo o corpo docente impede a segregação dessas crianças e adolescentes em turmas "especiais" para o efeito.

SAÚDE

O acesso universal à saúde pública de qualidade é uma luta permanente do BE. Como sempre, as famílias pobres são as mais vulneráveis, o acesso gratuito e não burocrático a todos os cuidados de saúde é uma luta necessária, que inclui a exigência por mais investimento público. Esse investimento na saúde não se pode limitar às estruturas, tem de incluir a contratação, com direitos, de mais pessoal.

É na juventude que começa, também, a saúde preventiva. Nesse sentido, a promoção de hábitos de vida saudáveis, informados e conscientes, é relevante e um passo necessário para uma vida emancipada e independente.

A saúde preventiva não se deve limitar à saúde física, deve incluir a saúde mental. De facto, o mundo de hoje, tão obcecado pela produtividade capitalista, tem levado a um excesso de ansiedade, que se tem traduzido em números crescentes de depressão entre outros problemas de saúde mental. Efetivamente, mais de 25% dxs estudantes adolescentes apresentam sintomas de depressão.

Tradicionalmente, a saúde mental tem sido colocada em segundo plano, resultando, muitas vezes, em estigma e incompreensão social. Sensibilizar as pessoas para a saúde mental é um passo importante para a sua prevenção e cura.

A educação sexual séria, nas escolas, é outro exemplo de saúde preventiva e não se deve focar apenas em pessoas cis hétero normativas, tem de se expandir às necessidades de pessoas trans e não heterossexuais. É necessário acabar com o pudor muitas vezes associado à educação sexual, de modo a torná-la muito mais séria e capaz de promover a saúde das pessoas jovens.

É preciso acabar com o estigma social, o paternalismo e a recriminação dxs jovens que consomem drogas, sejam leves ou pesadas. A luta pela legalização das diferentes drogas é uma luta pela sua regulamentação, pelo consumo consciente e informado, que não vai existir enquanto o assunto for abordado com o preconceito conservador que parece invadir, nos últimos tempos, o debate público. Ainda sobre o consumo de drogas, as salas de consumo assistido, conhecidas por "salas de chuto", estão avassaladoramente comprovadas como eficazes na prevenção e promoção da saúde pública.

DIREITO À CIDADE

O direito à cidade vai além da habitação, inclui a acessibilidade de todas as pessoas, inclui

a existência de transportes públicos bons e acessíveis, inclui espaços verdes, de lazer e de cultura, de livre acesso e não restritos a uma elite de turistas. Os espaços públicos devem ser geridos de forma aberta e democrática, não permitindo que sejam controlados pelo mercado do turismo, que resulta na gentrificação.

O turismo deve ser regulamentado e deve promover o interesse público. Se nas grandes cidades tem roubado espaço às pessoas, noutras regiões mais isoladas do interior do país, pode ter o potencial de aumentar o movimento e valorização dessas regiões. É fundamental que as cidades históricas tenham o seu património acessível a toda a população e que sejam os órgãos eleitos democraticamente a gerir tais espaços, sejam os castelos, palácios e igrejas das classes do poder, sejam as minas e fábricas das classes operárias, espaços que, nas cidades, tendem a ser esquecidos.

No direito à cidade, contudo, o problema mais gritante é o da habitação, que se tem tornado numa barreira à emancipação e independência dxs jovens. Blindadas com rendas exorbitantes, torna-se quase impossível ou até mesmo impensável alugar uma casa, ou simplesmente um pequeno quarto. No caso dxs estudantes, para quem estuda longe de casa, aliadas à renda, existem sempre outras despesas, as propinas da faculdade, alimentação, livros e tudo aquilo que advém do quotidiano de quem estuda. Apesar de existirem residenciais estudantis estas muitas vezes tornam-se insuficientes face ao número de estudantes, deixando-os numa preocupante situação de precariedade.

A lei de Assunção Cristas aprovada no governo PSD/CDS-PP, liberalizou por completo o mercado da habitação, provocando uma vaga de despejos nos centros urbanos. Com esta lei, os senhorios passaram a concretizar aumentos no valor de mais de 100% do valor das rendas e muitos fizeram bulling imobiliário, criando despejos. Os problemas da habitação também se estendem aos bairros sociais, visto que estes estão completamente degradados e com falta de manutenção, e a maioria esmagadora não tem intervenções faz mais de 30 anos.

A crise da habitação conduz a fenómenos de perda de identidade dos bairros e a uma drenagem cultural, mas também afasta xs mais jovens, transformando os centros urbanos em "centros hoteleiros".

O Estado deve assegurar uma habitação digna para todxs, como a Constituição assim contempla. Portugal só tem 2% de habitação pública, muito baixo em relação à UE! Enquanto socialistas, temos de exigir um serviço nacional de habitação, que permita, de uma vez por todas, que toda a gente tenha uma casa onde viver, independentemente da sua condição socioeconómica, passo fundamental para acabar com a crise habitacional.

CULTURA E ARTE

O ensino artístico, e as respetivas carreiras, não pode ser colocado em segundo plano. É quase impossível para jovens mais pobres enveredar por essas carreiras, que muitas vezes envolve terem de se deslocar para outras cidades e/ou para o ensino privado. É fundamental a escola pública ter uma oferta completa e satisfatória para o ensino artístico.

O acesso gratuito à arte e cultura tem benefícios, sejam individuais, coletivos, ou políticos, encontrar formas de democratizar o acesso à arte é importante para uma sociedade pensadora e crítica, capaz de lutar pela sua liberdade. Por outro lado, não pode ficar de lado a valorização da carreira profissional dxs artistas.

Trump quer que Portugal invista mais de 1% do PIB nas forças armadas, nós temos de gritar: em vez de mais de 1% para a guerra, mais de 1% para a cultura!

ESCOLA EMANCIPADA

O conservadorismo estrutural que existe nas escolas reflete-se na falta de democracia, no preconceito institucional e num panorama de ensino viciado na otimização monolítica da produção de dinheiro. O conhecimento é apenas valorizado enquanto meio para se entrar num curso superior, com o argumento de ser um pré-requisito para um bom emprego. Quando na verdade toda a gente, independentemente da formação, tem direito a um emprego digno. Depois, quando há estudantes com mais dificuldades ou aprendizagem lenta no ensino

básico, são muitas vezes recambiados para cursos profissionais de pouca qualidade, com o pretexto de que é a melhor forma de encontrarem trabalho.

Há um défice de formação cívica nas escolas, que se reflete numa despolitização preocupante. Aliado a esse défice, a segregação precoce de estudantes em humanidades e ciências, muitas vezes pressionando xs estudantes em direção à oferta de emprego, dificulta a existência de uma educação plena e capaz de satisfazer x estudante enquanto pessoa que é, e não enquanto máquina, na engrenagem capitalista.

Por fim, o investimento no ensino básico e secundário é fundamental, e deve incluir e expandir as condições de trabalho dxs professorxs. Isso será mais importante para uma aprendizagem de qualidade do que a subserviência a exames nacionais.

ENSINO SUPERIOR SEM ELITISMOS

O Ensino Superior tem preços proibitivos, esses preços filtram as pessoas com mais dificuldades financeiras, resultando num elitismo injusto. Esse elitismo aprofunda as desigualdades sociais, visto que quem nasce em famílias mais ricas tem acesso facilitado a formação superior e a um leque mais alargado de melhores profissões. Enquanto que quem tem o azar de nascer em famílias mais pobres, muitas vezes, desiste de ter uma formação superior e de seguir a sua carreira profissional desejada. E este ciclo aprofunda-se com cada aumento do preço dos quartos, com cada burocracia redundante dos serviços de ação social, com as propinas, com os custos do material escolar, dos livros, impressões, dos transportes, da comida...

O BE conseguiu reduzir as propinas, uma vitória histórica que provou que é possível um modelo diferente de financiamento do Ensino Superior, agora é necessário continuar a insistir e a lutar, até à propina zero. Contudo, a campanha não se pode limitar à propina zero, é fundamental que a luta seja pela igualdade do acesso ao ensino superior público, que terá de incluir apoios de Ação Social mais completos, que não se limitem a pagar as propinas, mais residências e com condições dignas.

É necessário combater todas as formas de mercantilização do Ensino Superior, encapotadas, por exemplo, nos regimes Fundacionais a que algumas Universidades públicas aderiram. É preciso combater a visão dx estudante enquanto diente e valorizar mais a sua voz na tomada de decisão. O modelo de gestão do Ensino Superior tem de se tomar mais democrático, urge uma revisão aprofundada do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e da estrutura dos cursos, por exemplo, o processo de Bolonha desvalorizou bastantes cursos com razões economicistas por trás.

A praxe abusiva tem de ser impedida, é urgente sensibilizar e alertar xs estudantes sobre as práticas da praxe, mostrando que há formas alternativas de integração dxs estudantes, recusando quaisquer tipos de tradições que perpetuem o machismo, a lgbti-fobia e as hierarquias verticais.

NOVAS TECNOLOGIAS

Vivemos e nascemos num mundo tecnológico, onde toda a gente está ligada pela internet. Essa realidade recente traz consigo novos paradigmas para a democracia como a conhecemos. Tanto pelo lado positivo como pelo negativo.

Se por um lado a internet permite a livre divulgação de informação e liberdade de expressão política, por outro lado, tem aberto espaço a grupos de extrema direita, que parecem ampliados pelas redes sociais. Mais preocupante, a divulgação descontrolada de "fake news" traz problemas sérios ao debate político.

O Artigo 13 é um mau exemplo da regulação de internet, resultante de uma luta de mercados e a sua aprovação abre uma caixa de pandora para a censura política.

As novas tecnologias, além de influenciarem profundamente o modus operandi da democracia, estão a mudar profundamente a natureza do trabalho e são uma oportunidade de desburocratização dos processos públicos. Contudo, isto significa que é importante lutar pelo acesso universal às novas tecnologias.

As campanhas de jovens têm de ter em consideração as novas tecnologias de informação, que se estão a transformar num dos espaços principais da democracia. É importante xs jovens começarem a debater a influência das novas tecnologias nas várias áreas de intervenção social e de forma intersecional.

ORGANIZAÇÃO DE JOVENS NO BE

Deve haver uma discussão séria e profunda sobre as competências, responsabilidades e forma de trabalho da CNJ, com intuito de aumentar a estrutura jovem de todo o país, sempre em vista à democracia, horizontalidade, bem como a participação de todxs xs jovens.

As reuniões descentralizadas não funcionaram muito bem, mas fazer atividades descentralizadas funcionou bem para incluir mais xs jovens do interior, bem como integrar xs jovens aderentes da região na organização das atividades.

Algumas das dificuldades estruturais na organização de jovens são os transportes, o dinheiro e a falta de independência, por imposição de algumas famílias mais conservadoras. São fatores que influenciam a atividade jovem e que a CNJ deve tentar resolver, dentro das suas possibilidades, em articulação com as concelhias e coordenadoras distritais.

ATIVIDADES PROPOSTAS

- > Manter as seguintes atividades dxs jovens do BE, mantendo o esforço de descentralização das mesmas:
- Liberdade;
- Inconformação;
- Encontro de jovens ativistas
- > Apoiar a edição do Pão&Cravos;
- > Promover reuniões abertas;
- > Enviar a ordem de trabalhos e minutas das reuniões para todxs jovens, quando possível;
- > Apoiar grupos ativistas que partilhem das mesmas lutas:
- > Apoiar a organização local de jovens;
- > Reunir com os outros grupos de trabalho e coordenadoras distritais do BE, no sentido de articular e integrar os ativismos dxs jovens enquanto parte integrante do partido e não separada. Bem como articular atividades conjuntas;
- > Campanhas propostas
- Inclusão da diversidade funcional nas escolas;
- Por um ensino de cidadania e igualdade;
- Pela igualdade de acesso ao ensino superior público;
- Pela dignidade no emprego jovem.
- > Plenário nacional de jovens a meio do mandato.

LISTA C

- 1. Francisco Pascoal, 12538, Santarém
- 2. Tiago Carvalho, 12585, Santarém
- 3. Filipa Afonseca, 9523, Porto
- 4. Cátia Travessa, 13124, Santarém
- 5. Pedro Henrique, 12731, Lisboa
- 6. Romana Lobo, 11914, Aveiro
- 7. Diogo Borges, 12897, Porto
- 8. Micaela Morgado, 13107, Santarém
- 9. Diogo Santos, 13123, Santarém

Representante da lista na COC:

Filipa Afonseca, 9523, Porto

SUBSCRITORXS

- 1. Adriana Gomes, 11201, Viseu
- 2. Ana Araújo, 11619, Porto
- 3. Ana Paula, 14159, Porto
- 4. Beatriz Carvalho, 14024, Vila Real
- 5. Cátia Travessa, 13124, Santarém
- 6. Diogo Borges, 12897, Porto
- 7. Diogo Franco, 14208, Lisboa
- 8. Diogo Santos, 13123, Santarém
- 9. Eduardo Matoso, 14334, Lisboa
- 10. Filipa Afonseca, 9523, Porto
- 11. Francisco Pascoal, 12538, Santarém
- 12. João Amorim, 14116, Lisboa
- 13. Pedro Henrique, 12731, Lisboa
- 14. Leonor Gomes, 12847, Santarém
- 15. Mauro Belas, 13317, Santarém
- 16. Micaela Morgado, 13107, Santarém
- 17. Miguel Coelho, 13126, Porto18. Nina Jokisic, 11899, Madeira
- 19. Patrícia Abrantes, 12927, Santarém
- 20. Pedro Reis, 14161, Santarém
- 21. Rodrigo Gonçalves, 9186, Santarém
- 22. Romana Lobo, 11914, Aveiro
- 23. Sandra Castro, 13665, Braga
- 24. Tiago Carvalho, 12585, Santarém
- 25. Vânia Velez, 9808, Santarém

MOÇÃO L TIRA A LUTA DA GAVETA!

INTRODUÇÃO

Dizia Marx que os homens e as mulheres fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha mas sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

A realidade da maioria da nossa geração do mundo do pós-crash de 2008 e do Portugal do pós-Troika é a do capitalismo tardio em crise e do empurrão brutal para o embaratecimento da força de trabalho, para salvar a taxa de lucro da burguesia. Sabemos bem que a precarização que temos como única perspectiva de futuro não era inevitabilidade, mas sim o meio da classe que nos explora garantir a contínua acumulação de fortunas para as suas contas bancárias gordas. Estamos a ser roubadxs há muito tempo e chegou o tempo de lutarmos de volta.

A lengalenga que nos vão contando, do jovem empreendedor, do país das oportunidades, é refutada pelo resgate de banco após banco com dinheiro público, pelas escolas degradadas por Portugal fora, pela compressão salarial e pelos vínculos ultraprecários que encontramos no mercado de trabalho, que impulsionaram a ascensão de novos patrões milionários; a propina que barra tantos de nós de sequer ponderar a entrada no ensino superior, enquanto a universidade fundação promove estágios e subsidia a criação de patentes para corporações privadas. A renda que rouba metade do nosso salário para o senhorio ou nos impede de sair de casa dos pais. A perspetiva da crise climática que ameaça qualquer confiança no futuro, mas é estimulada pelos lobbies massivos industriais, dos gigantes agropecuários e petrolíferos.

No ensino básico e secundário ainda temos a escola fábrica, hierarquizada em torno de rankings e diretores todo-poderosos, que despacha xs alunxs que ficam para trás para um ensino vocacional menosprezado ou para turmas de segundo nível. Estruturas administrativas e curriculares marcadas pelo enraizamento da homofobia, da transfobia, do machismo, do racismo e da xenofobia. O acesso ao ensino superior continua a ser marcado pelos exames nacionais que promovem o elitismo e ditam a exclusão, sobretudo de estudantes do ensino profissional e artístico.

No ensino superior, reina a lógica do mercado, com a universidade fundação semiprivatizada e o RJIES, que vendeu os espaços de democracia estudantis e da comunidade académica aos investidores privados. As propinas ainda incomportáveis para tantas famílias trabalhadoras, as bolsas que não chegam sequer para pagar os custos básicos dxs estudantes com menos recursos; o défice crónico de residências universitárias, basicamente extintas, que deixa o acesso à habitação por parte dxs estudantes deslocadxs nas mãos predatórias do mercado imobiliário. Com esta acumulação de entraves, um vasto número de jovens em Portugal acaba o ensino obrigatório e não ingressa no ensino superior.

Tanto aquelxs que se veem imediatamente condenadxs a vender a sua força de trabalho, como aquelxs que o fazem para pagar os seus estudos ou aquelxs que entram mais tarde na relação de assalariamento com um diploma, enfrentam um mercado de trabalho inóspito e uma situação laboral difícil, muitas vezes sem quaisquer garantias ou contratos de trabalho. Ficam, assim, à mercê de um patronato que não cumpre o básico do que são direitos laborais, como um horário de saída, pagamento de horas extraordinárias, entre outros. As questões dos baixos salários, da precariedade laboral, dos horários de trabalho desregulados, entre outras problemáticas, impossibilitam o planeamento e o usufruto de uma vida digna e independente. Xs jovens sabem desde cedo que não terão garantias de emprego, por mais que estudem. A precariedade é o que nos espera: nas fábricas, nos armazéns, nos supermercados, nos restaurantes, nos bares, nos callcenters, e em tantos outros locais de trabalho deste país, xs jovens estão particularmente vulneráveis à exploração capitalista. Os sindicatos são vistos como estruturas antiquadas e inflexíveis. O vínculo laboral temporário não dá perspetivas axs trabalhadorxs

jovens de estabelecerem relações dentro do seu local de trabalho, muito menos de pensar em sindicalizarem-se. A juntar a isto, temos hoje uma economia assente em empresas relativamente pequenas, uma relação de forças muito desfavorável e a incapacidade da CGTP e outros sindicatos de liderar um processo de sindicalização eficaz da nova geração de trabalhadorxs precárixs. Ficam assim desamparadxs, sem possibilidade de organização e sem poder reivindicativo. Sobra-nos a narrativa já pouco convincente do empreendedorismo, promovida pelas grandes instituições mediáticas e pelo aparelho do Estado. O desemprego, a precariedade e a exploração no local de trabalho são-nos impostos pelos de cima.

A isto junta-se o machismo estrutural, a discriminação de pessoas LGBTI+, bem como o racismo mais ou menos camuflado. Para a mulher trabalhadora, a exploração aparece sob várias vertentes. A visão patriarcal da sociedade condena-a ao seu papel conservador: ora de dona de casa, ora inferiorizada no local de trabalho em relação aos seus colegas homens. A violência doméstica aparece, então, como produto de uma sociedade profundamente conservadora e com vergonha de se assumir enquanto tal. Há, em Portugal, demasiada relutância para que se discutam abertamente estas questões. Proclamase aos sete ventos que Lisboa é o destino mais gay-friendly do mundo, mas ignora-se deliberadamente o problema estrutural, que não pode ser mudado apenas por se alterar legislação: a realidade que ainda não desapareceu, da continuação da discriminação - em especial no interior - da comunidade LGBTI+ sob as mais variadas formas, ainda que por vezes de modo disfarçado. A discussão em torno do Bairro da Jamaica veio expor os muitos preconceitos racistas generalizados e normalizados entre a população branca. A violência policial racista está à vista, seja ela aplicada através da segregação e tratamento diferenciado, seja ela aplicada pelo uso do cacetete.

O que tem restado portanto a tantxs estudantes e trabalhadorxs da nossa geração senão o desânimo, a apatia e a deterioração da saúde mental - inerente ao capitalismo -, que nos assola cada vez mais? Fomos inundadxs pelos espasmos no sistema político da realidade material que já vínhamos a sentir todos os dias. A extrema-direita

em ascensão pela Europa e pelo mundo fora, a União Europeia feita comissão da oligarquia financeira e corporativa, o Bolsonaro no Brasil e o Trump nos Estados Unidos, o imperialismo americano a reafirmar a sua prepotência na Venezuela e os sinais de uma nova guerra fria.

O sistema político português e, sobretudo, a esquerda portuguesa parecem aguardar o eventual embate da tempestade perfeita que se gerou no cenário mundial com alguma apreensão, mas, mais preocupante, com uma boa dose de inércia e imobilismo. O atual governo, sabemos, não deu resposta aos principais problemas e desafios do país. A balança de forças, essa, mantém-se favorável à classe proprietária contra aquelxs que vivem do seu trabalho. A proletarização de vastas camadas da população, principalmente da nossa geração, é uma realidade marcada pelo poder permanente de saque do empregador, da ganância crescente do senhorio e da ameaça disfarçada dos obrigacionistas que lucraram com a especulação da dívida do país. Contra a ilusão mediática da devolução dos rendimentos, e apesar de toda a pressão que possamos ter imposto sobre o PS, velho partido da contra-revolução e dos grandes interesses, a verdade é que xs jovens em Portugal não têm hoje perspetivas de vida e de futuro significativamente melhores face a 2015 e muito menos face a 2008. Entretanto, aproximase a nova crise do capital, anunciando o retorno do desemprego, o novo corte ao salário, a emigração forçada com a arma da pauperização apontada à cabeça. É a nossa geração que mais irá sofrer, mas pela realidade em que nos encontramos, é também a que tem menos a perder para fazer a luta toda. É axs jovens revolucionárixs que cabe fazer regressar o espectro do comunismo.

E há alguns sinais que precipitam a mudança e que nos devem alimentar a esperança. No Reino Unido e nos Estados Unidos, a visão socialista é de novo popular e entre as camadas mais jovens, radicaliza-se o imaginário político e as reivindicações programáticas. A greve feminista paralisou o Estado Espanhol e foi sentida em muitas outras partes do mundo; as manifestações do 8M tiveram uma enorme adesão e impacto. Por toda a Europa, xs estudantes saíram à rua para fazer greve em defesa do planeta, contra as alterações climáticas e, nas grandes cidades-montra do continente, os movimentos de resistência contra a

gentrificação abrem portas ao fim da tirania dos fundos imobiliários. Na China, a intensificação das greves promete o fim do poder de chantagem dos grandes conglomerados multinacionais sobre a classe trabalhadora mundial, com recurso ao exército de mão-de-obra barata do continente asiático. Na Albânia, milhares de estudantes do ensino superior saíram à rua e fizeram greve às aulas durante semanas, reivindicando um ensino mais democrático, com menos custos para xs estudantes e com melhores condições materiais.

A acomodação ao sistema e as teses social-democratizantes e social-liberalizantes marcaram uma viragem à direita de uma boa parte dos partidos da esquerda europeia. O resultado foi a erosão das bases dos velhos partidos comunistas e operários e a inabilidade da nova esquerda radical se apresentar como alternativa, abrindo espaço para o crescimento da extrema-direita. O oportunismo, os anseios pelo poder e os acordos com partidos do centro – partidos esses favoráveis à manutenção do status quo – ditaram o desaparecimento de partidos no passado ou da sua redução a meras bengalas do poder de partidos do sistema.

O Bloco precisa de manter a sua génese combativa e anti-sistémica. Apesar de se proclamar anticapitalista, esse elemento tem-se vindo a perder, desprezando a rua em função do parlamento e de outras instituições controladas pela burguesia que deveríamos estar a combater. Xs Jovens do Bloco, enquanto parte integrante do movimento e não como uma mera juventude partidária, têm o dever de assumir a tarefa de devolver ao Bloco o seu carácter revolucionário e inconformado.

1. ORGANIZAÇÃO

"A liderança pode e deve ser recriada a partir das massas." - Rosa Luxemburgo

Nos últimos anos, a organização do movimento nxs Jovens tem sido marcada pelo imediatismo, pelo tarefismo e pela cedência a lógicas fáceis, com o enraizamento do amiguismo. Estamos ainda muito rendidxs aos apetites e campanhas designadas pelxs deputadxs e pela direcção, limitadxs tantas vezes a distribuições de panfletos que se iniciam e terminam pela duração da presença das câmaras dos media nos locais de agitação. Por outro lado, as pequenas campanhas decididas em reuniões locais pouco participadas têm sido insuficientes para captar a atenção dxs jovens, de chegar aos seus problemas e de xs convencer a aderirem ao Bloco. De facto, estes últimos dois anos de atividade foram marcados por uma adesão fraca ao movimento, por dificuldade em fazer crescer a massa crítica de militância. Exigem, por isso, uma reflexão profunda e a construção de uma nova perspetiva estratégica.

Sabemos bem que xs Jovens do Bloco assentam num modo de associação algo inorgânico. Se, por um lado, esta falta de uma estrutura solidificada impede a criação de uma hierarquia formal (como verificado em tantas jotas), por outro, na ausência de uma organização sólida surge todo um novo conjunto de assimetrias - de notoriedade, de influência, de poder. Aquelxs que têm maior disponibilidade (porque não trabalham, porque vivem ou estudam nos centros urbanos, porque têm acesso a melhores meios de transporte), aquelxs que detêm uma rede de laços entre militantes melhor estabelecida, aquelxs que são promovidos pela fação interna do partido ganham rapidamente uma voz e uma capacidade de condução dos destinos do movimento desproporcional. É, portanto, necessário reforçar a organização, multiplicando a frequência das assembleias, dos espaços de discussão política e de encontro, para criar rotina de trabalho e intensificar a participação militante.

Umx novx aderente do Bloco não tem qualquer mecanismo de integração e essa mesma fica comprometida, a não ser que já conheça alquém dentro do próprio partido. Esta situação reduz-nos à lógica dos círculos de amizades e dos caciques internos. O Bloco, enquanto partido-movimento, tem de integrar todxs xs que estão dispostxs a lutar. Para isso, tem de ter uma atitude mais acolhedora para com novxs aderentes, integrando e pondo a par de todas as atividades, bem como da organização interna. A resposta tem de ser a criação de mais espaços comunitários horizontais e autogeridos, como oficinas, jantares ou festas e mesas-redondas - construídos sempre sobre um mote político e politizador, que reforce as relações de camaradagem, promova a integração de

militantes menos incluídxs e sirva de polo de atração, radicalização e recrutamento. Propomos também a elaboração de um kit de aderente jovem para novxs militantes, com informação sobre a estrutura interna do Bloco, estatutos, campanhas, informações sobre a Coordenadora Nacional de Jovens e perguntas frequentes. O Bloco não só como movimento, mas também como comunidade para melhor servir de arma dxs oprimidxs contra os exploradores.

Contra o derrotismo da conceção de CNJ como centro de um círculo de influência fechado, defendemos uma coordenadora de jovens como ferramenta de agilização e promoção das ideias, propostas e iniciativas de base. Isto significa: acabar com as cúpulas que na subjetividade das suas opiniões tudo definem (quem tem lugar, por exemplo, em atividades como as Brigadas de Verão), com a inversão deste processo através de assembleias regulares e constantes para determinar programa, frentes de combate e campanhas; promover a troca de contactos entre militantes de todo o país; formação de espaços de democracia direta, com a criação de uma plataforma online à escala nacional, onde todos os camaradas possam discutir, coordenar, deliberar e decidir em conjunto.

Finalmente, nos espaços com pouca estrutura militante existente, como nas periferias e, sobretudo, no interior, a CNJ deve intervir diretamente para criar atividade, ajudar a organização dxsaderentes jovens existentes e aproximar simpatizantes. A inexistência de atividade dxs Jovens do Bloco no interior e a falta de motivação para mudar esse panorama por parte da direção - mesmo depois de alguns eventos terem sido organizados em regiões do interior nos últimos tempos, acontecimentos provavelmente efémeros - é algo que deve ser combatido, disputando as Universidades e Politécnicos do interior, as escolas secundárias e os locais de trabalho de maneira a criar uma base sólida de militância jovem para o futuro.

2. EDUCAÇÃO

"Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária." - V. I. Lenine

A formação política tem estado em falta no Bloco, mas qual é o papel dxs Jovens senão promovê-la? A formação política é a arma mais importante de umx militante: a capacidade de pensar sobre o mundo e analisá-lo eficazmente, uma lente teórica que permite ver para além das aparências e desconstruir as leis do sistema e a narrativa dominante. A partilha e acumulação de experiências de luta para além da sua, para uma militância mais capaz; o domínio sobre o programa mínimo, transitório e máximo e a sua articulação num discurso robusto e feroz. Grande parte dxs militantes sai de eventos como o Fórum Socialismo ou Inconformação com uma sensação de insuficiência, de uma noção demasiado frágil dos temas abordados, de um conhecimento aquém do que poderia ser útil para a construção de uma argumentação sólida e para o combate político. A repetição de debates frequentemente superficiais, pelos mesmxs oradorxs de sempre, na maioria das vezes parece arranhar apenas a superfície dos temas abordados. Surge então a necessidade de construir um projeto global de formação política em três planos:

- > Em primeiro lugar, desenvolver mais espaços e instrumentos de preparação e aprofundamento do domínio da teoria materialista, social e crítica. O que é o capitalismo? Como se processa a exploração, a luta de classes e qual a natureza do Estado; que causas e tendências estão por de trás das crises cíclicas que nos assaltam; como se estrutura a dominação patriarcal e o papel da classe trabalhadora na construção do socialismo. São questões às quais devemos coletivamente procurar buscar fontes de resposta, reflexão e debate. A criação de bibliotecas comunitárias nas sedes pelo país, a generalização de espaços de discussão horizontal de textos de base e a criação de cursos pela CNJ dedicados à economia política e sociologia marxista são iniciativas importantes que devem ser estimuladas e levadas a cabo para constituir um alicerce comum a todxs xs militantes do Bloco.
- > Em segundo lugar, reconhecendo a experiência positiva de organizações próximas como os DSA (nos EUA) e o Momentum (no Reino Unido), uma formação política prática, virada para a preparação de organizadorxs e de ativismos. Apesar de o Bloco beneficiar da presença de ativistas de várias áreas e de várias idades, com

histórias de luta em contextos e frentes múltiplas, cada nova geração de ativistas parece começar sempre da estaca zero. Há pouca acumulação de conhecimentos e de experiências, que se perdem desnecessariamente, quando deviam ser partilhadas e reproduzidas para evitar a repetição inútil dos mesmos erros, permitindo uma luta cada vez mais efetiva. Como montar uma campanha, como organizar colegas de escola ou faculdade para formar um coletivo; como organizar os colegas de trabalho para criar um sindicato ou formar uma associação de inquilinos. Como mobilizar eficazmente para uma manifestação; que exemplos temos de ocupação por camaradas bem-sucedidos ou experiências alternativas de propaganda já foram tentadas. Técnicas básicas de design e de multimédia para as redes sociais, entre tantas outras ferramentas necessárias para a luta toda. Deve ser uma função básica da CNJ promover eventos desta natureza.

> Em terceiro lugar, é preciso reforçar o domínio dxs militantes sobre o programa do Bloco, para que o possam defender, apresentar, criticar construtivamente e moldá-lo. Os debates que se vão repetindo a este propósito raramente permitem uma consolidação séria do conhecimento sobre aquelas que são as nossas propostas. Quantos militantes sabem o que é o Controlo Público da Banca, já divulgado em tantos outdoors pelo país fora? Qual é o modelo para o Ensino Superior que propomos em alternativa ao RJIES? Eue análise fazemos do mercado laboral e que Código de Trabalho desenharia um governo do Bloco? Propomos a criação de livretes, em edição física e digital, editados pela CNJ, com a participação dxs responsáveis do Bloco sobre as várias áreas de formulação programática e legislativa, que procurem sintetizar e explicar os modelos alternativos propostos pelo partido às instituições existentes.

Todo este conhecimento adquirido, no entanto, deve ser crítico e questionável, para evitar o fomento do discurso cassete. O Pão e Cravos, cujo propósito e linha editorial têm sido marcados desde o início pela indefinição - não se clarificando como um media externo (com uma impressão demasiado limitada e, pela natureza do formato, demasiado maçuda) ou interno (com um

conteúdo demasiado leve e consensual) -, pode ser o instrumento de excelência para promover o debate dentro do Bloco. Pretendemos que este seja a partilha de conhecimentos, polémicas, experiências e opiniões entre camaradas, com publicações periódicas mais regulares e frequentes, abertura e impulso ao contributo de todxs, direito a resposta e contraditório, bem como momentos de debate local e reflexão política conjunta em torno dos conteúdos de cada edição.

A estrutura dos debates e a escolha dxs oradorxs no Inconformação e no Liberdade precisam de ser repensadas. Se, por um lado, os momentos de formação política não aprofundam os temas o suficiente, por outro, alguns momentos de debate acabam por ser de esclarecimento de dúvidas. Há que encontrar um equilíbrio entre estes aspetos, largando a dependência que existe em convidar as figuras mais mediáticas do Bloco e em afunilar a discussão em torno de umx qualquer especialista. Propomos também que se organize e se promova a participação em encontros e acampamentos de jovens internacionais, com vista à solidariedade e partilha de conhecimentos e experiências de luta.

Queremos que xs jovens tenham ferramentas para se formarem enquanto militantes, para pensarem por si próprixs sobre as lutas em que nos envolvemos, evitando basear o seu discurso em chavões vazios de conteúdo e demasiado vagos. Conscientes, capazes de enriquecer o Bloco nas suas múltiplas vertentes feministas, queer, antirracistas e ecossocialistas.

3. AGITAÇÃO

"Expor aos oprimidos a verdade sobre a sua situação é abrir-lhes o caminho da revolução." -Leon Trotsky

O estado gestionário atual do Bloco deixou as bases reféns da agitação política de sabotagem à hegemonia, necessária à superação do sistema capitalista. O caminho seguido pela direção é muito insuficiente: o centralismo baseado no parlamento, nxs deputadxs e nas figuras mais célebres apenas serve para tirar proveito do mediatismo fácil. É necessário apelar axs jovens com recurso a discussões horizontais, plenários e criação de núcleos descentralizados. Quem

adere ao Bloco tem que saber que conta com uma estrutura capaz de lutar pelos seus direitos, e não meramente com figuras mediáticas que rapidamente caem no vazio dos grandes slogans.

A ladainha da devolução de rendimentos está constantemente em contradição com os números e dados relativos às constantes injeções de capital no sistema financeiro para salvar bancos privados corrompidos e falidos. Seja na banca ou nos serviços semiprivados, a acção dxs jovens e do movimento deve ser esta: evidenciar nada menos do que os factos, a realidade nua e crua das desigualdades e dos privilégios, em contraste com a miséria e o desinvestimento. Se há PPPs na saúde, se há concessões inúmeras nos transportes, se os CTT foram privatizados, nada disso é por acaso. É a ação dos partidos-marioneta das portas giratórias e dos interesses instalados (PS, PSD, CDS) que permitiu e continua a permitir o favorecimento dos privados.

Levar o motivo anticapitalista é o caminho necessário para gerar consciência que consiga efetivamente pôr fim às opressões: seja o especulador imobiliário, seja a empresa privada que explora os transportes coletivos da cidade, seja o discurso do capitalismo verde, seja a lógica da mercantilização da luta LGBTI+.

Queremos levar a mensagem dxs Jovens do Bloco aos sítios onde sentimos que ela não tem chegado. Propomos por isso a realização de encontros com estudantes do Ensino Artístico e Profissional, articulados com campanhas dirigidas à diversidade de cursos do ensino secundário. No Ensino Superior, propomos realizar encontros com os estudantes do Ensino Politécnico, bem como levar debates aos diferentes Institutos, invertendo a tendência do foco nas Universidades.

Defendemos que, nas acções de contacto com estudantes e trabalhadorxs e distribuição de propaganda, a prioridade deve ser sempre o diálogo com estxs. A lógica da mediatização não se pode sobrepor ao contacto direto com as pessoas. A nossa ação enquanto jovens tem que partir da vontade de aprender com xs outrxs trabalhadorxs e populações oprimidas, de partilhar experiências de luta e de estabelecer relações de solidariedade e entreajuda. Cabe-nos incutir um discurso de classes como elemento que consiga traduzir esperança para a classe trabalhadora,

que vê xs filhxs condenadxs às mais variadas formas de precariedade laboral, auferindo baixos salários e trabalhando em horários desumanos. Propomos, por isso, realizar encontros com sindicatos e comissões de trabalhadorxs, de modo estabelecer pontes e redes de contactos, e criar grupos de trabalho e iniciativas dirigidas a jovens com estatuto trabalhador-estudante, por este ser um dos setores mais ignorados pelo sindicalismo tradicional, mas que engloba uma boa parte dxs estudantes.

Há que democratizar a construção da agitação entre xs jovens. Incentivar xs militantes que estejam há menos tempo no movimento, depender menos dos funcionárixs da sede nacional e promover a criação de conteúdo de forma ampla com recurso às redes sociais são alguns dos nossos objetivos. Só desta forma podem xs militantes de base ser xs responsáveis pela sua própria propaganda.

REVOLUÇÃO

Encontramo-nos perante um cenário difícil. As sucessivas crises do capitalismo empurraram-nos para um beco sem saída. À nossa frente temos a precariedade, os baixos salários e a perspetiva de emigrar. As opressões de género, de orientação sexual, de cariz machista, racista e xenófobo condicionam a nossa liberdade. Por mais anos que passem, continuamos a encontrar as causas nos mesmos responsáveis. A interseccionalidade das lutas não é para nós uma escolha, é sim uma necessidade. O sistema capitalista aproveita-se das várias formas de discriminação para poder explorar ainda mais quem está numa posição fragilizada.

A moção L entende que as dinâmicas de uma sociedade capitalista e patriarcal não se combatem com meras reformas, que visam elas próprias manter os alicerces do sistema, e que nunca serão uma garantia de conquistas reais para a classe trabalhadora. A exploração, a alienação e o imperialismo são males que apenas se cortam pela raiz. A transformação de mentalidades só pode ocorrer quando nos livrarmos de quem nos condena às narrativas conservadoras e à manutenção forçada do estado atual das coisas.

Consideramos que o trabalho do Bloco no geral tem sido muito insuficiente para as mudanças de fundo de que precisamos. O apoio ao governo do PS deixou-nos reféns das vontades dos decisores políticos que são o braço direito da burguesia portuguesa. O foco exagerado no trabalho parlamentar deixou as bases desorientadas, sem uma perspetiva de longo prazo, criando ao mesmo tempo uma burocracia partidária, com tendência a manter as lógicas do mediatismo e a centrar toda a atividade do movimento num pequeno grupo restrito.

Nxs Jovens do Bloco, assiste-se à proliferação de vários problemas que são consequência da degeneração lenta do partido-movimento. A restrição da realização de atividades a grupos de amigos e a falta de integração de novxs aderentes impede o crescimento do movimento, levando mesmo militantes a abandonarem o Bloco sem a oportunidade de contribuírem com o seu conhecimento e experiência. O tarefismo é cada vez mais generalizado. Isto cansa-nos e limita a nossa participação enquanto militantes ativxs. Precisamos de inverter esta tendência e devolver axs Jovens do Bloco capacidade de pensarem por elxs próprixs, de lhes dar oportunidade de realizar trabalho verdadeiramente emancipador.

A superação do sistema capitalista tem que ser travada através do trabalho de bases e é desse trabalho que xs jovens do Bloco não se podem demitir. Hoje, mais que nunca, não pode haver espaço para reformismos ou conciliação de classes. É necessária uma estratégia revolucionária eficaz, assente em três eixos: organização, educação e agitação. Uma organização forte, construída a partir das bases para juntar militantes; a educação para dar formação teórica axs militantes, fomentando o debate e alinhavando estratégias; a agitação necessária para sublevar as massas e quebrar a ordem. Só com uma linha bem definida e uma estratégia de longo prazo podemos construir o partido-movimento.

Perante um sistema em constante transformação, mas no qual as relações de opressão em nada mudam de forma favorável aos setores explorados da nossa sociedade, não podemos ficar caladxs. Urge responder. Urge questionar as instituições. Há que violentar o sistema.

Tirar a luta da gaveta - toda a luta - por um mundo sem discriminação, mais justo, solidário e sem opressão é o nosso mote. Vamos a isso!

LISTA L - TIRA A LUTA DA GAVETA!

- 1. Francisco Pacheco, 12750, Porto
- 2. João Patrocínio, 13408, Lisboa
- 3. Rafaela Suzano, 14080, Porto
- 4. João Ponte, 13052, Leiria
- 5. Mateus Sadock, 12406, Lisboa
- 6. Sofia Cazelgrandi, 14014, Lisboa
- 7. Mafalda Silva, 14031, Lisboa

SUBSCREVEM

- 1. Afonso Jantarada, 10708, Lisboa
- 2. André Carvalho, 13826, Vila Real
- 3. António Tomás, 12694, Porto
- 4. Beatriz Arnedo, 11828, Porto
- 5. Carolina Veloso Ferreira, 12384, Porto
- 6. César Sousa, 11666, Aveiro
- 7. Diogo Araújo, 12279, Porto
- 8. Eduardo Meca Castro, 12695, Porto
- 9. Francisco Pacheco, 12750, Porto
- 10. Frederico Carreiro, 12907, Lisboa
- 11. João Martins, 12136, Porto
- 12. João Nuno Paulo, 10580, Lisboa
- 13. João Patrocínio, 13408, Lisboa
- 14. João Ponte, 13052, Leiria
- 15. João Vieira, 14002, Lisboa
- 16. Mafalda Silva, 14031, Lisboa
- 17. Manuel Fernandes, 11068, Porto
- 18. Maria Francisca Gonçalo Ferreira Castanheira Pinto, 12577, Porto
- 19. Mateus Sadock, 12406, Lisboa
- 20. Mi Guerreiro, 8469, Lisboa
- 21. Nassandi Rodrigues, 14090, Porto
- 22. Rafael Ribeiro, 14076, Vila Real
- 23. Rafaela Suzano, 14080, Porto
- 24. Rosalina do Carmo Ribeiro e Silva, 12040, Porto
- 25. Sofia Cazelgrandi, 14014, Lisboa
- 26. Tomás Cunha, 13196, Lisboa

MOÇÃO S GANHAR AS RUAS, AFIRMAR O SOCIALISMO

O travão que o crescimento eleitoral do Bloco impôs à política austeritária da direita permitiu a recuperação de rendimentos e a conquista institucional de direitos sociais. A "geringonça" foi o caminho possível para impedir o aprofundamento da austeridade e o agravamento da crise social que a política de direita promoveu e promove, ao escolher, sem hesitar, servir a dívida e os interesses do capital, em detrimento de quem cá vive e trabalha.

Foram inúmeras as conquistas do Bloco que têm impacto na vida dos e das jovens: o novo regime de contribuição dos recibos verdes que responsabiliza o patrão e alivia quem trabalha, a descida do teto da propina máxima, o regresso do passe escolar, entre outras. Porém, não nos deixamos enganar. O que a força das urnas não nos permite fazer é tarefa de quem milita e faz ativismo à esquerda: ganhar as ruas, criar movimento e maiorias sociais. Só com a força das ruas é possível ir mais longe.

De que nos serviu a turistificação e a gentrificação dos centros urbanos? Que tipo de emprego nos reserva uma legislação laboral que ainda tem o cunho da *troika*? Para quando um ensino verdadeiramente democrático e gratuito? Das lutas estudantis, contra a precariedade, das lutas feministas, às alterações climáticas, não nos conformamos perante a opressão capitalista, cada vez mais subtil nas suas estratégias, mas não menos agressiva.

No plano internacional, assistimos à queda dos partidos sociais-democratas no seguimento das consequências negativas das políticas neoliberais que implementaram. Sem uma alternativa sólida à esquerda, quem vive do seu trabalho está refém da insegurança no trabalho e da falta de proteção social e serviços públicos, encontrando

refúgio no populismo de extrema-direita. Na Europa, de Órban a Salvini, são inúmeros os exemplos do crescimento da extrema-direita. Nos Estados Unidos, a eleição de Trump favoreceu os chamados one percent e materializou o medo e o individualismo, onde deveria haver solidariedade. No Brasil, Bolsonaro ataca direitos LGBT, do trabalho, favorece o agronegócio que ameaça os povos indígenas. Na Venezuela, Guaidó aparece como peão do imperialismo americano, numa bifurcação ilusória que impede uma solução democrática. Em Portugal, a extrema-direita espreita e cabe-nos a nós ser a alternativa sólida ao neoliberalismo e capitalismo selvagem que dilacera quem trabalha e nos divide para nos subjugar.

Juntamo-nos a quem quer construir uma alternativa e não a quem se curva perante a chantagem do sistema financeiro e dos seus peões. Queremos uma Coordenadora Nacional de Jovens com pensamento e ativa em todas estas lutas, fomentando a organização de jovens, dando força ao Bloco para estes combates, afirmando o socialismo ecologista e feminista como alternativa ao capitalismo.

1. EDUCAÇÃO

1.1 ENSINO SECUNDÁRIO

As políticas de centro-direita sufocaram a democracia na escola com cargas horárias excessivas, objetivos desligados da realidade e ensino orientado para os exames.

A participação de estudantes nas decisões da escola é quase nula e é-lhes omitida a possibilidade de se engajarem em processos democráticos. Na maioria das escolas, os alunos e alunas não têm representação no Conselho Pedagógico ou uma Associação de Estudantes que democratize a escola

O espaço da escola, muitas vezes com condições materiais degradadas, dificulta o convívio e a socialização entre estudantes. Tanto dentro, como fora da sala, a escola é pouco convidativa a uma participação democrática.

O ensino orientado para os exames e os currículos que mitigam um passado colonial esclavagista, uma escola que ignora pessoas LGBTI, é uma escola anacrónica que nada diz a quem estuda e que não estimula a educação emancipatória.

1.2 ENSINO PROFISSIONAL

Quinze anos após o 25 de Abril, o ensino profissional rompeu com os paradigmas anteriores de educação profissionalizante em Portugal. Porém, a abertura de cursos de ensino profissional nas escolas secundárias não foi acompanhada de um plano eficaz. Marcadas pela aposta num ensino secundário com vista ao Superior, as escola entenderam o ensino profissional como um ensino "de segunda", canalizando para esta via quem entendem não se destinar ao Superior.

Para além disso, o ensino profissional tem trazido consigo o abuso de estágios não-remunerados com influência avaliativa. Batemo-nos por um Ensino Profissional digno que não marginalize, combatendo a sua instrumentalização como forma de triagem das camadas mais pobres e marginalizadas da população para efeitos de mão-de-obra qualificada e barata.

1.3 ENSINO ARTÍSTICO

O Ensino Artístico está cronicamente subfinanciado. Esta situação resulta da lógica do ensino "útil", na ótica do mercado. Esta lógica tem predominado no ensino português e temse sentido de forma aguda no Ensino Artístico. As escolas de Ensino Artístico são geralmente caracterzadas pela falta de materiais e espaços adequados à aprendizagem, falta de docentes, turmas sobrelotadas e falhas nos métodos de avaliação.

O ensino deve valer pela capacidade de criar espírito crítico e conhecimento e não pela sua suposta utilidade ao mercado. Nesse sentido, é importante sublinhar a relevância do Ensino Artístico e a necessidade urgente que este tem de financiamento e reconhecimento.

1.4 EDUCAÇÃO SEXUAL

A Educação Sexual é essencial na escola pública que queremos. No entanto, é frequentemente esquecida, abordada de forma púdica ou confundida com outros assuntos. A Educação Sexual tende a ser heteronormativa e atribui à mulher a total responsabilidade pela contracepção enquanto ignora o seu prazer sexual.

Consideramos que a Educação Sexual deveria combater comportamentos homofóbicos e de masculinidade tóxica e que, mais tarde, podem gerar situações de violência machista. Defendemos uma Educação Sexual inclusiva, com espaço para todas as orientações sexuais e identidades de género, uma educação para o consentimento e sexualidade livre.

1.5 ENSINO SUPERIOR

A lógica do utilizador-pagador reina no Ensino Superior em Portugal. A propina nada é senão a transferência da obrigação de financiamento do Estado para quem estuda e respetivas famílias. A "partilha" de custos entre o Estado e estudantes, introduzida com a retórica de melhoria das condições das instituições e de "justiça social", revelou-se um mecanismo que exclui e não se reflete em melhores condições.

Batemo-nos pelo Ensino Superior público e gratuito. A descida do teto da propina máxima foi apenas uma primeira conquista. Reivindicamos a substituição da propina por fundos públicos, em todos os ciclos de estudo, através do Orçamento do Estado, de forma a manter o interesse privado fora das instituições, para que o ensino cumpra a sua função: a massificação do conhecimento e a emancipação.

O Ensino Superior tem vindo a elitizarse e a reproduzir desigualdades sociais. É simultaneamente uma máquina de fazer trabalhadores, melhor remunerados que aqueles e aquelas que não o frequentam, e uma forma de impedir o acesso a melhores condições de vida aos que menos têm.

O sistema de propinas discrimina nos rendimentos de quem acede, ou não, acompanhado de uma ação social subfinanciada e com objetivos errados - pagar a propina e não os custos associados à frequência de um curso. Por outro lado, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) abriu as portas ao interesse privado e reduziu a representação de estudantes na gestão das instituições. A universidade-fundação veio delegar decisões importantes em entidades externas

às instituições que as utilizam em prol dos seus interesses. A autonomia na academia transformouse na limitação da qualidade e diversidade do ensino e seu potencial emancipatório. Se o RJIES iniciou este processo, o regime fundacional é o cúmulo da visão utilitarista e neoliberal para o Ensino Superior. É fundamental rever o RJIES e alterá-lo profundamente, de forma a garantir um modelo democrático para o Ensino Superior.

Rejeitamos este modelo de Ensino Superior porque o direito à educação de qualidade, democrática e gratuita não deve parar no Ensino Secundário. O Ensino Superior deveria cumprir duas funções: o direito à educação, qualquer que seja o seu grau, numa lógica de emancipação, e a massificação do conhecimento e do acesso ao conhecimento de que toda a sociedade beneficia.

1.5.1 Praxe

A praxe está mais difundida do que nunca e presente na generalidade das instituições de Ensino Superior. Representa um corpo de valores transversal em todas as instituições: a obediência, a aceitação acrítica da hierarquia, a humilhação e uma cultura machista e homofóbica espelhada nos cânticos. Onde quer que seja, a praxe representa valores antidemocráticos e contribui para o adormecimento das lutas estudantis, inculcando uma mentalidade que convém ao sistema em que vivemos. A praxe aceita acriticamente a ordem instalada e reproduz as relações de poder do sistema capitalista. Por isso, não é de espantar a relação promíscua entre a praxe, as juventudes partidárias de direita e as associações académicas. Esta prática, afastando as e os alunos das reivindicações estudantis, aproxima-os de um ideário "anti-político" e de uma visão do Ensino Superior como mera preparação para o mundo do trabalho. A praxe é simultaneamente produto e reforço do status quo. Por isso, é necessário combatê-la com vista ao fim do conformismo no Superior.

1.5.2 Trabalhar e Estudar

Quem trabalha e estuda fá-lo por não poder dispender dos rendimentos do seu trabalho para fazer face aos seus encargos, sejam estes os estudos, familiares dependentes, entre outros. Se, por um lado, a ação social deverá possibilitar a quem estuda não precisar de trabalhar, por outro, é indispensável garantir que estes e estas estão em pé de igualdade com os demais. Defendemos a uniformização do estatuto de trabalhador-estudante nas várias instituições de ensino, bem como a obrigatoriedade da sua existência. Para além disso, são necessárias formas de combate à chantagem feita a estes e estas trabalhadoras no local de trabalho para que não recorram a este estatuto.

Quem trabalha e estuda fá-lo, em geral, em horário pós-laboral. É indispensável que os serviços das instituições e os transportes se adequem a estes horários. Tal só é possível com o investimento nas instituições, garantindo a quem nelas trabalha os direitos e remuneração necessários ao alargamento do horário dos serviços, bem como o controlo público dos transportes, pondo-os ao serviço de quem estuda à noite.

2. TRABALHO

Se o desemprego jovem em Portugal melhorou nos últimos anos, a precariedade e as suas novas formas resultam em emprego com poucos direitos e novas formas de exploração. Os estafetas da Glovo, ou da Uber Eats, os motoristas de Tuk Tuk, trabalho sem regulamentação em que o patrão tudo pode, fruto do capitalismo desenfreado, bem como quem trabalha na restauração e na hotelaria na era da turistificação, vêem o lucro das empresas crescer e o salário estagnado em valores mínimos. Salário este, muitas vezes à base de comissões, obrigando a trabalhar mais de 8h/ dia por um rendimento mínimo. Estas empresas não oferecem condições laborais a quem nelas trabalha, fugindo à lei, e pondo em risco o bemestar de quem trabalha.

Também o setor do *call center* não tem regulação específica, nem regulamentação da profissão. O salário médio mensal de um operador diminuiu cerca de 3% nos últimos anos, as condições de trabalho deterioraram-se, mantendo-se o regime de outsourcing que deixa quem trabalha fora dos acordos de contratação coletiva das empresas para quem, de facto, trabalham. O volume de trabalho, o ritmo exigido, o horário por turnos e, muitas vezes, noturno, tornam esta profissão extremamente desgastante.

É necessária, mais do que nunca, a organização de trabalhadores e trabalhadoras precárias, quer seja em sindicatos, como em comissões de trabalhadores. Só assim será possível curvar o patronato perante a força de quem trabalha.

2.2 INVESTIGAÇÃO E CIÊNCIA

A grande maioria das pessoas que trabalha em Ciência tem vínculos laborais precários, vivendo de bolsa em bolsa, sem estabilidade profissional, nem proteção social. Frequentemente, as instituições publicitam o seu trabalho, enquanto se recusam a integrá-las nos quadros, negando-lhes uma carreira estável e progressiva. Reconhecer a relação intrínseca entre o Ensino e a Investigação deve passar pela valorização de quem faz ciência, lutando pelo fim da precariedade. Combatemos a precariedade na ciência e defendemos a contratação destes e destas trabalhadoras, bem como o investimento em todas as áreas do conhecimento, rejeitando a ideia de que apenas o que é lucrativo merece investimento.

3. SAÚDE

3.1 SNS

O Serviço Nacional de Saúde nasceu da democracia de Abril. Defendemos um SNS que assegure a todos os cidadãos e cidadãs, independentemente da sua condição socioeconómica, o acesso a cuidados de saúde gratuitos que respondam às suas necessidades. É por se tratar de um serviço indispensável e essencial à população que o SNS deve ser mantido sob gestão 100% pública, tendo como único propósito assegurar cuidados de saúde de qualidade e gratuitos a toda a sociedade.

A Lei de Bases de 1990 colocou o Estado a financiar o setor privado, criando uma relação promíscua entre o setor público e privado. É no sentido de acabar com esta promiscuidade, de responder ao subfinanciamento deste setor, de remover barreiras ao seu acesso e de garantir condições laborais justas que defendemos uma proposta que coloque um ponto final nos negócios da saúde que subsistem à custa da sangria do SNS. Defender o SNS é defender a democracia.

3.2 SAÚDE MENTAL

O espírito de produtividade máxima está em todo o lado, da escola ao trabalho. Não respeita as nossas diferenças e impactua a nossa saúde mental. A saúde mental é o parente pobre do SNS que não consegue responder às perturbações cada vez mais comuns, como a ansiedade ou a depressão.

É urgente o investimento na saúde mental, com mais psicólogos nas escolas e instituições de ensino superior e serviços de psiquiatria com recursos humanos suficientes para acompanhar eficazmente os casos de doença mental. Só o investimento público no SNS e a preparação das escolas e instituições de ensino superior podem prevenir o agravamento de perturbações e combater o estigma que ainda impede o diagnóstico e o acompanhamento de pessoas com doença mental.

4. TERRITÓRIO

A transformação de regiões inteiras em destinos turísticos é um problema que atinge vários locais do território. Ao circunscrever a atividade económica ao turismo, as regiões tornam-se totalmente dependentes de quem controla o setor, deixando para segundo plano as pessoas que nelas habitam e trabalham.

Rejeitamos a dualidade em os grandes centros urbanos recebem todo o investimento, transformados em parque de diversões para turistas, onde o custo de vida altíssimo despeja quem vive do seu trabalho e elitiza os bairros; e uma periferia onde vive quem trabalha, com falta de habitação de qualidade a custos acessíveis e serviços de transportes privatizados e desadequados.

Para as regiões do país afetadas pelo fenómeno da sazonalidade, como o Algarve, as diferenças de densidade populacional durante as várias estações do ano intensificam os problemas da região.

Defendemos o investimento das taxas turísticas no reforço das infraestruturas essenciais para a vida das e dos moradores permanentes, bem como a regulação do setor do turismo. O território tem de servir quem nele vive e trabalha, não quem dele extrai mais-valia.

4.1 INTERIOR

Portugal é um país fraturado. De um lado, a perda de capacidade económica, a falta de acesso a serviços públicos, as elevadas taxas de desemprego e de emigração marcam já a maioria do território continental, nomeadamente o interior; do outro, o litoral que engloba as duas áreas metropolitanas, onde a densidade demográfica tende a aumentar e se acumulam as principais atividades económicas, a maior oferta de serviços, com consequências na concentração territorial do investimento.

O Estado deve assegurar investimentos públicos com a mesma qualidade e proximidade a nível nacional, para fixar as pessoas e não o contrário. As alterações climáticas têm posto em causa a segurança das populações do interior, expostas a fenómenos como as secas e as cheias, ondas de calor, problemas de saúde pública (pragas e doenças), sendo mais atingidos pelas maiores amplitudes térmicas.

O desenvolvimento do interior não pode assentar numa política que seja baseada em estruturas de trabalho temporário como call-centers ou até a própria indústria, ou em agentes turísticos como os que operam no Douro ou na Serra da Estrela, alheados das economias regionais, dependentes de grandes empresas de capital externo e sem respeitar os ecossistemas locais.

Este é o momento para uma estratégia diferente do atual modelo de desenvolvimento que já demonstrou não ser sustentável. Queremos um modelo de desenvolvimento territorial e socialmente solidário.

4.2 MOBILIDADE

A mobilidade tem de combinar o direito ao tempo e uma política amiga do ambiente. A política de transportes comporta uma rede complexa de fatores com influência direta na vida quotidiana das pessoas: determina quanto tempo demoramos a chegar ao trabalho, à escola, à faculdade e, por isso, o tempo livre para o lazer.

Defendemos uma política de mobilidade de esquerda: o transporte coletivo que evite a utilização de combustíveis fósseis; uma rede de transportes que tenha como principal objetivo possibilitar a movimentação livre das pessoas nas

mais variadas esferas da sua vida. Mobilidade à esquerda significa o controlo público da rede de transportes, pondo-os ao serviço das necessidades das pessoas e do desenvolvimento do país, fator importante no combate à litoralização e à valorização do interior. Só com uma rede ferroviária desenvolvida e diversificada se pode aproximar o país dele mesmo. Só o controlo público dos transportes permite a criação de redes e ligações que não sirvam a elitização de uns espaços e a quetização de outros.

4.3 HABITAÇÃO

O direito à habitação é posto em causa pela valorização dos interesses económicos em detrimento da salvaguarda de direitos fundamentais. É cada vez mais evidente que a produção legislativa dos últimos governos abriu portas e "legalizou" a especulação imobiliária, dando a mão ao capital e aos proprietários e gerando a crise habitacional.

As políticas públicas são escassas, não havendo uma atitude antecipatória de aquisição ou preservação de solo público, nem de alargamento de habitação social, ou a custos controlados. Por outro lado, os vistos gold, e outros benefícios fiscais, a célebre Lei Cristas do arrendamento e o agravamento dos processos de gentrificação e turistificação - causa e efeito da crise - contribuíram para o descalabro em que se encontra a estrutura habitacional. Gente sem casa e casas sem gente. Para além de propriedades devolutas, a degradação e a saturação de infraestruturas, com preços exorbitantes, são insustentáveis para quem trabalha. Nesta conjuntura, as e os jovens constituem um dos grandes grupos lesados. Não só estão excluídos da moratória que trava os despejos, como são demasiados para os poucos programas de renda apoiada. As rendas exorbitantes, os transportes caros e mal planeados, as deslocações cada vez maiores, tornam a emancipação de jovens estudantes ou trabalhadores completamente incomportável. O processo de especulação imobiliária não dá sinais de tréguas, resta-nos o combate nas ruas!

5. DROGAS

Portugal foi pioneiro na descriminalização do

consumo de drogas, encarando a adição como doença e não como crime. Mas há ainda muito conservadorismo a combater. Se com 18 anos podemos consumir álcool e tabaco, ambos aditivos, quem consome canábis continua ainda a ser estigmatizado e estigmatizada por um preconceito que ignora o conhecimento científico. Em 2018, aprovámos o uso de canábis para fins medicinais, um grande avanço para a saúde pública e que possibilitará o acesso à terapêutica que necessitam, mas não basta. A legalização da canábis recreativa é o próximo passo. A imposição de mudanças de comportamentos é ineficaz e a lógica proibicionista leva apenas a que quem consome figue refém do mercado negro e do tráfico, perpetuando a violência e elevando os riscos de adulteração.

São urgentes políticas públicas informadas e imparciais que assegurem que quem consome o faz em segurança, como as salas de consumo assistido. Apesar de estarem previstas na lei desde 2001, só agora chegaram a Lisboa, pela mão do Bloco. Esta medida tem de chegar a todo o país.

6. AMBIENTE

As alterações climáticas são a maior ameaça à sobrevivência humana e a comunidade científica é clara nesta questão - sem transição energética para energias renováveis na próxima década, provocaremos danos irreversíveis no planeta. Apesar destes factos, existe ainda uma enorme inércia no que toca a soluções capazes de travar as alterações climática, já que a decisão política está refém do interesse económico.

O capital não está interessado em combater as alterações climáticas, uma vez que não quer pôr em risco a extração de matérias primas e combustíveis fósseis que garantem o lucro, a acumulação de capital e controlo sobre a sociedade. Assim, a luta pela transição energética é uma extensão da luta de classes, sendo que só o combate ao sistema capitalista pode garantir o futuro da humanidade. Como ecossocialistas percebemos que o capitalismo não é viável num planeta de recursos limitados e que só um sistema económico socialista é capaz de construir uma sociedade sustentável, igualitária e justa. É necessário o controlo público do setor energético para dar início a esta transição, investindo nele, criando milhares de postos de

trabalho. A luta ambientalista alia-se à luta pelo pleno emprego. Rejeitamos pseudo-soluções de "capitalismo verde", pois não caímos na ilusão da orientação do capitalismo por critérios ambientais e de justiça climática e social.

7. FEMINISMO

As mulheres continuam a ser violentadas e discriminadas nas suas escolas nas várias esferas da sua vida. Historicamente foi-lhes atribuído o papel de mãe e cuidadora da casa, limitadas ao espaço privado, ainda que o sistema patriarcal prefira chamar-lhe amor ou dedicação. As mulheres são sobrecarregadas com duplas ou triplas jornadas de trabalho, entre trabalho assalariado e doméstico. A libertação do trabalho doméstico - fator de distinção social - não implica igualdade de género, sendo que é geralmente delegado em mulheres pobres, muitas vezes em situação de trabalho ilegal ou irregular.

As profissões maioritariamente femininas tendem a ser as mais mal pagas e mantém-se a desigualdade salarial entre homens e mulheres nas mesmas funções, ao que acresce o assédio moral e sexual a que muitas são vítimas. A tendência a trabalhos mais precários na população feminina e o papel social que lhe é atribuído faz das mulheres as primeiras vítimas dos ciclos económicos recessivos, obrigadas a suprimir os recuos do Estado social.

O patriarcado predomina nas instituições de ensino, alicerçando-se no conservadorismo, pondo a mulher em segundo lugar. Os currículos não incluem a história da resistência feminista a sistemas opressores, do machismo, ao fascismo e ao colonialismo. É necessária uma educação pública inclusiva que fomente a emancipação feminina.

A objetificação da mulher, tratada como mercadoria, sustenta a sociedade de consumo. Predominam os estereótipos de medidas-padrão e ideais de beleza formatados, reproduzidos por conteúdos culturais comerciais e pelos *media*.

Recusamos a política estritamente identitária e acrescentamos à luta de classes, a luta feminista, por um feminismo interseccional que combate todas as formas de opressão e exploração, sem deixar ninguém para trás.

8. LGBTI+

Vivemos numa sociedade heteronormativa, mas é importante saber reconhecer as vitórias que temos conseguido: a legalização do casamento e adoção por parte de casais com pessoas do mesmo sexo, o alargamento da Procriação Medicamente Assistida a todas as mulheres e o enquadramento legal da gestação de substituição, bem como a autodeterminação de género a partir dos 16 anos.

Apesar delas, a discriminação ainda é uma realidade que afeta as pessoas queer. A insegurança e o medo crescem com a ameaça aos direitos LGBTI+ no mundo. As vitórias da última década são um impulso para continuarmos a lutar pelo reconhecimento total do direito à autodeterminação de género, nas suas múltiplas identidades e expressões, pela despatologização das identidades trans, renovando o compromisso pela participação nos movimentos sociais e revindicações pela igualdade em todas as esferas da vida, da casa, à escola, ao trabalho.

A luta LGBTI+ interseccional é uma luta pela transformação social que combate a sociedade patriarcal, heteronormativa e transfóbica. A nossa luta é uma luta com consciência de classe, anticapitalista, feminista e antirracista.

9. ANTIRRACISMO

De Trump, com a sua aversão à imigração, motivado pela intolerância, a Bolsonaro, com a sua supremacia branca e política genocida dos povos indígenas, é impossível dissociar a ascensão da extrema-direita com o crescimento de políticas racistas e xenófobas.

Em Portugal, o racismo é uma realidade, tanto social, como institucional. O sistema de ensino português perpetua o mito do "bom colonizador" e do lusotropicalismo, os jovens afrodescendentes são desproporcionalmente canalizados para vias profissionalizantes, vendo o seu acesso ao ensino superior severamente dificultado.

No que toca às forças de segurança, o racismo é negado pelos mesmos que importunam, revistam e espancam sujeitos negros sem justificação, perpetuando o tratamento diferenciado de indivíduos, dependendo das suas características étnico-raciais.

Por isso, tem de ser nossa prioridade o combate ao racismo, contribuindo para a crescente consciencialização da sociedade.

10. CULTURA

A cultura é fundamental à aprendizagem e ao lazer, não podendo ficar nas mãos de quem a limita ao uso comercial, constrangendo a liberdade de criação e de usufruto. Defendemos o aumento do financiamento público para todas as áreas da cultura, a desburocratização dos processos e a facilitação do seu acesso.

Acreditamos que o acesso a obras de domínio público deve ser disponibilizado online, sem restrições por parte das instituições públicas que usam bloqueios tecnológicos para dificultar o acesso a textos, obras e documentação de foro e utilidade pública.

É igualmente importante reforçar que tradição e cultura não são sinónimos e, por isso, a tourada representa uma prática bárbara de tortura animal. Defendemos o fim da tortura animal e de qualquer tradição que mascarada de cultura propaga rituais de violência.

As vozes que se fizeram ouvir no ano de 2018 por todo o país ecoam ainda em quem luta todos os dias para sobreviver com migalhas ou ajudas mínimas. A cultura é um direito!

11. ORGANIZAÇÃO DE JOVENS NO BLOCO DE ESQUERDA

A CNJ deve ter como principal papel ligar jovens das mais diferentes idades e cidades e servir como base de apoio para o desenvolvimento de iniciativas, devendo estar ligada também ligada aos movimentos sociais e participar em lutas de diferentes âmbitos.

A CNJ deve facilitar a organização de jovens por distritos e por locais de trabalho e/ou estudo, procurando que estes se organizem, dando corpo às várias lutas que o Bloco trava. Para isso, é necessário fomentar a comunicação entre jovens dentro dos distritos e evitar o seu isolamento e exclusão devido à sua localização geográfica e descentralizar iniciativas. Faz também sentido que se procure incentivar os e as jovens a desenvolver

núcleos nos seus locais de estudo/trabalho, de modo a que possam organizar-se e lutar com maior eficácia. Por outro lado, a CNJ deverá impulsionar campanhas nacionais que tenham como objetivo fazer chegar a todo o país as lutas em que os e as jovens do Bloco estão envolvidas. Não somos uma juventude partidária e acreditamos que os e as jovens devem estar integradas nos vários grupos de trabalho do partido e participar de forma plena nas suas atividades. Cabe à CNJ coordenar a sua atividade com estes grupos.

É importante que a CNJ continue a fazer o esforço de chegar a cada vez mais jovens, fomentando a sua plena integração no partido, a nível nacional.

PROGRAMA 2019-2021

- > Criação de um "Guia Para um Mundo Laboral Sem Direitos". Apoio a movimentos e coletivos que militem nas causas que o Bloco de Esquerda defende. Este apoio, logístico ou de outra natureza, terá de ser desinteressado, rejeitando qualquer tipo de controle e quebra na autonomia de cada organização;
- > Dinamização de campanhas nacionais, tais como:
 - Campanha nacional contra a precariedade;
- Campanha nacional Ensino Secundário com vários eixos;
- Campanha nacional pelo fim das propinas;
- Campanha nacional antipraxe;
- > Criação de uma newsletter de 2 em 2 meses, que inclui minutas das reuniões da CNJ, Pão e Cravos, textos políticos da CNJ, eventos e contactos:
- > Organização de um debate acerca de modelos de acesso ao Ensino Superior;
- > Criação de uma rede de contactos entre a CNJ e os distritos, responsabilizando cada membro da CNJ por um ou mais distritos, estimulando a organização de jovens locais;
- > Promoção de reuniões da CNJ nos vários distritos, incentivando o contacto com militantes locais:
- > Estimulação da ligação com outros grupos setoriais do Bloco de Esquerda para construir ação conjunta: Grupo de Trabalho do Ensino

Superior, Grupo de Trabalho do Ambiente, Coordenadora Nacional do Trabalho, etc;

- > Pão e Cravos
- Continuação da publicação bimensal
- Criação de critérios editoriais para o Pão e Cravos e publicação destes critérios na primeira newsletter do mandato
- "Call for Papers" para o Pão e Cravos, de forma a democratizar a publicação no jornal
- > Organização de um Encontro Internacional de Jovens, convidando delegações internacionais de organizações politicamente próximas, de forma a estimular o debate e a solidariedade internacional;
- Representação dxs Jovens do Bloco em fóruns internacionais, promovendo solidariedade e trabalho entre organizações politicamente próximas;
- > Prestação de contas anual, promovendo o escrutínio dos e das jovens sobre a CNJ;
- > Divulgação da Ordem de Trabalhos antes das reuniões da coordenadora para que os locais onde há organização possam enviar contributos para o debate ou sugerir pontos para discussão;
- > Co-participação na organização das Brigadas de Verão;
- > Manutenção da organização do Liberdade e Inconformação, tentando melhorar cada vez mais estes espaços através dos contributos de todxs xs que participam;
- > Organização de uma Conferência sobre Ensino Superior, em parceria com o Grupo de Trabalho do Ensino Superior.

LISTA S

- 1. Mafalda Escada, Lisboa, 10517
- 2. Sara Santos, Porto, 9779
- 3. Pedro Loução, Lisboa, 13974
- 4. Catarina Figueiredo, Porto, 12633
- 5. Mariana Olho Azul, Lisboa, 12554
- 6. Tomás Marques, Aveiro, 12362
- 7. Gabriela Morais, Porto, 13094
- 8. Leonor Rosas, Lisboa, 13980
- 9. Igor Gago, Faro, 13748
- 10. Miguel Martins, Braga, 13852
- 11. Núria Guedes, Castelo Branco, 13274

SUPLENTES

- 1. Beatriz Simões, Porto, 13034
- 2. Diogo Mendes, Setúbal, 12249
- 3. Diego Garcia, Viseu, 11602
- 4. Beatriz Farelo, Lisboa, 12474
- 5. Catarina Agreira, Coimbra, 12533
- 6. Ernesto Oliveira, Aveiro, 13065
- 7. Ana Sofia Oliveira, Lisboa, 13265
- 8. Sara Canteiro, Bragança, 13961
- 9. Pedro Amaral, Açores, 13254

Representante da Moção S na COC

Mafalda Escada, 10517

SUBSCREVEM:

- 1. Adriana Afonso, 13068, Lisboa
- 2. Adriana Remelhe, 14321, Braga
- 3. Alexandre Fernandes, 12005, Lisboa
- 4. Ana Isabel Silva, 13601, Porto
- 5. Ana Rita Ensina, 12724, Évora
- 6. Ana Sofia Oliveira, 13265, Lisboa
- 7. André Moreira, 8226, Porto
- 8. André Nogueira, 11211, Aveiro
- 9. André Oliveira, 14310, Coimbra
- 10. André Rocha, 14056, Setúbal
- 11. Andreia Quartau, 11049, Lisboa
- 12. António Presado, 14347, Portalegre
- 13. Beatriz Farelo, 12474, Lisboa
- 14. Beatriz Pedroso, 14261, Lisboa
- 15. Beatriz Simões, 13034, Porto
- 16. Bianca Almeida, 12256, Porto
- 17. Bruno Saraiva, 14308, Aveiro
- 18. Carlos Carvalho, 14343, Braga

- 19. Carolina Blu, 14212, Lisboa
- 20. Carolina Leite, 13055, Viseu
- 21. Carolina Vieira, 12407, Lisboa
- 22. Catarina Agreira, 12533, Coimbra
- 23. Catarina Alves, 11441, Porto
- 24. Catarina Figueiredo, 12633, Porto
- 25. Catarina Ramalho, 14218, Lisboa
- 26. Clara Borges, 14202, Castelo Branco
- 27. Clara Mancelos, 11456, Porto
- 28. Daniel Macedo, 14284, Lisboa
- 29. Diana Agar, 14234, Porto
- 30. Diana Silva, 13909, Aveiro
- 31. Diego Garcia, 11602, Viseu
- 32. Dilan Granjo, 11334, Aveiro
- 33. Diogo Alves, 14033, Porto
- 34. Diogo Amador, 13756, Lisboa
- 35. Diogo Mendes, 12249, Setúbal
- 36. Duarte Barros, 10351, Aveiro
- 37. Eduardo Antunes, 11907, Aveiro
- 38. Eduardo Couto, 13387, Aveiro
- 39. Ernesto Oliveira, 13065, Aveiro
- 40. Filipa Vieira, Aveiro, 13022
- 41. Filipe Pinheiro, 13629, Coimbra
- 42. Francisca Gonçalves, 12954, Coimbra
- 43. Gabriel Gonçalves, 11937, Lisboa
- 44. Gabriela Morais, 13094, Porto
- 45. Gil Rodrigues, 14067, Lisboa
- 46. Gonçalo Cabral Ferreira, 8568, Porto
- 47. Gonçalo Matos, 13299, Setúbal
- 48. Gonçalo Pessa, 8545, Leiria
- 49. Guilherme Amaro, 11875, Aveiro
- 50. Guilherme Gomes, 14291, Lisboa
- 51. Helena Martins, 13600, Porto
- 52. Hugo Raimundo, 12032, Lisboa
- 53. Igor Gago, 13748, Faro
- 54. Inês Bom, 10414, Setúbal
- 55. Inês Colaço Fernandes, 14219, Lisboa
- 56. Inês Melo, 12152, Aveiro
- 57. Inês Mendes, 13007, Lisboa
- 58. Inês Tavares, 9721, Lisboa
- 59. Izaura Solipa, 11048, Santarém
- 60. Jaquelina Vinagre, 10804, Aveiro
- 61. Joana Carranço, 14365, Lisboa
- 62. Joana Pires, 11465, Lisboa
- 63. Joana Soares, 12229, Porto
- 64. João Magueija, 14169, Viseu
- 65. João Mineiro, 6566, Lisboa
- 66. Jorge Albuquerque, 14282, Porto
- 67. Jorge Wolfs, 11634, Viseu
- 68. José Henrique Andrade, 14171, Açores

- 69. José Pedro Correia Dias, 14290, Braga
- 70. José Ribeiro, 12748, Aveiro
- 71. Kátia Reis, 13928, Viseu
- 72. Leandro Lagarto, 13189, Setúbal
- 73. Leonor Rosas, 13980, Lisboa
- 74. Levi Oliveira, 14068, Viseu
- 75. Lígia Mesquita, 14300, Porto
- 76. Luís Borges, 14350, Braga
- 77. Luís Cruz, 14240, Braga
- 78. Luís Monteiro, 6793, Porto
- 79. Luís Silva, 13145, Braga
- 80. Luísa Silva Gomes, 10592, Porto
- 81. Mafalda Escada, 10517, Lisboa
- 82. Mafalda Moreira Silva, 13806, Aveiro,
- 83. Manuel Lourenco, 12315 Lisboa,
- 84. Manuel Magalhães, 12520, Leiria
- 85. Marco Tavares, 13912, Aveiro
- 86. Maria Caseiro, 13030, Viseu
- 87. Mariana Garrido, 12097, Coimbra
- 88. Mariana Gomes, 10023, Lisboa
- 89. Mariana Lopes, 13811, Viseu
- 90. Mariana Olho Azul, 12554, Lisboa 91. Mariana Santos, 14004, Castelo Branco
- 92. Mariana Simões Rego, 10446, Porto
- 93. Marlene Santos, 12084, Porto
- 94. Marlisa Furtado, 13182, Açores
- 95. Marta Giesta, 9884, Porto
- 96. Marta Gorgulho, 13161, Lisboa
- 97. Marta Soares, 14216, Aveiro 98. Martim Calmeiro, 9836, Lisboa
- 99. Miguel Martins, 13852, Aveiro
- 100. Miguel Neto, 12435, Viseu
- 101. Miguel Van der Gard, 13571, Setúbal
- 102. Nâhdja Serra Firmino, 14267, Faro
- 103. Nélia do Carmo, 11845, Faro
- 104. Núria Guedes, 13274, Castelo Branco
- 105. Patrícia César Monteiro, 12749, Porto
- 106. Paula Serralha, 13470, Setúbal
- 107. Paulo Santos, 10615, Aveiro
- 108. Pedro Abrantes, 12391, Viseu
- 109. Pedro Alves, 10062, Aveiro
- 110. Pedro Amaral, 13254, Açores
- 111. Pedro Bento, 12185, Castelo Branco
- 112. Pedro Cardoso, 13932, Viseu
- 113. Pedro Loução, 13974, Lisboa
- 114. Pedro Mesquita, 13405, Castelo Branco
- 115. Pedro Vidigal, 14057, Lisboa
- 116. Rafael Boulair, 10214, Porto
- 117. Rafaela Almeida, 14123, Porto
- 118. Raquel Teixeira, 13711, Bragança

- 119. Raquel Wilson, 13096, Aveiro
- 120. Renata Rocha, 13125, Faro
- 121. Ricardo Caia, 14311, Évora
- 122. Ricardo Gouveia, 9357, Lisboa
- 123. Rita Sarrico, 11369, Lisboa
- 124. Rodrigo Coelho, 14023, Lisboa
- 125. Rui Ledo, 13712, Bragança
- 126. Salomé Ventura, 12493, Aveiro
- 127. Sandra Góis, 11006, Santarém
- 128. Sara Anselmo, 12296, Lisboa
- 129. Sara Canteiro, 13961, Aveiro 130. Sara Santos, 9779, Porto
- 131. Sérgio Veloso, 12613, Aveiro
- 132. Silvia Freitas, 14342, Guimarães 133. Sofia Alves, 12288, Porto
- 134. Sofia Domingues, 14358 Aveiro
- 135. Teresa Amorim, 14320, Aveiro
- 136. Tomás Marques, 12362, Aveiro 137. Vera Palos, 10922, Braga
- 138. Vicente Ferreira, 13219, Lisboa
- 139. Vítor Tereso, 12799, Évora

CONTRIBUTOS

DA OFENSIVA NEOLIBERAL À LUTA LGBTQI+

Mi Guerreiro, Diogo Araújo, Mateus Sadock e André Carvalho

Desde os últimos 10 anos que temos assistido de forma intensa e visível na Europa, a fenómenos anuais de celebração da cultura do homem branco, gay, cis, classe média-alta, musculado e cumpridor dos bons costumes naqueles que são tidos como momentos de celebração e orgulho, os EuroPrides.

Este ano, a ILGA, a Variações - Associação de Comércio e Turismo LGBTI e a EPOA - European Pride Organisers Association avançaram com a candidatura de Lisboa como cidade anfitriã do EuroPride de 2022.

Passados 50 anos desde o motim de Stonewall, em que pessoas trans* racializadas, se revoltaram contra a polícia, após os constantes ataques contra as suas vivências, tudo parece ser esquecido pelas empresas que lucram com as vendas que instrumentalizam e brincam com a nossa luta diária.

A utilização de um padrão homossexual capitalizado pelos grandes interesses económicos como "única forma de existência", varre para debaixo do tapete as múltiplas discriminações diárias sobre pessoas racializadas, mulheres lésbicas e bissexuais, pessoas trans* e nãobinárias ou vivências intersexo, que pertencem à comunidade.

Esta visão opressora e totalitária que vende a imagem padronizante daquela que deve ser a aparência e compostura que um homem gay deve possuir é o standard publicitário que impulsiona inúmeras cadeias multinacionais/ comerciais a faturarem milhões à custa de um marketing que despolitiza todo um passado de história de luta pela emancipação e liberdade das pessoas LGBTI+.

Nestes eventos as restantes existências da sigla são completamente ignoradas onde tudo se resume a uma cultura gay, aliada a um conjunto de comportamentos e etiquetas homonormativizadas contendo em si mesmas, fortes elos de uma masculinidade tóxica evidente.

É precisamente neste contexto, que vive de

patrocínios e publicidades, que as pessoas mais afectadas pela opressão LGBTI+ são postas de parte, as mesmas que iniciaram todo este processo de libertação são hoje fortemente excluídas.

Esta é portanto, uma abordagem às questões LGBTQI que, por estar desvinculada de uma visão Anticapitalista, por nada contribuir para a luta e por consolidar em si mesma, inúmeras formas de exploração e repressão social-laboral, devemos repudiar e inviabilizar sempre.

A consciência e a resistência como os melhores instrumentos que temos em oposição a esta visão liberal das lutas.

As Marchas são um momento de politização e reivindicação dos direitos LGBTI+ como poucas na Europa. Esta lógica de rendição de luta aos interesses do capital ainda não se aplica nas marchas do nosso país; aliás, marchas como as que existem em Portugal são impulsionadas e organizadas por activistas das mais diversas Associações, Colectivos e/ou partidos que não têm, nem se admite que tenham, qualquer tipo de interesse rentista num momento político e crítico como uma manifestação.

De Lisboa a Viseu, de Bragança, Porto, Vila Real, Braga ou Faro o espiríto de entrega e dedicação é notório e tem dado frutos, não só pelo número de diferentes distritos que abraçaram esta causa como também pelo próprio conteúdo e objetivos das mesmas.

Nos últimos dois anos o conteúdo político das Marchas LGBTI+ em Portugal têm estado constantemente em discussão, não pelas comissões organizadoras que dão seu o melhor para concretizar consecutivamente Marchas de sucesso, com justas reivindicações e agendas políticas, mas sim por elementos externos a si. Elementos estes que directa ou indirectamente representam entidades bancária, empresariais e comerciais que querem à força desfazer o conteúdo político e crítico das marchas para

alimentar o negócio de alguns proprietários, empresários e accionistas.

Em 2016, BNP Paribas começa por surgir com um grupo de trabalhadores "independentes" que "voluntariamente" pretendem enaltecer e divulgar o espirito gay friendly que o banco possui. A mesma entidade bancária que curiosamente foi acusada vezes sem conta de estar envolvida em casos de financiamento ilícito à frente genocida que dizimou milhares de pessoas no Ruanda.

No Porto, a Variações - Associação de Comércio e Turismo LGBTI pela voz do seu vice-presidente e ex militante do BE, Diogo Vieira da Silva, conseguiu fazer uma das campanhas mais sujas e deturpadas contra a Comissão Organizadora da MOP na mais recente Marcha, em 2018.

A Variações fez-se representar na Marcha com um Autocarro publicitando de forma assumidamente comercial, muitas das empresas financiadoras desta entidade e tentando estrategicamente impedir a Marcha de prosseguir o seu habitual percurso.

Permitir que entidades comerciais ,bancárias ou imobiliárias instrumentalizar todo um passado de resistência para possam lavar a cara de rosa (Pinkwashing) de todos os crimes sociais dos quais são cúmplices, vendendo a imagem de entidade credível, respeitadora e respeitável em nome de uma enorme sede de lucro deve ser para nós uma situação abominável.

Temos de começar a blindar as estruturas organizadoras das Marchas contra qualquer tipo de aproveitamento mercantil por parte de instituições comerciais como forma de proteção do próprio movimento, que já está nos dias de hoje na mira das taxas de lucro de muitos empresários e banqueiros nacionais e internacionais. O mínimo é não nos deixarmos levar pelo capital e resistir, lado a lado, com xs ativistas que lutam para que um outro mundo seja possível.

Queremos que o BE deixe que reine o capital, mesmo que gay-friendly?

ONDE PÁRA E PARA ONDE VAI O MOVIMENTO ESTUDANTIL?

Catarina Figueiredo e Sara Azul Santos

Para nós estudantes de esquerda que entramos no ensino superior é comum debruçarmo-nos, assim que entramos na faculdade, sobre os problemas que nos afetam enquanto colectivo. É, portanto, normal e frequente o envolvimento nos mais diversos ramos que compõem, hoje em dia, o movimento estudantil. Se há uns anos era ponto assente que tínhamos que lutar pela conquista de associações de estudantes e de outros órgãos institucionais da universidade, hoje em dia sabemos que mesmo ao ganhar estes espaços, os bloqueios à atividade e à luta estudantil são vários

Por um lado, a participação dos estudantes nos vários órgãos da universidade nos quais a sua presenca já está estabelecida institucionalmente apresenta, por si só, limitações. Estes órgãos, sejam eles de gestão das universidades ou constitutivos das associações de estudantes, estão construídos a partir de matrizes organizativas predefinidas com limites formais bem delineados. Estes limites dificultam o desenvolvimento de ações estudantis mais contestatárias, tendendo estas a tornaremse menos radicais e mais reformistas. É evidente que estas instâncias dão um poder considerável aos estudantes, mas também é certo que este poder está circunscrito, muitas vezes, apenas a elas mesmas. E este seu carácter restritivo e institucional exige dos estudantes envolvidos uma forte capacidade de resistência para não caírem em formas de reivindicação demasiado formais.

Por outro lado, verifica-se também a existência do medo enraizado de que ao arrojar em usar as associações para fazer as várias lutas, se irá politizar em demasia estes órgãos. Estes órgãos que deveriam ser armas políticas, porque é de facto o seu objectivo no papel, perdem-se ou em questões de foro logístico ou tornam-se em meros organizadores de eventos ou festas. Existe nestes espaços uma distorção da palavra ideologia. Há um preconceito latente para com o "fazer política", havendo um medo de que certos partidos monopolizem o movimento estudantil. As campanhas apartidárias tornaram-se campanhas apolíticas, onde é tabu falar e

discutir temas fracturantes que vão das propinas ao RJIES, chegando ao medo de tomar posições públicas que liguem as associações a uma ou outra ideologia. São as políticas de direita, fomentadas no movimento estudantil há anos, que lucram com órgãos vazios e ocos, onde o espaço de reivindicação é escasso gerado à volta de estruturas maiores e burocráticas como disso são exemplo as federações académicas.

É preciso, portanto, lutar por fora. Fugir dos órgãos institucionais e criar frentes comuns de batalha que unam os estudantes nas mais diversas lutas. O ativismo estudantil deve ter, assim, um carácter mais abrangente e não se deve encerrar na presença de estudantes nos órgãos institucionais. Este será mais eficaz se ultrapassar as barreiras formais e se se conseguir envolver com a comunidade académica de forma mais direta. Para isso a criação de grupos organizados e de acões reivindicativas é fundamental. A criação destes constrói uma união por entre os estudantes mais informal e, potencialmente, mais sólida e contestatária. Estes grupos e ações, em articulação com um reforço da participação politizada nos órgãos da universidade, são a resposta para a construção de um movimento estudantil mais forte e integrado.

INVERTER O CICLO QUE O INTERIOR ATRAVESSA

Diego Garcia

As políticas públicas que têm vindo a ser implementadas falham continuamente no combate ao despovoamento que o Interior tem sofrido. A falta de presença do Estado e as suas instituições no território cria um ciclo de abandono. Faltam serviços, faltam empregos, faltam oportunidades, faltam apoios. Existe uma disparidade cada vez maior entre as realidades do Interior e das áreas litorais do país, a estratégia passar por criar estruturas para atrair e manter a povoação.

O combate a estas discrepâncias passa também por procurar um processo de descentralização consciente, acompanhado por um poder político assente em princípios democráticos, fortes e autónomos, apenas possível com uma regionalização que tenha em conta a identidade e grau de desenvolvimento próprios de cada contexto, uma regionalização que incida na procura de uma forte autonomia política e deslocalização de decisões, sempre com o objetivo de construir uma política cada vez mais próxima das populações, assente nos valores da democracia e participação. O atual processo de descentralização, acordado pelo PS e pelo PSD, só agravará as desigualdades entre os diferentes territórios do país, contribuindo também para o caciquismo nas autarquias.

O Interior está a ficar despovoado e deserto e uma das chaves para o desenvolvimento pode ser o Ensino Superior defendendo um Ensino Superior Público, com modelos de financiamento independentes da política dos numerus clausus, com a manutenção de cursos de graduação e pós-graduação estratégicos para o Interior, com a defesa dos Centros de Investigação e Laboratórios Colaborativos, com políticas específicas de inserção de bolseiros e iovens qualificados e gerando estruturas para a criação de emprego altamente qualificado nos territórios de baixa densidade. Também a população que se dedica ao trabalho agrícola no Interior está cada vez mais envelhecida. Isto deve-se muito às sucessivas políticas de ataque aos pequenos agricultores. A falta de estratégias

levou muitos pequenos agricultores a vender ou abandonar as suas terras por não conseguirem ter condições para fazer face às exigências legais ou à concorrência internacional. Aumentar a capacidade de intervenção das populações das pequenas cidades, das vilas e das aldeias é aumentar a capacidade de emancipação dos habitantes destas regiões, é a capacidade de fornecer ferramentas que permitam a resolução de problemas concretos, sejam eles da esfera do poder local, dos direitos dos trabalhadores ou da esfera dos direitos humanos e não humanos. É preciso ser a força da organização local e sectorial dos habitantes do Interior.

A política local de proximidade é fundamental para a resolução dos problemas das regiões, das populações, das pessoas. Só sendo sensível a esta necessidade de proximidade e privilegiando meios e estruturas que o permitam, poderemos perceber o Interior e combater o seu crescente despovoamento.

BEM-ESTAR ANIMAL: TEMOS FEITO MUITO, MAS AINDA FALTA MUITO POR FAZER!

Diego Garcia

As e os ativistas do Bloco de Esquerda têm desempenhado um papel importante na afirmação do bem-estar animal como princípio político. Nos últimos anos têm-se registado alguns avanços nas políticas de bem-estar animal no plano legal que não escondem um grande atraso legislativo e de fiscalização em relação à forma como hoje a sociedade considera os animais com os quais nos relacionamos seja na alimentação, no entretenimento, na investigação, no contexto pedagógico ou como companheiros do quotidiano. As mudanças operadas no estatuto jurídico dos animais em 2017 – deixando de os considerar como coisas e atribuindolhes um estatuto jurídico próprio - assim como o reforço da criminalização dos maus tratos a animais domésticos foram lutas ganhas pelos movimentos de defesa do bem-estar animal. Mas, mesmo nestes domínios, as soluções consagradas em lei ficaram muito aquém do que o movimento social e os nossos ativistas pretendiam. Não se compreende, desde logo, que a legislação relativa aos maus tratos animais apenas proteja animais de companhia e deixe de fora tantos outros animais que são igualmente seres sencientes. O alargamento da lei dos maus tratos a todos os animais sencientes é essencial para uma legislação respeitadora do estatuto jurídico dos animais agora plasmado em lei.

As e os ativistas do Bloco de Esquerda devem reforçar o seu compromisso com as políticas de bem-estar animal. Temos que o fazer integrando a luta pelo respeito do bem-estar animal numa construção anticapitalista mais ampla, isto é, uma construção que combate a exploração e as relações de dominação a todas as escalas, nomeadamente a violência e objetificação com que a indústria e as políticas públicas, na sua grande maioria, encaram os animais.

É sob essa perspetiva que, desde logo, devemos reivindicar a substituição de touradas e outros espetáculos que violentam animais por iniciativas culturais e desportivas de outro pendor, a proibição total de espetáculos de circo com animais selvagens complementando com

uma aposta forte no apoio as artes circenses ou o recurso a alternativas ao uso de animais na investigação científica. Também nas políticas do bem-estar dos animais errantes e de companhia temos estado na linha da frente. Lutamos pela disponibilização de serviço público provido pelos municípios de esterilização de animais errantes, assilvestrados e de companhia como forma de controlo da população de animais, em alternativa ao abate em canis, e a criação de uma Rede de Centros de Recolha Oficial que abranja todos os municípios. É também nesta perspetiva que devemos repudiar a promoção do negócio de exportação de animais vivos para países que não garantem normas de bem-estar animal, iniciada pelo Governo CDS/PSD e ampliada pelo atual Governo. O intensivismo ilimitado de produção e transporte de animais atenta contra o bem-estar animal, o ambiente e os direitos dos trabalhadores e dos pequenos produtores de animais.

As e os ativistas do Bloco de Esquerda têm estado constantemente nas lutas por todos estes avanços em estreita complementação com as lutas do movimento social e em linha com os avanços a nível científico, social e legal. Devemos assumir o compromisso de aprofundar a capacidade de intervenção dos e das ativistas que alertam para o desrespeito contra os animais e os processos de poluição ambiental. É essencial a participação dos movimentos sociais na transparência e no envolvimento em definição de políticas públicas para avanços nestes campos.

CURSOS PROFISSIONAIS: EXPLORAÇÃO OU EDUCAÇÃO?

Eduardo Couto

Ao defendermos a democratização da escola pública, não podemos ignorar a vertente dos cursos profissionais. O ensino profissional veio para segregar estudantes. Além dos módulos não qualificarem os alunos, os cursos profissionais sofrem de um preconceito por parte da comunidade estudantil e também de professores.

O ativismo nas escolas deve reivindicar uma alteração significativa ao atual modelo de ensino profissional em Portugal. Não somos mais um número na base de dados, somos estudantes. Queremos aprender, dialogar, estudar e debater. Não estamos na escola para sermos instruídos a aceitar que a única solução é aceitarmos o favor de ser explorados.

ACESSO AO ENSINO PROFISSIONAL:

Por norma os alunos são direcionados para o ensino profissional quando não têm uma média dentro do que é impingido como "suficiente". Os professores e psicólogos escolares utilizam palavras caras para descrever esse encaminhamento, mas eu utilizo a palavra certa: segregação.

O FILHO DO OPERÁRIO VAI CONTINUAR OPERÁRIO:

Infelizmente, a pobreza e a precariedade assombram as e os alunos quer do profissional quer do regular. Muitos estudantes que optam pelo caminho do ensino profissional tomam esta decisão baseada nas possibilidades financeiras do seu agregado familiar.

A alimentação, o transporte, etc. são assegurados por fundos europeus, reencaminhado assim os alunos mais pobres para estes cursos. O atual modelo de capitalismo neoliberal garante assim que os filhos dos explorados vão continuar a ser explorados (apesar da ideologia da meritocracia apregoada pelo sistema), pois as saídas profissionais destes cursos são na sua generalidade para empregos com remunerações na casa do salário mínimo nacional.

MERITOCRACIA EMPREENDEDORA:

A vertente profissional incide fortemente na formatação do modo de pensamento dominante com disciplinas e UFCD's (Unidades de Formação de Curta Duração), que declaram que um dia vamos ser muito ricos e quem sabe ter bastantes empresas, se para isso trabalharmos bastante.

Primeiramente, se ao nos dizerem que vamos ter uma empresa o intuito é cativar, para mim explorar trabalhadores nunca foi motivo de orgulho. Em segundo lugar, sejamos objetivos e claros: as alunas e os alunos saem destes cursos "aptos" para limpar o chão do Pingo Doce e não para ser o próximo gestor da Jerónimo Martins.

"OS BURROS COITADINHOS":

A comunidade escolar em geral tem um preconceito enorme perante os cursos profissionais. Não, não somos a malta que não quer saber da escola, até porque não nos permitem isso.

Desde cedo que nos impingem que há uma hierarquia a respeitar, e isso não foge à regra no modelo dos cursos profissionais. Cada aluno pode dar apenas 10% de faltas a cada módulo, ou seja, se a UFCD tiver 50 tempos, à sexta falta injustificada reprovamos ao módulo.

Para recuperarmos o chumbo do módulo temos que nos submeter a um exame, pago mediante a política interna da escola. Se a nota do exame não for igual ou superior a 10,, temos duas hipóteses: repetimos o exame até à positiva ou ficamos apenas com o 9° ano concluído.

Podemos ter média de 19 a todo o curso, mas basta um único módulo com uma nota abaixo de 10 que o curso fica por concluir e ficamos sem o diploma de 12° ano.

GREVE? SÓ DAS 6:30 ÁS 7!

Um caso prático de como os cursos profissionais

são discriminados é a greve climática estudantil. Há módulos que têm apenas 2 tempos. Isto significa que se o aluno faltou no dia da greve climática estudantil de forma injustificada, reprova automaticamente ao módulo por ultrapassar os 10% de faltas. Este é um exemplo de como o Estado afasta os alunos da luta ativista e reivindicativa.

Qualquer professor ou professora que faça greve ou que falte por algum motivo terá de repor todas as aulas que não lecionou após o ano letivo acabar, mesmo que isso signifique estar na escola até fins de julho. O curso só é dado como concluído com 100% das aulas lecionadas.

NO MEU TEMPO ERA ASSIM, CONTIGO TAMBÉM VAI SER:

A mentalidade de uma geração que foi educada no tempo do fascismo é difícil de alterar. Há bastantes casos de alunos que são impedidos de enveredar pelo ensino regular pelo simples facto de os pais não os deixarem. Seja por pensarem que os filhos não são "competentes" ou por não terem tido a oportunidade de aceder a mais do que 6 anos de ensino, há país com uma visão muito fechada do que será o futuro profissional das e dos filhos.

EXPLORAÇÃO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO NEOLIBERAL (ESTÁGIOS):

Os estágios destes cursos são meramente trabalho não remunerado. Dizem ser "formação no contexto do trabalho", mas eu contradigo com "exploração no contexto do capitalismo". Quem beneficia com os cursos profissionais são os patrões que recebem trabalho escravo sem pagarem um cêntimo no bruto dos casos.

As e os alunos na maioria das vezes só recebem o valor relativo aos subsídios de transporte e de alimentação, e não é a empresa que o paga, é o Estado. Além dos estágios serem desadequados na maioria dos casos para a suposta área de formação, há ligações no mínimo suspeitas com certos professores. Os estágios são aprovados pelo diretor de curso, que por vezes é amigo pessoal dos patrões.

ENSINO SUPERIOR:

Se há barreiras enormes para o acesso ao ensino superior para as e os alunos do ensino regular, quer pelo alojamento, propinas, notas, etc., nos cursos profissionais a situação não é diferente. As disciplinas como Português são direta ou indiretamente mais simplificadas do que no ensino regular. Isto significa que um aluno do profissional não está em pé de igualdade quando se submete ao exame nacional (apesar de nos prometerem frequentemente alterar este paradigma).

Além disso, para ingressar no ensino superior é feita a média do curso, onde consta a média dos módulos, do estágio e da Prova de Aptidão Profissional. A PAP é avaliada por um júri, quase sempre com um empresário da área ou um vereador municipal que finja compreender do assunto. Torna-se assim difícil para alguém que critique o sistema tirar uma boa nota.

A UNIÃO EUROPEIA É FIXE:

Além de sermos bombardeados com campanhas pró-União Europeia, devido ao facto destes cursos serem financiados por fundos europeus, há uma UFCD de "Integração no Espaço Europeu" transversal a todos os cursos profissionais.

Neste módulo apenas se leciona sobre as "vantagens" de pertencer à União Europeia, sem abrir qualquer espaço ao debate sobre suas vantagens ou desvantagens. Afinal, estamos num curso profissional, não é suposto produzirmos pensamento.

COMER E CALAR:

Os cursos profissionais são constantemente submetidos a alterações legislativas: seja por um decreto-lei aprovado, cortes na educação ou por uma mudança de governo. A comunidade escolar nunca é ouvida.

Como os módulos são lecionados por horas de formação e não por períodos, é raro acabarem no final de cada período. Aliás, há períodos com vários módulos da mesma disciplina. A mais recente alteração, além de descabida, desrespeita o direito das e dos alunos: no passado, os alunos sabiam a nota do módulo quando o mesmo acabava, mas agora têm de esperar até ao fim do período - o professor não pode dizer sequer se o aluno teve um nota acima de 10 valores.

BEM UNIDOS FAÇAMOS, NESTA LUTA FINAL:

O caminho para a democratização escola pública e para o socialismo passa necessariamente por alterar o paradigma dos cursos profissionais, trazendo a luta para os mesmos. Urge a nós, enquanto ativistas estudantis, sensibilizar estas

e estes alunos para a forma como estão a ser explorados pelo capitalismo.

Cabe ao Bloco de Esquerda propor e defender medidas por uma escola pública com qualidade para todas e de todos sem distinção, independentemente da idade, género, orientação sexual, condição social, etnia ou curso.

Pela educação, abaixo a exploração!

DISPUTANDO A HEGEMONIA NAS RUAS

Gabriela Morais

A confiança do povo no Bloco e o poder do voto abriram portas a um avanço para a igualdade de direitos. No entanto, é preciso reforçar que só com o movimento de rua é possível construir uma alternativa de corte à matriz capitalista. A nossa estratégia socialista deve ser a de disputar a hegemonia na sociedade (entenda-se acabar, por exemplo, com a atual hegemonia do neoliberalismo na comunicação social ou com o populismo de extrema direita). A nossa estratégia socialista deve ser a de tratar da igualdade económica pelo caminho do estado social, combatendo todas as formas de opressão e exploração, sem largar a mão de ninguém.

Criar maiorias sociais é a estratégia que facilita o travão à reorganização da extrema direita e ao agravamento da agenda neoliberal que deixa os serviços à mercê do negócio. A organização de movimentos de rua permite a afirmação do projeto de transformação social. O sistema capitalista provocou uma crise social e política que não se sustenta apenas na exploração por parte do capital. Assenta também no patriarcado, no racismo, na perseguição das minorias sexuais. É preciso combater o abandono das causas da justiça social -imposto pela política austeritária da direita- nas ruas, transformando a consciência em acão direta revolucionária.

O Bloco não é um partido com um fim em si mesmo, é um partido-movimento. Somos ativistas de rua e lutamos pelo direito a residências universitárias e pelo direito à cidade, pelo SNS, pelo aumento do financiamento público para todas as áreas da cultura, por uma Europa que diga "não" à austeridade e à xenofobia, pela punição daqueles que contribuem para uma justiça racista, misógina e do privilégio; reivindicamos justiça climática; lutamos para reverter o adormecimento do movimento estudantil que forçosamente se liga à atual difusão da praxe nas faculdades; lutamos para combater a praxe - uma instituição que perpetua valores antidemocráticos, a humilhação e a hierarquia; reivindicamos um ensino público, gratuito e democrático; lutamos contra a precarização do

trabalho, contra o conservadorismo, contra o assédio sexual e laboral, contra o abandono do investimento público no interior; lutamos no fundo, contra a reentrada dos privados nos vários setores da economia portuguesa e contra a aceitação acrítica das relações de poder do sistema capitalista. Lutamos para criar movimento interseccional e para disputar a hegemonia e as maiorias sociais nas ruas.

A compartimentação dos movimentos sociais não permite unir as forças da esquerda para a redistribuição de recursos e poder. O mero reconhecimento de alguns movimentos identitários não é a alternativa política consistente. Não esquecemos os oprimidos da reprodução de uma sociedade mercantil quando falamos do anti racismo, do feminismo, dos direitos para pessoas LGBTQ+. Pelo contrário, entendemos que a luta anticapitalista é interseccional. Uma maioria popular à esquerda e a disputa política de massas engloba manter o sistema financeiro em mãos públicas e nacionais e o combate a um sistema patriarcal, heteronormativo e supremacista. As lutas que o Bloco trava não se resumem a causas fraturantes mas sim a causas unificantes que nos permitem pôr em prática o projeto para uma sociedade justa, igualitária e sustentável. Propostas emancipatórias e de políticas sociais devem integrar a representação, a apresentação e mobilização. Afirmar o Socialismo passa por ganhar as faculdades, os locais de trabalho e os bairros, unificando as diversas causas emancipatórias e promovendo a mobilização social.

A PALESTINA NÃO PODE ESPERAR

Igor Gago

Aocupação israelita de território palestino é um dos conflitos mais relevantes atualmente e o suporte que Israel tem para continuar a implementar as suas políticas de sionismo extremo vem de lobbies por toda a parte do mundo. Nos Estados Unidos, o maior aliado atual do estado Israelita, grupos pró-Israel entregaram pelo menos 30 milhões de dólares nas eleições de 2016 e 2018 a representantes dos dois maiores partidos. Esta enorme quantia não surpreende, pois só com um imenso gasto de capital é que é possível comprar apoio para políticas de branqueamento cultural, de constante expansão territorial e de cerco à população palestina.

A aliança Israel-Estados Unidos é crucial no conflito, garantido armamento militar a Israel e impunidade internacional quase total apesar das violações de direitos humanos contínuas nos territórios palestinianos ocupados. No entanto, os ventos parecem estar a mudar a favor do povo palestino, por um lado com a eleição para o congresso americano das primeiras duas mulheres muçulmanas e críticas do governo israelita, sendo uma delas palestino-americana, e por outro lado com o aparecimento de candidatos progressivos (pelos padrões americanos) a Presidente do Estados Unidos, como Bernie Sanders e Elizabeth Warren, que apesar de não apoiarem diretamente o movimento BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções para Israel), defendem que este não deve ser ilegal, contrariando a maioria dos representantes americanos.

Se Israel tem todo o capital ao seu dispor, então a Palestina precisa de todo o apoio social internacional. Um apoio pelo fim da ocupação e colonização dos territórios palestinos, pelo fim do inferno na faixa de Gaza, pela igualdade para cidadãos muçulmanos em Israel e pelos direitos humanos fundamentais do povo palestino.

Por Portugal o clima social ainda é de demasiada apatia em relação à ocupação israelita. Muitos percebem que o conflito é grave, mas cultivase esta noção errada de que ambos os lados são igualmente responsáveis. Nas secções mais conservadoras e extremistas da sociedade

portuguesa a opinião pró-Israel é prevalente, supostamente sustentada por retórica sobre a solidez da democracia e estabilidade israelita, mas que no fundo é uma máscara para os aparentemente inocentes "valores ocidentais" e para a islamofobia. Infelizmente, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal coloca-se subtilmente ao lado de Israel, por exemplo, ao "condenar veementemente" o lançamento de um míssil lançado de Gaza sobre território israelita no dia 25 de Março, mas nada dizendo sobre a retaliação onde Israel bombeou pelo menos 100 estruturas do Hamas em Gaza, mesmo quando este grupo afirmou que não esteve envolvido no míssil inicial.

A apatia reflete-se na quantidade de pessoas que não defendem um boicote português à Eurovisão de 2019 em Tel Aviv. O que é preciso entender é que enquanto Israel prosseguir com as violação de direitos humanos sobre o povo palestino tudo o que Israel fizer é político e o festival será mais uma oportunidade para o estado israelita lavar a sua imagem e passar a noção de que não existe conflito nenhum. O povo palestino não pode esperar, já demasiadas crianças inocentes se perderam e muitas mais continuam oprimidas neste preciso momento. Só o apoio geral a um boicote a Israel pode colocar Portugal do lado certo da história, do lado da Palestina.

VENEZUELA. SOLIDARIEDADE PRECISA-SE!

João Patrocínio, João Ponte, João Vieira, André Carvalho, Mateus Sadock e Tomás Cunha

Com a crise económica e social na Venezuela, os Estados Unidos voltaram a mostrar que o imperialismo anda de boa saúde e recomendase. A Venezuela, apesar de não ter sequer características para se poder classificar como um projeto revolucionário, é vítima da sede do petróleo e da obsessão do controlo por parte dos países mais ricos.

É o tempo de construir a narrativa: os venezuelanos odeiam Maduro, que está agarrado ao poder; Guaidó é a solução que permite a democracia. Misturam-se verdades com mentiras, fazem-se extrapolações exageradas e ignoram-se factos. O fator verdade é o menos importante. O que interessa mesmo é mostrar que o "socialismo venezuelano" falhou e Maduro tem que ser demitido. Todos os dias se repete a mesma ladainha nos telejomais: ora é a "ajuda humanitária", ora é o descontentamento popular. Como em qualquer narrativa, a verdade é aquela que o narrador desejar.

O governo venezuelano não está, no entanto, isento de críticas. Chávez e Maduro erraram em achar que se podia construir o socialismo com uma economia assente na exploração do petróleo - que, para ser vendido, precisa de passar por um mercado global, sujeito às lógicas do capitalismo. Falharam em não ir mais adiante nas nacionalizações, em não diversificar a economia e em basear a sua política numa distribuição do rendimento mais do que numa política de investimento produtivo. Todas estas críticas precisam de ser, no entanto, enquadradas no contexto difícil da Venezuela: um país pobre, sujeito ao longo de séculos ao colonialismo e mais tarde refém da lógica neoliberal, como um mero país de periferia, de onde as multinacionais retiram o seu lucro. Os governos de Chávez e o de Maduro sofreram desde o início diversas formas de bloqueio comercial e monetário, bem como campanhas de difamação, sempre com justificações vagas de autoritarismo, de supostamente não haver eleições livres ou liberdades básicas.

Chegámos a 2019 com situações dramáticas de pobreza, de falta de medicamentos e de difícil

acesso das populações a certos produtos. Mas devemo-nos perguntar como se chegou a essa crise e quais os reais responsáveis. A Venezuela depende do exterior para obter muitos dos recursos de que agora necessita e a resposta de fachada da "ajuda humanitária" não serve. Ajudar a Venezuela é levantar-lhe os bloqueios e as sanções. É abandonar a ingerência externa.

Se, por um lado, os aliados dos EUA rejubilam perante o seu fantoche Juan Guaidó, países como a China e a Rússia tentam a sua sorte enquanto forças aparentemente anti-imperialistas. Não podemos ignorar que por debaixo de uma capa de solidariedade internacional se escondem interesses de lucrar com o petróleo venezuelano e de alargar zonas de influência política. A aparente ajuda dada a Maduro precisa de ser também ela questionada.

No fim de contas, é a classe trabalhadora a mais prejudicada por um socialismo que ficou a meio caminho, por uma pressão internacional inaceitável e pelas condicionantes de um sistema capitalista que ainda está longe de ser desmantelado ao nível global. As reformas de Chávez deram-nos a esperança por um futuro progressista para a América Latina e por uma resistência à ingerência externa. O esmagamento e estrangulamento da economia venezuelana por parte dos aliados do capital mostrou o quanto é importante que a luta pela autodeterminação dos povos continue.

Sejamos críticas de Maduro e de Chávez. Devemos sê-lo. No entanto, não podemos confundir crítica com posições neutras e moralistas. Vende-se a defesa contra o imperialismo a troco de uma moralidade vã e sem efeitos práticos. Precisamos de ser consequentes e de assumir posições que podem ser difíceis, mas necessárias num contexto muito desfavorável à esquerda, em que o terror e a barbárie espreitam à esquina.

Quando se cerram fileiras, temos que escolher o nosso lado. E o nosso lado nunca será o do imperialismo. Solidariedade com o povo venezuelano. Hoje, e sempre!

A UNIÃO EUROPEIA, OU A GRANDE FÁBULA DA DECADÊNCIA CAPITALISTA

João Patrocínio, Francisco Pacheco, João Vieira, André Carvalho e Tomás Cunha

A nossa geração será talvez a que viveu mais intensamente o processo de integração levado a cabo pela União Europeia. Cedo nos incutiram a ideia de que está a ser construída a Europa ideal, a Europa unida e democrática. Crescemos com o surgimento da moeda única, com o desaparecimento de barreiras e vivemos intensamente os projetos para a juventude: o Parlamento de Jovens, o voluntariado europeu, o Erasmus. Todos estes momentos e vivências marcaram profundamente as gerações mais novas. Não imaginamos a vida de faculdade sem estudantes de intercâmbio, nem tão-pouco ir ao supermercado com escudos na carteira. Aprendemos a aceitar a União Europeia como dado adquirido; a integração como realidade única, inquestionável. Aprendemos na escola e na faculdade o funcionamento das instituições sem que nos dessem o lado crítico, essencial a uma vida em democracia. Agora, volta-se a apelar a um voto dxs jovens nas próximas eleicões europeias. Mas onde paira a crítica?

O referendo do Brexit diz-se que foi decidido pelas gerações mais velhas, mais conservadoras, que não queriam a União Europeia. As mais novas, por seu lado, defendiam-na. Essa União Europeia da abertura, da globalização e da troca de experiências. Seria de assumir que a UE nos deu essas oportunidades, mas importa questionar: qual foi a contrapartida?

Lembremo-nos, então, de qual o objetivo dos vários projetos da União Europeia voltados para jovens. Grande parte deles (senão mesmo todos) mencionam como objetivo tornar-nos mais "europeus". Dar-nos um sentido de cidadania transnacional, abandonando aparentemente as lógicas nacionalistas e substituindo-as pelo orgulho europeu. Seria possível, se a União Europeia fosse uma federação democrática entre estados. Ora, nem é democrática, nem é uma federação. O Parlamento Europeu, o único órgão eleito diretamente pelas pessoas, não pode legislar livremente. Na prática, tem menos poder que o Conselho Europeu – ou seja, xs deputadxs que elegemos para o Parlamento dependem das

decisões coletivas dos governantes e restante burocracia da Comissão Europeia. Temos, então, uma "União" que não passa de uma tecnocracia estruturada para benefício dos donos do capital.

O sentido do orgulho europeu pode-se sobrepor ao nacionalismo de cada país, mas reforça a ideia da Europa enquanto farol do desenvolvimento, da supremacia branca e judaico-cristã. É essa supremacia que faz prevalecer a xenofobia e o racismo, que permite a criação de bodes expiatórios populistas contra refugiadxs e minorias étnicas no geral. O europeísmo exacerbado levanos à intolerância e a União Europeia pouco ou nada faz para a combater.

De facto, toda a integração europeia assenta não na entreajuda entre os povos, mas na exploração dos países da periferia para benefício dos países centrais (leia-se, Alemanha e França). Não é uma característica da moderna União Europeia, ou um mero desvio autocrático. Toda a história da integração europeia é a história do triunfo da burguesia alemã e francesa, é a história do mercado como rei e senhor das vidas dos povos europeus – é, portanto, a história da afirmação do capitalismo europeu no pós-II Guerra Mundial. Impor a todos os países os valores do individualismo e do capitalismo desenfreado e sem barreiras

Numa altura em que se teme pela ascensão da extrema-direita, em que se pede respeito pela democracia liberal, precisamos de nos recordar da origem do descontentamento dos vários povos europeus. Uma crise do capitalismo devastadora a Oeste, uma ingerência gritante dos processos de transição a Este e a enorme falha da esquerda em conseguir mobilizar. A extrema-direita pega nas fragilidades da classe trabalhadora e dálhes soluções na forma de populismo. O nosso combate é contra a extrema-direita mas é também necessário voltar a mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras descontentes. O discurso das inevitabilidades falhou e as instituições tremem de medo quando se questionam os seus métodos. Precisamos de intensificar a crítica: a responsabilidade pelo estado a que chegámos é

dos tecnocratas, dos credores, dos banqueiros e restantes donos disto tudo.

Cabe, portanto, axs jovens o futuro da União Europeia. Cabe-nos questioná-la e saber que soluções devemos adotar para a transformação radical. É nxs jovens revolucionárixs que recai a responsabilidade de organizar xs trabalhadorxs para o futuro e de pensar a rutura com o capitalismo ao nível internacional. Teremos que ter a coragem de enfrentar as questões difíceis: devemos rejeitar a União Europeia por completo ou devemos servir-nos da sua estrutura para construir o socialismo ao nível europeu?

"TALK IS CHEAP. SHOW ME THE CODE" - LINUS TORVALDS

André Carvalho, João Patrocínio, Mafalda Silva e Tiago Carvalho

Nas várias imagens da assembleia da república, conseguimos perceber que todos os computadores utilizam o Windows como sistema operativo. Ora, isto deveria ser razão para grande preocupação, pois não sabemos o que o Windows está a fazer em segundo plano enquanto xs deputadxs abrem documentos importantes ou passeiam pelo Facebook. O Windows é software proprietário, ou seja, é propriedade de uma empresa, nomeadamente a Microsoft. O que significa que o seu código não é publicamente acessível por ser segredo de negócio.

Quando adquirido, este tipo de software, é uma caixa negra. Assim, interagimos com ele, mas não conseguimos saber que operações está realmente a executar, nem a forma como as realiza. Além disso, não podemos sequer tentar descobrir, porque isso seria ilegal e violaria os termos e condições de utilização. O que significa que não podemos adaptar o software às nossas necessidades, não podemos alterá-lo, nem podemos tentar descobrir as suas falhas de segurança. Isto é inaceitável porque nega, não só aos seus utilizadores diretos como também a todxs xs portuguesxs, o direito a saber o que todo o software de utilização pública faz com o nosso dinheiro, os nossos recursos e os nossos dados.

Com todas as fugas de informação que têm ocorrido por parte de grandes empresas, como a Microsoft, Facebook e Google - empresas que recolhem constantemente dados dos seus utilizadores -, chegamos à conclusão de que não podemos confiar em código que não podemos ver. Os dados que não são roubados, são vendidos a outras empresas, que os utilizam para alimentar o marketing predatório que mantém a máquina do capitalismo a funcionar. Ao dizer que, para estas empresas, os utilizadores (ou mais especificamente, os dados dos utilizadores) são o produto, é disto que se fala.

É de mencionar também que para utilizar software proprietário é necessário adquirir licenças. Licenças essas frequentemente de caracter temporário, tendo de ser renovadas regularmente. Isto resulta numa sangria de dinheiro público para empresas privadas em troca de software que, novamente, não pode ser alterado conforme as necessidades dxs respetivxs utilizadorxs diretos e indiretos, nem é de confiança, levantando questões no que toca à confidencialidade dos dados que manipula.

A solução para este problema passa por criar legislação que obrique software desenvolvido para utilização pública a ser publicado sob uma licenca open source. Deste modo o software pode ser consultado, modificado, adaptado, estudado e partilhado de forma livre por todxs, tornando-o altamente reutilizável. Trazendo vantagens no que toca à segurança dos nossos dados, que deixam de ser recolhidos para fins que não servem os interesses da classe trabalhadora, e no que toca a poupança de recursos, pois aplicações semelhantes não teriam de ser implementadas de raiz. O software deixa de ser segredo de negócio passando assim a satisfazer as necessidades das entidades públicas e da população. Por ser livre, é sujeito a um apertado escrutínio e as suas falhas (de segurança ou não) são prontamente descobertas e reparadas, o que dá origem a software público realmente seguro em que todos podemos confiar.

Atingimos um ponto em que além de sermos obrigadxs a trocar a nossa força de trabalho para (sobre)viver, vemo-nos inevitavelmente sujeitxs a esta nova forma de exploração.

Vemos os nossos dados a serem objeto de apropriação pela burguesia, que encontrou uma forma de retirar mais-valia a partir das sua manipulação e transação sem escrúpulos.

De facto, no que toca à tecnologia, parecemos ter revertido a uma espécie de feudalismo. Analogamente ao vassalo que recebe uma pequena porção de terra onde habitar em troca de trabalho e completa fieldade para com o senhor feudal, nós recebemos gadgets e acesso a redes "sociais" em troca de informação contínua sobre onde vamos, o que gostamos, o que comemos, etc. Os aparelhos que compramos estão constantemente a trair-nos, ao oferecer dessa forma a nossa informação.

Esta é uma luta relativamente recente, mas a cada dia que passa mais relevante. É necessário consciencializar a classe trabalhadora de que software privado só é desenvolvido com o objetivo de lucro e estas empresas não olham a meios no que toca a maximizá-lo.

A ORGANIZAÇÃO DE JOVENS NO BLOCO DE ESQUERDA

Leonor Rosas e Sara Azul Santos

O que é realmente a Coordenadora Nacional de Jovens? O que é ser jovem e para que é que servem os grupos de jovens? Como é que os jovens devem estar enquadrados dentro do partido? Devemos, enquanto partido, entender a organização de jovens como um grupo de trabalho que não funciona nem deve funcionar autonomamente ou desenguadrado da restante organização partidária. Reiteramos a negação de uma juventude partidária dentro do Bloco de Esquerda e entendemos a participação ativa dos jovens como uma mais valia e não como um fim em si mesmo. Consideramos que não há questões que interessem somente aos jovens ou somente ao partido mas que todos devem participar nos mais diversos debates e lutar por causas variadas. A CNJ, por isso, deve funcionar como um grupo de trabalho, cujo objetivo é organizar os jovens e servir de plataforma facilitadora para as suas iniciativas, e não como um órgão de uma iuventude.

Tanto a CNJ como o Bloco no seu todo devem fomentar os movimentos em que se envolvem e lutar para ter um papel preponderante no quadro do ativismo sem, no entanto, querer apenas dominar estes espaços enquanto partido, procurando encontrar soluções convergentes e unitárias

A organização de jovens por distritos deveria ser uma tarefa prioritária da CNJ. Os jovens que vivem no mesmo distrito precisam de se conhecer e de reunir com frequência para que possam realizar os seus eventos e chegar a cada mais jovens fora do partido. Neste sentido, os eventos dos Jovens do Bloco não podem realizar-se somente em Lisboa e no Porto. É preciso investir cada vez mais para que estes sejam realizados em outros sítios onde há grupos de jovens que os queiram receber, especialmente no interior que tende a ser esquecido. O reforço do contacto com camaradas do interior é essencial para que a CNJ seja verdadeiramente representativa do território. Reiteramos a necessidade de responsabilizar a CNJ por fazer um contacto frequente com todos os jovens e garantir que existem camaradas dentro

da mesma que façam a ligação aos distritos que não têm representação neste órgão.

Para que seja possível existirem atividades específicas e relativas a problemas concretos de uma dada realidade, faz sentido que os camaradas reúnam com alguma frequência por local de estudo ou trabalho. Assim, será possível realizar eventos e distribuições que lidem com os problemas específicos de um dado local e, assim, há capacidade de se captarem mais jovens que também lidem com as mesmas situações. Deve, portanto, haver uma maior interligação entre grupos de trabalho de modo a existir maior dinamização de movimentos e maior comunicação a nível temático.

A CNJ deve igualmente comprometer-se a lançar campanhas a nível nacional que tratem temas atuais com os quais os jovens têm de lidar. Estas campanhas servem não só para fazer uma proposta do Bloco de Esquerda chegar a um grande número de jovens mas também para dinamizar a própria organização de jovens dos mais variados distritos em torno de uma campanha.

Não nos podemos restringir a campanhas direcionadas para dentro do partido. Se a formação política é de extrema importância e está em falta, não só nos jovens como no resto do Bloco de Esquerda, não podemos apenas ficar por aqui. Não bastam leituras de textos nas sedes do partido: falta passar a teoria à praxis quotidiana. É preciso integrar jovens dentro de outros grupos no partido e não entender o ativismo como um ranking de quem faz mais ou menos dentro do mesmo. Somos um partido movimento e a luta e a revolução faz-se nas ruas!

EXTREMA-DIREITA NA EUROPA DO SÉCULO XXI

Leonor Rosas

No ano passado, oito países da UE eram liderados por partidos de extrema-direita: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Polónia, Hungria e Eslováquia. No entanto, em muitos outros surgem partidos de extrema-direita com grandes resultados eleitorais: a Frente Nacional em França ou a Alternativa para a Alemanha (AFD) na Alemanha. Esta nova extrema-direita xenófoba, racista, anti imigração e eurocética, saída das sucessivas crises da sociedade pós-industrial do neoliberalismo selvagem, apresenta-se como antisistémica e defensora do regresso a um passado idílico (porém, muitas vezes, inexistente) de um estado-nação de fronteiras fechadas e com um povo etnicamente homogéneo. Há que perceber que estes novos partidos apresentam diferentes faces: desde a defesa das classes populares brancas à luta contra a política e os políticos.

Mas porque triunfam estes partidos? Existe uma inegável tendência na Europa (à qual Portugal, por agora, escapa) para o crescimento eleitoral da extrema-direita. Para que seja possível combater esta ascensão, é necessário procurar compreender as razões que levam o eleitor a escolher estes partidos e não simplesmente desconsiderá-lo. Sugiro que se olhe para dois casos paradigmáticos para que se compreendam os sucesso eleitorais destes movimentos: a França e a Alemanha.

Em França, a Frente Nacional apresenta-se com um discurso virado para as camadas populares brancas, para os perdedores da globalização, para as classes médias baixas pouco escolarizadas que viram os seus postos de trabalho serem deslocalizados para outros países. É um discurso de promessa de regresso aos tempos das grandes fábricas de automóveis do norte de França que empregavam milhares de trabalhadores. É igualmente uma retórica anti-imigrante, culpando estes pelo desemprego crónico de algumas camadas da população francesa, ao invés de encontrar o culpado no capitalismo. Esta linha de argumentação tem conseguido ganhar, por um lado, o antigo eleitorado operário do PCF no norte (que perdeu os seus empregos devido ao

fenómeno da globalização) e, por outro, a classe média conservadora do sul. O que as estatísticas mostram é a população que vive com piores condições é, simultaneamente, a população que mais vota na Frente Nacional. Ora, isto coloca uma pergunta fundamental à esquerda: Em que é que se falhou? O combate à extrema-direita não pode ser feito sem pensar criticamente acerca do que é não se fez e onde não se chegou. O campo das pessoas que foram deixadas para trás pela globalização e que perderam o seu emprego deve ser disputado e devem ser repensas as formas de chegar às pessoas. O triunfo da extrema-direita significa a derrota da esquerda e o combate à primeira afirma-se como a mais indispensável luta dos nossos dias.

Durante muito tempo, afirmou-se existir uma "exceção alemã" no que toca à extrema-direita. A Alemanha seria um país profundamente marcado pelo nacional-socialismo e pela guerra e com uma consciência aguda do seu passado. No entanto, nas últimas eleições legislativas, a AFD tem cerca de 12% dos votos, o que é absolutamente inédito para um partido de extrema-direita alemão no pós-querra. A AFD assume-se como um partido anti imigração e eurocético que, tendo visto a sua popularidade subir a pique através das críticas à política migratória de Merkel, se tornou no terceiro maior partido alemão. Este partido assume também um discurso acerca da história da Alemanha que era impensável há alguns anos atrás. Afirmando que os alemães foram forçados durante décadas a se sentirem culpados pela sua história e a fazer da vergonha um elemento basilar do regime do pós-guerra, a AFD assevera que os alemães devem estar orgulhosos da sua prestação na Segunda Guerra e que o tempo da culpa deve terminar. Ora, este discurso tem conseguido triunfar entre as gerações mais novas, do pós queda do muro de Berlin, que não sentiram verdadeiramente as consequências da querra. Esta situação demonstra que o combate pela memória histórica é prioritário na luta contra a ascensão da extrema-direita. O apagamento ou adulteração da história da violência fascista e da resistência à mesma não pode ser tolerado pois

dá aso ao crescimento de narrativas saudosistas e revisionistas.

Afirma-se, assim, como tarefa principal da esquerda o combate no presente e no passado. O combate não só pelo agora, pela conquista dos que desistiram e dos descontentes, por uma sociedade livre e igualitária, mas também pelo passado: pela memória das lutas e das resistências e das vítimas da violência fascista e racista que espreita mais uma vez a Europa.

ENSINO SUPERIOR: A URGÊNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL À ESQUERDA

Mafalda Escada e Tomás Marques

O financiamento do Ensino Superior é um fator decisivo quanto à definição do sistema de ensino. A luta pelo Ensino Superior que queremos que chega a todos e todas, que é público e democrático - passa impreterivelmente por uma ideia concreta da forma como é financiado e que objetivos serve esse financiamento.

A política de propinas que materializa um sistema de utilizador-pagador é incompatível com a lógica dos serviços públicos do Estado social, não só na sua essência, como na prática, já que todos os paliativos aplicados para mitigar o efeito negativo da propina - o da discriminação socioeconómica no acesso e frequência do Ensino Superior - são contrariados pela própria realidade.

O caso de quem trabalha e estuda é paradigmático das contradições entre um Ensino Superior público e um sistema de ensino que cobra propinas e que as colmata com uma ação social distorcida e insuficiente. Sabendo que para a satisfação das nossas necessidades, vendemos a nossa força de trabalho, estudar sem trabalhar implica a capacidade de prescindir de um salário - privilégio para muitos. Quem trabalha e estuda fá-lo, em geral, por se encontrar numa situação não pouco frequente nas instituições de Ensino Superior: "demasiado rico" para uma bolsa de ação social e "demasiado pobre" para se encarregar dos custos de frequência no Ensino Superior, entrando num círculo vicioso em que auferindo rendimento é excluído de bolsa, mas. abdicando do mesmo, não terá direito a uma bolsa que compense o abdicar do salário. (É especialmente nestes casos que a redução do teto da propina máxima surge como medida de alívio urgente.)

Apesar de medidas urgentes pelas quais devemos lutar, como forma de tornar mais igual a situação dos e das trabalhadora-estudante no Superior, como a obrigatoriedade da existência do estatuto de trabalhador-estudante e a sua uniformização para que não varie substancialmente de instituição para instituição (causa e consequência da elitização das mesmas), não devemos encarar a realidade dos e das trabalhadoras-estudantes

como paralela às restantes. Só unificando a luta, a fortalecemos.

Com a instrumentalização do movimento associativo estudantil por parte das juventudes partidárias de direita e o seu imobilismo, bem como a insistência, por parte de PS, PSD e CDS-PP, em manter a política de propinas, da qual a deficitária ação social é subsidiária, torna-se urgente a organização estudantil para lá do plano institucional. As reviravoltas de posições públicas do PS relativamente às propinas e o chumbo na Assembleia da República de todas as propostas que garantiriam a gratuitidade do Ensino Superior, bem como a sua democratização, tornam claro que não nos basta a força das urnas para conquistar o Ensino que Abril inaugurou. É urgente que a atividade dos e das jovens do Bloco se afaste da lógica institucional, fomentando a organização estudantil nas Universidades e Politécnicos, de forma concertada (e é nesta concertação que a CNJ se deve concentrar).

Só com um movimento estudantil ativo e consequente é possível criar a relação de forças necessária para vencer a batalha que dura há mais de 20 anos: o Ensino público e gratuito, garantido pela justiça fiscal, em que a ação social serve de mecanismo de equidade, de forma a garantir a plena igualdade de oportunidades.

Foi há 12 anos que nasceu um novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) que provocou a transformação estrutural da gestão das Instituições de Ensino Superior (IES), abrindo à lógica de mercado, aos privados, excluindo estudantes, docentes e funcionários do seu processo de gestão.

O RJIES consolidou uma lógica neoliberal de mercantilização do conhecimento, da ciência e da educação, transformando-o numa fábrica de trabalhadores, ao serviço do patronato. A aprovação deste regime revelou-se um ataque profundo ao que de democrático existia na organização das instituições. O RJIES é responsável pelo afastamento de estudantes dos órgãos de gestão das IES, sendo antidemocrático

e perpetuando uma ideia de Ensino Superior como serviço que nos é prestado, e não o de um espaço construído coletivamente por todas as pessoas que nele participam: estudantes, corpo docente e não docente. Este processo veio acentuar a centralização do poder e das mais diversas competências em órgãos com uma representação residual de estudantes e funcionários e, não poucas vezes, integrando elementos externos às instituições, representantes dos mais variados interesses privados.

A passagem a regime fundacional de várias IES acelerou o processo de degradação do Ensino Superior, aproximando a gestão de uma instituição público à gestão de uma empresa, a nível de financiamento, gestão patrimonial e contratação de pessoal, o que resulta na (maior) precarização das relações de trabalho. Ao mesmo tempo, a autonomia concedida às IES não se traduziu em liberdade de aprendizagem, mas numa autonomia administrativa que distribui recursos de forma arbitrária e parcial, condenando ao subfinanciamento e à desvalorização de áreas do saber como as humanidades, as ciências sociais ou as artes. Como consequência desta política, assistimos ao crescimento dos programas de estágios não remunerados e voluntariado curriculares, muitas vezes estágios profissionais mascarados que utilizam estudantes como mãode-obra gratuita. Acabamos, portanto, a pagar para trabalhar, através do pagamento da propina.

O RJIES deveria ter sido revisto em 2010 e 2017, mas, até agora, não parece haver qualquer vontade política por parte do Governo, nem da direita, para alterar profundamente este regime, nem para travar o regime fundacional. A proposta do Bloco que visava um conjunto de alterações ao RJIES foi chumbada com o aval do PS. É necessário reivindicar a sua avaliação, bem como a extinção dos regimes fundacionais, refundando a democracia na gestão das IES e contrariando o individualismo que caracteriza o paradigma neoliberal em que as universidades e politécnicos estão mergulhados.

O modelo de integração de estudantes nas escolas, institutos e faculdades não se desliga dos problemas existentes nas IES, sendo subsidiário deste "estado da arte". A praxe, detentora do monopólio da integração no Ensino Superior e presente na generalidade das instituições, apesar de combater o isolamento de, por exemplo, estudantes deslocados, combate-o alicerçando-se em valores incompatíveis com uma sociedade democrática: a obediência, a aceitação acrítica da hierarquia, a humilhação e uma cultura machista e homofóbica espelhada

nos cânticos. Os valores perpetuados pela praxe contribuem para o adormecimento das lutas estudantis, contribuindo para a despolitização das instituições, das associações de estudantes, dificultando a consolidação do espaço académico enquanto espaço de emancipação, reproduzindo as relações de poder do sistema capitalista. A praxe é produto e reforço desta ordem vigente. É, por isso, urgente combater a passividade do corpo estudantil, incentivando o desenvolvimento de um movimento estudantil politizado e com força reivindicativa.

Os Jovens do Bloco de Esquerda têm sido uma força ativa na luta por um movimento estudantil consequente, por um Ensino Superior para todos. Na luta contra as propinas e contra o RJIES, na luta pela habitação e por uma rede de transportes capaz de responder às necessidades dos estudantes, de forma a que o Ensino Superior cumpra as duas funções que lhe atribuímos: o direito à educação, qualquer que seja o seu grau, numa lógica de emancipação, e a massificação do conhecimento e do seu acesso, beneficiando o conjunto da sociedade.

O SISTEMA E COMO O DERRUBAR

Mafalda Escada e Tomás Marques

Qualquer relação de "hegemonia" é necessariamente uma relação pedagógica.

Gramsci, "Introdução à Filosofia da Praxis"

O neoliberalismo constitui um projeto "contrarrevolucionário" de resgate e adaptação do capitalismo. Posto em prática após o choque petrolífero da década de 70, atua em várias frentes, integrando a esfera política, económica e ideológica na prática, mas rejeitando-a teoricamente, com o objetivo de enfraquecer e travar a luta anticapitalista, banalizando-se e despolitizando o que é obviamente político. Travou a batalha pela hegemonia e venceu, renovando um sistema de dominação e de opressão com a característica hegemónica que o torna tão forte: ele é consentido. Ideologia dominante do nosso tempo, define pessoas em função do seu valor de mercado, reconhece consumidores, onde há cidadãos; no lugar da solidariedade, impõe a competição. Não há coletivo, há individual. Quando a retórica individualista evidência demasiado as consequências nefastas do "cada um por si", o neoliberalismo recorre à caridade e ao assistencialismo, uma resposta pontual que nada resolve, senão o alívio da consciência de alguns. Em 2016, o jornalista George Monbiot identificou o neoliberalismo como "a ideologia na raiz de todos os nossos problemas", mas uma ideologia que para muitos de nós não tem nome e, como o que não é nomeável, não é visível, o neoliberalismo é o projeto latente da sociedade contemporânea. O projeto neoliberal é inimigo da democracia. Os governos de Reagen e Thatcher, de mãos dadas com a sanguinária ditadura de Pinochet, sob a premissa de que não existia uma alternativa, foram pioneiros na aplicação intensiva destas políticas marcadas pela austeridade e pelas privatizações.

Sempre de mãos dadas com o processo de globalização, o neoliberalismo diz ter fundado a "aldeia global", mas, na prática deu liberdade ao capital para se reinventar e renovar o sistemamundo, em que a divisão do trabalho a nível

global assenta essencialmente na exploração da mão-de-obra barata da periferia mundial (dos chamados países "em desenvolvimento"), para alimentar o consumo gerador de lucro da burguesia do séc.XXI que esconde a sua identidade por detrás do sistema financeiro. Com a limitação da acumulação de capital real e material, o neoliberalismo é o primado do capital financeiro: da especulação, da dívida, dessa entidade obscura a que chamam "os mercados" que não têm cara mas que definem as regras do jogo, nomeadamente através de instituições internacionais como o Banco Mundial, o FMI, ou a União Europeia, com influência direta na definição dos nossos salários, das prestações sociais, na privatização dos serviços públicos, como a saúde ou a educação.

No nosso dia-a-dia, o neoliberalismo está, por exemplo, no incentivo ao empreendedorismo, a ilusão de que não há patrão e de que somos os responsáveis pela nossa própria situação. A destruição de direitos do trabalho, como a contratação coletiva, quebrando laços de solidariedade entre quem trabalha, vira-nos uns e umas contra as outras, numa narrativa segundo a qual quem merece, ganha (a sociedade meritocrática), ignorando os pontos de partida de cada um e cada uma de nós. Especialmente no mundo do trabalho, o neoliberalismo transformou não só a forma como vendemos a nossa força de trabalho (por exemplo, com o desenvolvimento do setor terciário, em que os call-centers são caso paradigmático), mas, acima de tudo, a utilização do nosso tempo. Exemplo concreto desta transformação são a Uber, a Glovo e tantas outras empresas cujos trabalhadores e trabalhadoras não têm direito ao tempo porque tempo é dinheiro e cada segundo conta. Sem regulamentação, sem proteção laboral, roubam-nos o nosso tempo sem nos darmos conta: o trabalho por turnos que foge às regras, os bancos de horas, os "parttime" a que se adicionam horas de trabalho não contabilizadas, a "flexibilização", tentando apagar as 8h/dia que já no início do século XX integravam as reivindicações de quem trabalha e que as revoluções à esquerda conquistaram.

A nossa organização enquanto jovens do Bloco é essencial para a disputa dos diferentes espaços políticos que nos permitam combater este sistema. A atividade prática e teórica, no século XXI, evidencia novos problemas e contradições que nos levam a repensar Marx. É urgente retomar um projeto de transformação do mundo encarado como uma "auto-emancipação coletiva", resgatando o marxismo para o ideário coletivo através da nossa participação nas diversas lutas e movimentos sociais.

SEM FEMINISMO NÃO HÁ SOCIALISMO

Mafalda Escada

O feminismo é um elemento central da luta socialista, não uma luta que se adiciona à última. Não é um apontamento, nem uma nota de rodapé, não é uma quota que reservamos para as mulheres na discussão e ação política no Bloco. Se por vezes o é, cabe-nos contrariar esta tendência.

Sem feminismo não há socialismo, porque se a luta socialista tem como objetivo a erradicação das desigualdades, sejam elas quais forem, dos fatores e mecanismos que as originam, enfim, uma luta pela emancipação de todos e todas; sem uma perspetiva feminista, fecha-se os olhos a uma realidade inegável: a desvantagem das mulheres em relação aos homens quanto à sua emancipação. Trata-se, portanto, de desigualdade. A luta socialista, sem praxis femiinista não resolve a desigualdade de género por si só, como aliás provam experiências revolucionárias do passado. Se o sistema capitalista se alicerca também no patriarcado, este último não depende do primeiro. Logo, o fim do capitalismo não significa, por extensão, o fim do patriarcado, ainda que resolva parte importante do problema.

O capitalismo apropriou-se da divisão sexual do trabalho e integrou-a perfeitamente na sua lógica de funcionamento: o trabalho doméstico, do qual as mulheres se encarregam, garante a renovação gratuita da força de trabalho da qual o capitalismo depende, mas não só, garantindo também a sobrevivência daqueles que são cuidados (crianças, idosos, doentes e a sobrevivência quotidiana de outras pessoas, por exemplo, através da sua alimentação, pessoas estas que continuarão a existir numa sociedade socialista).

A entrada da mulher no mercado de trabalho e a mitigação gradual da genderização do trabalho assalariado não contrariaram a tendência para a dependência material das mulheres relativamente aos homens e para a sua vulnerabilidade face à pobreza. As políticas públicas com vista ao pleno emprego e o investimento nos serviços públicos podem resolver o problema da desigualdade no acesso ao trabalho, à saúde, à educação, e outros, por parte das mulheres, incentivando a sua emancipação. Porém, sem que o feminismo

assuma um papel central nas políticas públicas, estas não deixam de perpetuar a genderização do trabalho, transportando para o mundo do trabalho assalariado a divisão sexual do trabalho que se dá no campo doméstico e que impede a emancipação das mulheres. Impede-a acima de tudo pela sobrecarga de trabalho, mas também pela inferiorização do trabalho doméstico e de cuidados face a outro tipo de trabalho, o que resulta, por exemplo, em desigualdade salarial.

O papel social atribuído às mulheres não é da autoria do capitalismo, mas é por si perpetuado e incentivado. As atividades às quais as mulheres se foram dedicando, bem como a genderização das emoções e dos comportamentos não são produtos exclusivos do capitalismo e não se resolvem sem uma luta obviamente anticapitalista, mas obrigatoriamente feminista. O patriarcado alimenta o capitalismo, o capitalismo reforça o patriarcado porque com ele se fortalece. Se a nossa luta é anticapitalista, não pode abdicar de uma perspetiva feminista. O nosso feminismo não é a utopia assente na igualdade de género, mas uma perspetiva que produz reivindicações concretas e que reforçam a necessidade de uma sociedade socialista como forma de alcançar uma sociedade de iguais. Isto porque não existirá igualdade de género sem a destruição do sistema que no nosso tempo reproduz as desigualdades (o capitalismo), nem haverá sociedade de iguais se os papéis sociais se mantiverem rígidos e reproduzirem lógicas de divisão do trabalho que limitam a emancipação de parte da sociedade, divisão baseada na subvalorização do trabalho doméstico e, consequentemente, na estigmatização, marginalização e limitação das mulheres, das formas mais complexas às mais banais, como a simples liberdade para usufruir do

Neste texto deixo de parte questões de não somenos importância, como o assédio sexual, a construção social do género e o binarismo de género, os micro-machismos expressos diariamente, inclusive nos nossos espaços de militância, entre muitos outros. Faço-o

conscientemente, com um objetivo específico: o de afirmar que uma análise materialista da realidade não dispensa o feminismo, que o feminismo não é uma luta que se soma à luta socialista, mas uma praxis que tem de ser parte integrante da luta socialista e que nos deve distinguir enquanto campo político revolucionário. O feminismo é uma luta que se trava inclusive e principalmente no campo material, não só pela clareza com que se exprime a desigualdade de género em termos materiais, mas também pelo diálogo que o plano material estabelece com o plano "cultural", ou "das ideias", e de como estes se influenciam mutuamente. Não queiramos ser mais marxistas que Marx que no século XIX afirmou a "força material das ideias", não distingamos o feminismo da luta socialista, não o secundarizemos em prol do primado da análise política económica, já que o feminismo deverá ser parte integrante da mesma.

Se fazemos a luta toda, rejeitamos um somatório de lutas, não as ativamos como se de dispostivos se tratassem. Não há feminismo sem anticapitalismo, mas não haverá certamente socialismo sem feminismo.

BOSTA DA BÓFIA

André Carvalho, João Patrocínio, João Vieira e Mateus Sadock

A polícia é racista. Esta é uma afirmação que deveria ser consensual num movimento que se diz anticapitalista e antirracista. Infelizmente, porém, é necessário dizê-lo, pois infelizmente nem toda a gente o reconhece - mesmo dentro do Bloco. Afinal, na sequência das muito difundidas agressões policiais racistas no bairro da Jamaica, Catarina Martins afirmou publicamente que "as forças de segurança desempenham uma função essencial e não deviam ser manchadas por alguns elementos racistas e violentos no seu seio, e pela impunidade com que muitas vezes estas situações são tratadas".

Ao contrário do que diz Catarina Martins, não existem apenas "alguns elementos racistas e violentos" no seio da polícia. Portugal tem sido repetidamente considerado como um dos países europeus nos quais a violência policial de cariz racista mais tem lugar. Assim o reconheceram a Amnistia Internacional e mesmo o Comité Contra a Tortura do Conselho Europeu, que colocou Portugal no topo desta lista. Estudos científicos aprofundados sobre a polícia são claros em reconhecer o preconceito racial como uma das características basilares da cultura policial. A polícia é uma instituição estruturalmente racista, numa sociedade estruturalmente racista. Evidentemente, é também misógina, homofóbica e transfóbica. Achar que podemos contar com a polícia para nos "proteger" é uma afirmação fortemente baseada em privilégio.

Sejamos também claros: a polícia não existe para nos proteger. Enquanto instituição, a sua função primordial é servir de braço armado do Estado burguês, praticando a repressão de classe sempre que a ordem capitalista esteja em risco e funcionando como a última fronteira entre o capital e o trabalho. Num partido que se quer socialista, legitimar esse papel é gravíssimo.

Nas declarações supramencionadas, Catarina Martins pediu também axs jovens revoltadxs para não caírem "no erro de responder à violência com a violência". Num momento de mais do que justa revolta das populações que mais diretamente sofrem com a atuação policial, seria o papel de

um partido revolucionário incentivar esta revolta e não tentar acalmá-la. Estas declarações são o reflexo do partido em que o Bloco se tem tornado: um partido do sistema. É a polícia que obriga, em último caso, a que o

combate à opressão tenha que passar pelo crivo da lei e da ordem – e, portanto, pelo controlo por parte de quem define o que é lei e quem define o que é ordem, ou seja, a burguesia.

Não faz sentido falar apenas do fim da violência policial. A violência – física, psicológica, simbólica – é condição necessária para a existência da polícia. Se queremos lutar por uma sociedade sem opressão, urge quebrar tabus e trazer para o discurso interno e público uma discussão radical sobre formas de segurança verdadeiramente alternativas, comunitárias e igualitárias. A existência da polícia é incompatível com uma sociedade livre.

UNIÃO EUROPEIA

Miguel Afonso Martins

A União Europeia (UE), com 62 anos atribulados, enfrenta atualmente vários problemas.

Uma das maiores questões relativas à UE é a moeda única. Apesar de ter sido uma inovação, esta moeda criou vários outros problemas. Com o euro, as diferenças entre países foram potenciadas, através da imposição de políticas de austeridade.

Aausteridade levou a que as diferenças entre países se tornassem mais acentuadas, transformando o espaço da UE num espaço de competição, em que prevalecem as maiores economias, como a Alemanha e França, enquanto que os países periféricos, como Portugal e Grécia, sofrem com as políticas austeritárias, as quais se traduzem em cortes no investimento dos serviços públicos essenciais, em cortes nas pensões e nos salários, aumento das privatizações e do desemprego, entre outras.

Estas medidas de austeridade tiveram efeitos na vida das populações, afetando todas as gerações, sendo que os jovens não são uma exceção. Os jovens são uma das faixas etárias mais afetadas, vendo o seu futuro em risco, quer seja pela precariedade laboral, quer seja pela ausência de futuras perspetivas de trabalho. O que fazer?

Acabar com esta desigualdade entre os países da Zona Euro, garantindo condições dignas de sobrevivência para todas as pessoas.

Este menosprezo pelas condições de vida levou ao descontentamento generalizado das populações. Aproveitando-se desse descontentamento, a extrema-direita pretende posicionar-se como uma solução para esses problemas, recorrendo a um discurso populista e fazendo crer que são a única e melhor solução.

A ascensão de governos de extrema-direita e de partidos de direita social-democrata e liberal, partidos ditos "europeístas", que, para chegar ao poder, fazem alianças com estas forças extremistas, tem-se alargado a todo o espaço europeu. Atualmente, a UE vive num equilíbrio autoritário, com as concessões feitas aos partidos de extremadireita, cada vez mais legitimados pelo Partido Popular Europeu (PPE).

A crise dos refugiados é um exemplo demonstrativo de uma crise humanitária com a qual a EU não foi capaz de lidar, e que potenciou o crescimento dos ultras de direita, que se alimentam do medo das populações. Com um discurso xenófobo e racista, muitos governos de países-membros da UE recusam permitir a entrada de pessoas que fogem de guerra e miséria, em busca de uma vida melhor, marcando estas pessoas como "invasoras".

De facto, partidos tradicionais de direita têm vindo a assumir uma retórica xenófoba e racista, partilhada e disseminada por uma franja da população que se começa a tornar mais visível. Em Espanha, por exemplo, o PP apresentou uma proposta em que, para que imigrantes ilegais não sejam expulsos de Espanha, têm que dar os seus filhos para adoção; ou em Portugal, o caso de Nuno Melo, deputado do Parlamento Europeu pelo CDS, que afirma numa entrevista que "Precisamos de pessoas, mas não de quaisquer pessoas".

As situações referidas retratam uma direita cada vez mais enclausurada em valores retrógrados e não humanistas, evidenciando a necessidade de uma verdadeira alternativa de esquerda, socialista e inclusiva, que lute pelos direitos das pessoas e não pelos interesses das grandes empresas, de forma a construir um futuro melhor para os povos. É este o papel do Bloco, que se deve afirmar como uma alternativa socialista ao sistema neoliberal e capitalista, pelo qual se rege a União Europeia. Em suma, o Bloco deve lutar por uma União Europeia dos Povos e não uma União Europeia dos Interesses do Capital.

ARTIGO 13 (RENOMEADO ARTIGO 17)

Miguel Afonso Martins

Recentemente, foi aprovada pelo Parlamento Europeu uma diretiva sobre os direitos de autor, o artigo 17 (antigo artigo 13). Mas de que se trata isto?

O artigo 17 é, de uma forma bastante simples, um instrumento de censura. Este apenas serve para filtrar conteúdo. É um autêntico atentado aos direitos dos criadores de conteúdos, de quem os vê e, acima de tudo, um atentado à liberdade. Apesar de não abranger os memes e os GIFs, o artigo 17 continua a ser um obstáculo à liberdade.

Segundo este artigo, "Os Estados-Membros devem prever que os prestadores de serviços de partilha de conteúdos em linha realizam um ato de comunicação ao público ou de colocação à disponibilização do público para efeitos da presente diretiva quando oferecem ao público o acesso a obras ou outro material protegido por direitos de autor carregados pelos seus utilizadores". Isto significa que plataformas de partilha de conteúdos, como o Twitter, o Facebook ou o Youtube, terão que estabelecer um acordo de licença com os detentores dos direitos de autor de conteúdos. Assim, estas plataformas tornam-se responsáveis pelos conteúdos carregados pelos seus utilizadores. Para não serem penalizadas, terão que realizar filtragens, utilizando algoritmos. Desta forma, muito do conteúdo publicado será eliminado.

Como já foi referi, a filtragem não seria feita por pessoas, mas sim de forma automática, com algoritmos. Um bom exemplo é o caso do Youtube. Nesta plataforma são carregados, em média, 400 horas de conteúdo por minuto. Desta forma, para simplificar o trabalho, as plataformas iriam utilizar algoritmos, embora um problema persista – muito do conteúdo publicado pelos criadores seria eliminado automaticamente, uma vez que estes algoritmos são programados para evitar que as plataformas sejam prejudicadas.

No entanto, posso levantar um problema: e se o conteúdo por utilizadores for censurado, não havendo razão para isso? Haverá algo que possa ser feito? Sim, o que o a pessoa que carregou este conteúdo na plataforma pode fazer é disputar a eliminação com plataforma. Contudo, para responder a esta disputa, a plataforma envia o conteúdo em questão para que este seja analisado. Todavia, as plataformas contratam mão de obra barata, o que leva a que, frequentemente, o conteúdo em questão seja analisado de forma errada, uma vez que esse está inserido num determinado contexto.

Um exemplo disto é uma imagem que foi partilhada por um escritor norueguês, tendo sido eliminada imediatamente pelos filtros automáticos do Facebook. A imagem em questão era a fotografia tirada por Nick Ut Cong Huynh, em 1972, durante a Guerra do Vietname, onde uma criança nua fugia de um ataque com napalm, neste mesmo país. Esta fotografia recebeu um Prémio Pulitzer, sendo inclusive considerada uma das imagens representativas desta guerra. Não obstante, a imagem foi eliminada porque continha nudez. Estamos a falar de uma fotografia com um imenso valor histórico, que foi posteriormente reposta pelo Facebook, após a eliminação ter causado enorme polémica.

Este exemplo ilustra um possível futuro em que, com a aprovação do artigo 17, poderá passar a existir uma censura automática, em que, para disputar uma eliminação, é necessário atravessar um longo processo, que, por vezes, se desenrola de forma injusta.

Este artigo limita a liberdade de expressão, favorecendo grandes plataformas e indústrias, ignorando o seu suposto objetivo: a proteção dos criadores de conteúdo. É preciso lutar contra esta censura no espaço digital e contra esta salvaguarda dos interesses das grandes empresas.

O ECOSSOCIALISMO É INTERSECIONAL E INTERNACIONALISTA

Francisco Pascoal, Tiago Carvalho, Filipa Afonseca, Pedro Henrique, Cátia Santos

O ecossocialismo, enquanto verdadeira solução para mudar o sistema de raiz e resolver a crise ambiental que a humanidade vive, deve ter uma natureza intersecional, inerente a qualquer movimento socialista e deve ser internacionalista, porque de nada vale um país não poluir se vai ser poluído passivamente pelo país do lado.

O capitalismo verde foi a ferramenta criada pela direita para conquistar espaço no movimento ambientalista, que cresce a cada dia que passa, com a consciência crescente e fria de que só há um planeta e que ele tem de ser preservado e explorado de forma sustentável.

A resposta da esquerda tem de ser pelo aprofundamento do ecossocialismo, cujo objetivo vai além de mitigar os efeitos da poluição e do aquecimento global, procurando alternativas ao capitalismo, que resolvam o problema de vez.

O capitalismo promove a desigualdade entre classes, desigualdade essa que se vai acentuar com o escalar das alterações climáticas. Uma vez que as classes mais poderosas, nos países mais desenvolvidos, são as últimas a sofrer as consequências das alterações climáticas, é natural que sejam as últimas com vontade política de mudar a relação entre as pessoas e o ambiente. Nesse sentido, é fundamental integrar a complexidade da luta de classes no discurso do ecossocialismo, ou seja, não basta exigir mais regulamentação ambiental, ou uma transição energética, a exigência por uma redistribuição justa dos meios de produção e dos recursos naturais também é necessária. A propriedade privada é uma forma escamoteada de excluir o acesso aos recursos naturais, que ficam nas mãos de umas poucas pessoas, que usam esses recursos a seu belo prazer e pessoal lucro, ignorando as pessoas cujas vidas dependem desses recursos.

Não é só a diferença de classes que se espelha nas consequências das alterações climáticas, todas as minorias sociais que, historicamente, sofrem preconceito e descriminação, além de todas as dificuldades socioeconómicas que sofrem, vão também estar na linha da frente das consequências da degradação do ambiente.

Em Portugal já há falta de água, mas o problema parece passar despercebido, porque como gente Europeia que somos, não conhecemos o que é a escassez dos recursos, contudo, noutros países, não só há falta de água, como há falta de saneamento em condições, fatores que, uma vez combinados, têm-se traduzido em tensões sociais que, como sempre, afetam mais as classes socioeconómicas mais pobres e menos poderosas, como é o caso que se verifica no Paquistão.

Promover uma visão internacionalista acaba com a ideia de que a crise ambiental está no futuro, isso é uma ilusão, a crise ambiental já chegou e as suas consequências já se estão a fazer sentir, mas começam a sentir-se de baixo e os países mais desenvolvidos e poderosos vão ser os últimos a sofrer. Nesse sentido, é fundamental que o ecossocialismo seja sempre internacionalista, quando exigimos que as empresas poluidoras sejam regulamentadas, temos de exigir que o sejam em todo o lado, tanto o governo como a UE devem ser pressionados no sentido de incentivar os outros países à redução das emissões dos gases de efeito de estufa e à construção de medidas de regulamentação que consigam conter a poluição e explorar os recursos em sustentabilidade. Mas não basta exigir aos outros países, é preciso compreender que a maior parte da culpa das alterações climáticas e da poluição teve origem na Europa. Por uma questão de justiça climática, é um dever Europeu facilitar a transmissão de tecnologias verdes que consigam, por exemplo, garantir o acesso ao saneamento em condições em países que ainda não o tenham.

Os países desenvolvidos têm toda a tecnologia para resolver a maior parte, senão todos os problemas ambientais, mas enquanto os partidos no poder, nos diversos países, permanecerem subservientes ao grande capital, nada será feito.

Dizer que mudar o sistema é uma necessidade, é dizer que as alternativas, apesar de existirem, são complexas, mas o facto de serem complexas não significa que sejam impossíveis. Parte da complexidade resolve-se com a compreensão de que a luta ambientalista tem de estar presente nos vários movimentos, sejam movimentos laborais, feministas, antirracistas, etc. Diferentes movimentos saberão dar as melhores respostas para as suas realidades concretas, e em concertação permitem uma visão holística, capaz de responder aos problemas ambientais em total profundidade.

Assim, argumentamos que o ecossocialismo é intersecional, pela necessidade de presença em diversos movimentos e por ter de ser a solução para toda a gente e não só para as classes no poder, e deve ser internacionalista, não só no sentido de ser a única forma de resolver as questões ambientais de vez, mas porque é necessário justiça climática e solidariedade entre os povos em momentos de crise. A crise ambiental já chegou.

A CRISE DA HABITAÇÃO EXIGE UMA CAMPANHA EXIGENTE E CONTÍNUA

Pedro Henrique, Francisco Pascoal, Tiago Carvalho, Filipa Afonseca e Cátia Travessa

Hoje em dia presenciamos um grande problema de Habitação. Esse problema é devido ao sistema capitalista vigente, que se preocupa exclusivamente em lucrar com um direito que deve ser universal. A lei de Assunção Cristas aprovada no governo PSD/CDS-PP, liberalizou por completo o mercado da habitação provocando uma vaga de despejos nos centros urbanos. Com esta lei os senhorios passaram a concretizar aumentos no valor de mais de 100% do valor das rendas e muitos fizeram Bulling imobiliário para que as pessoas saíssem das suas casas, para que estas fossem transformadas em Hosteis ou em AL (alojamento local). Em Portugal falta uma oferta pública de habitação para que se possa regular a situação presente, para tal o mercado da habitação deve ser regulado o quanto antes.

Os problemas da habitação também se estendem aos bairros sociais visto que estes estão completamente degradados e com falta de manutenção, e a maioria esmagadora não tem intervenções há mais de 30 anos e as condições de acesso tornam a lista de espera enorme e conduz a um "descrédito" do serviço público.

O Estado deve assegurar uma habitação digna para todxs, como a Constituição assim contempla. Para os jovens é praticamente impossível arranjar uma casa nos centros urbanos e até mesmo nas preferias, devido à especulação imobiliária que conduz a um aumento brutal dos preços das casas. Este problema na Habitação conduz a fenómenos de perda de identidade dos bairros típicos e a uma drenagem cultural, mas também afasta os mais jovens, transformando os centros urbanos em "centros hoteleiros".

Portugal precisa de uma intervenção do Estado para regular o setor e para definir melhor as estratégias neste setor que é uma pedra angular dos direitos de todxs nós.

O problema da habitação não é exclusivo dxs jovens, é transversal a toda a sociedade e o Bloco de Esquerda tem feito imensos esforços no sentido de mudar as leis da habitação. Enquanto ativistas de esquerda radical, é nosso dever exigir a oferta de habitação pública, apelando a um serviço nacional de habitação, que acabe de vez com a especulação imobiliária e com a gentrificação.

REFLEXÕES SOBRE O ÂMBITO DA COORDENADORA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

Francisco Pascoal, Tiago Carvalho, Filipa Afonseca, Cátia Travessa

A coordenadora nacional de jovens do Bloco de Esquerda não deve interferir no modo de atividade e estrutura local de jovens, devendo apenas ajudar e catalisar a construção de grupos de jovens, em conjunto com as concelhias e distritais. São as pessoas que participam nas bases desses grupos locais de jovens que decidem como se organizar, com que estrutura e com que tipo de atividades. Sempre de uma forma aberta, democrática e horizontal, como é característica do Bloco de Esquerda.

As pessoas jovens do Bloco não se devem sentir isoladas do resto da atividade política do partido movimento, até porque não há questões de jovens que sejam únicas ou específicas, todas as questões estão interligadas e afetam pessoas de todas as faixas etárias.

A coordenadora nacional de jovens deve combater a ideia de que há uma juventude no Bloco, porque não existe, nunca existiu e não há vontade para que exista. As juventudes segregam as pessoas jovens do partido, com posturas paternalistas que não têm espaço no Bloco de Esquerda.

A coordenadora nacional de jovens não se deve limitar a um trabalho burocrático e de comissão organizadora de atividades, é um grupo de trabalho eleito em conferência de jovens, onde todas as pessoas jovens do partido são convocadas e têm um espaço aberto de debate e escolha política, portanto, há espaço para alargar o leque de atividades e políticas da coordenadora e há espaço para definir caminhos políticos, sem colocar em causa a autonomia das bases que se organizam localmente como bem entenderem.

A coordenadora nacional de jovens deve articularse com o resto dos grupos de trabalho, concelhias e distritais do partido movimento Bloco de Esquerda, no sentido de os outros grupos de trabalho do Bloco conseguirem respostas mais eficientes para as questões dxs jovens. De novo, não há questões isoladamente de jovens, todas as questões são transversais a todas as faixas etárias, mas isso não invalida que a coordenadora nacional de jovens ajude a alargar a resposta política, nos seus diversos temas, às pessoas jovens. Por exemplo, com a coordenadora nacional do trabalho, no sentido de incluir mais jovens (e as preocupações de jovens) nas organizações de ativismo laboral.

A atividade autárquica é importante para o ativismo local e, portanto, é importante a coordenadora nacional de jovens colaborar com os grupos autárquicos no sentido de se mostrar disponível para ajudar em questões de políticas para jovens, especialmente no interior, que muitas vezes é um espaço mais conservador e complexo para a atividade jovem. Naturalmente, é só mais um exemplo de áreas que podem ser ampliadas para este grupo de trabalho que é a coordenadora nacional de jovens.

A coordenadora nacional de jovens deve ajudar a expandir a atividade de jovens no resto do país, trabalhando em conjunto com as concelhias e distritais. Nesse processo, deve contribuir para a integração das pessoas que entram no partido, através da partilha de informação e incentivando a pro atividade de cada qual.

O ativismo jovem deve ser aberto, integrado e visto como parte natural da vida do partido.

SECTARISMO, O TRAVAR DA LUTA!

Alexandre Fernandes, Ana Coelho, Ana Sousa, André Ferreira, Cristiana Carvalho, Cristiana Mesquita, Diana Silva, Eduardo Couto, Miguel Ruge e Pedro Soares

Já dizia Sérgio Godinho: a gente o que tem é que estar unida, unida como as uvas estão no cacho. A história demonstra-nos que quando não há uma união dos vários pensamentos à esquerda, a direita ganha terreno.

Aqui em Portugal, o primeiro referendo relativo ao aborto é um exemplo bem claro de que uma união à esquerda é essencial para conquistar direitos. O próprio Bloco de Esquerda nasce de uma combinação de várias concepções da sociedade, mas com o mesmo ideal: alcançar o socialismo.

A CRISE CAPITALISTA:

A crise económica de 2008 abalou o mundo e aumentou as desigualdades entre exploradores e explorados. O resultado dessa mesma crise foi um verdadeiro desequilíbrio político e social. Quando o capitalismo treme, a população acaba por se radicalizar tendencialmente mais à esquerda. Porém, quando a esquerda não sabe lidar com este fenómeno, a direita e extremadireita ganham pontos.

A nível mundial houve um desleixo por parte da esquerda no contra-ataque à narrativa neoliberal usada pela direita, que se uniu com um objetivo: travar o avanço da luta socialista.

O facto da própria esquerda, em momentos onde é necessária uma ação política eficaz, não se entender entre si faz com que a mobilização das massas seja mais difícil de atingir. É necessário uma verdadeira união dos vários setores progressistas à esquerda para verdadeiras conquistas políticas.

UM PAÍS DIFERENTE:

O Bloco de Esquerda no paradigma atual tem se demarcado pela positiva ao protagonizar várias lutas que nos afetam enquanto jovens. Desde o combate à precariedade, ao fim das propinas, democratização e mais investimento na escola pública, autodeterminação de gênero, combate às alterações climáticas, fim dos recibos verdes, etc.

No entanto, o contexto de Coimbra, Aveiro e Beja não é igual ao de Lisboa e Porto. As formas de ativismo das e dos camaradas que moram nas metrópoles são totalmente diferentes das usadas por quem mora no interior. O contexto é completamente distinto, o pensamento das massas por consequência também o é. Torna-se então importante debater as oscilações culturais e ideológicas que existem no país e saber respeitar as diferentes formas de luta das e dos camaradas.

VÁRIOS TIPOS DE ATIVISMO:

Há várias formas de nos fazermos ouvir enquanto ativistas, através de distribuições de panfletos, pinturas de murais, manifestações, partilhas nas redes sociais, promoção de debates, contacto com a classe trabalhadora nas fábricas, etc.

A camaradagem passa também por respeitar as características pessoais de cada um e cada uma. Enquanto aderentes de um partido e membros de um movimento não devemos criar um ambiente tenso entre camaradas pelo facto da sua forma de ativismo ser diferente da nossa. No fundo, vestimos todxs a mesma camisola e temos todxs o mesmo objetivo. O caminho para o alcançar segundo a percepção de cada um e cada uma é que pode e deve ser diferente, incentivando assim o debate.

UNIDOS NA DIFERENÇA:

Há momentos em que é necessário colocar de parte as quezílias e perseguições pessoais, assim como o amiguismo. Façamos o que é preciso: lutar contra o preconceito, o machismo, a exploração, a homofobia, o conservadorismo, etc. Não devemos priorizar o apenas o debate entre camaradas mais próximos ideologicamente ao nosso pensamento, nem deixar de ouvir quem não concorda connosco.

Cantemos unidos a mesma canção, nós sozinhos não somos nada, juntos temos o mundo na mão!

HABITAÇÃO: CONTRIBUTO PARA A MOÇÃO

Pedro Henrique

Hoje em dia presenciamos um grande problema de Habitação. Grande parte desse problema encontra-se, devido ao sistema capitalista vigente, que se preocupa mais em lucrar com um direito que deve ser universal. A lei de Assunção Cristas aprovada no governo PSD/CDS-PP, liberalizou por completo o mercado da habitação provocando uma vaga de despejos nos centros urbanos. Com esta lei os senhorios passaram a concretizar aumentos no valor de mais de 100% do valor das rendas e muitos fizeram Bulling imobiliário para que as pessoas saíssem das suas casas, para que estas fossem transformadas em Hosteis ou em AL(alojamento local). Em Portugal falta uma oferta pública de habitação para que se possa regular a situação presente, para tal a lei Cristas deve ser revogada o quanto antes. Os problemas da habitação também se estendem aos Bairros Sociais visto que estes estão completamente degradados e com falta de manutenção, e a maioria esmagadora não tem intervenções à mais de 30 anos e as condições de acesso torna a lista de espera enorme e conduz a um "descrédito" do serviço público.

O Estado deve assegurar uma habitação digna para todos e para todas, como a Constituição assim contempla.

Para os jovens é praticamente impossível arranjar uma casa nos centros urbanos e até mesmo nas preferias, devido à especulação imobiliária que conduz a um aumento brutal dos preços das casas. Este problema na Habitação conduz a fenómenos de perda de identidade dos bairros típicos e a uma drenagem cultural, mas também afasta os mais jovens, transformando os centros urbanos em "centros hoteleiros".

Portugal precisa de uma intervenção do Estado para regular o setor e para definir melhor as estratégias neste setor que é a pedra angular dos direitos de todos nós.

TEXTO CONTRIBUTO - AMBIENTE

Pedro Henrique

As alterações climáticas são talvez a maior crise do século XVI, porém não está ser a vista como uma crise pelos governos, que nem entendem o principal provocador desta crise, ou entendem mas negam porque os interesses do grande capital sobrepõem ao bem estar do planeta e da população.

A extrema direita utiliza o fenómeno das alterações climáticas para promover o ódio, os apartheids e os genocídios. Maior parte dos grupos da extrema-direita assumem que as alterações climáticas são uma crise real e utilizam isso para promover o genocídio, o ódio e controlo de natalidade das populações empobrecidas, dizendo que o problema é que o planeta não tem recursos suficientes para toda gente. Contudo, a esquerda sabe que é mentira pois o problema não é a falta de recursos, mas sim a exploração do grande capital sobre a classe operária e sobre os recursos.

As alterações climáticas e o capitalismo são o principal desestabilizador das comunidades e sociedades humanas como da natureza, são o principal promotor das desigualdades, da degradação da viabilidade dos territórios, das migrações em massa, dos fenómenos climáticos extremos, da redução da disponibilidade de matérias-primas. Com isto, observamos a irresponsabilidade e despreocupação na resolução do problema e na profunda crise que estamos mergulhados, onde as desigualdades são imensas.

Se o problema das alterações climáticas não for uma prioridade governamental principalmente pelos partidos da esquerda vamos aumentar esta crise social, vamos aumentar a taxa de desemprego, como também irá devastar famílias e territórios.

Estamos perante uma mudança radical governamental ou a extinção do ser humano. Isto só é possível, reestruturando a nossa economia e a sociedade de forma estrutural conseguiremos mais rapidamente fazer uma transição energética, deixando os combustíveis fósseis de lado e começando a utilizar alternativas ecológicas e sustentáveis que promovam a igualdade global, porque toda a luta pela justiça climática é uma luta interseccional e principalmente anticapitalista com consciência de classe.

Para lutar contra a inação governamental é necessário a intervenção estudantil e juvenil, afirmar que capitalismo e os governos neoliberais têm inumeras falhas e que só alterando todo o sistema económico, geopolítico e social podemos entrar na plena paz arranjando soluções sustentáveis e socialmente justas.

O FABULOSO DESTINO DO TRABALHO PRECÁRIO

Sara Azul Santos

Se é inegável a condição de vida das pessoas nos últimos anos, após a nuvem negra da austeridade, se os números do desemprego começam finalmente a descer, é também inegável que o sistema neoliberal em que vivemos destrói aos poucos o Estado Social e tem erguido, ao seu redor, uma sociedade meritocrática onde trabalhar é um luxo, não interessando as condições a que o trabalhador é sujeito a nível diário.

A flexibilidade do mercado de trabalho foi inventada para alimentar o lucro e a ganância do patronato, às custas do trabalhador explorado, sendo que a maior parte dos jovens empregados, se depare com trabalhos considerados precários. Ser precário não é só ter contratos a prazo, ou trabalhar a falsos recibos verdes, é também trabalhar sem horário fixo. Ser precário é não ter condições de trabalho. Ser precário é não ter tempo para a vida pessoal, é trabalhar para viver e viver para trabalhar.

Precariedade é também assinar contrato com empresas intermediárias (outsourcing) e ver roubada parte do seu salário, já que os abutres da "externalização de serviços" tudo comem. Uma vez acorrentados pelos contratos a prazo e pelos regimes probatórios destas empresas, é extremamente difícil para um jovem conseguir sair deste círculo. O que é suposto ser uma situação provisória até "encontrar algo melhor" ou "algo na sua área de estudo", perpetua-se no tempo, havendo uma frustração constante e doenças mentais associadas a estes fatores.

É uma certeza também que os jovens até aos 30 anos entram mais tarde no mercado de trabalho e que com os seus contratos instáveis e precários, falsos recibos verdes, ou trabalho ilegal, não é possível construir uma vida independente do seu agregado familiar. Grosso modo, estes jovens auferem, por mês, entre 600 e 900 euros. Com o aumento do custo de vida, os preços astronómicos da habitação e o custo de apenas permanecer vivo, não chega para quase nada. Se somarmos a isto a rotatividade de horários (por vezes, de semana em semana!), a falta de intervalos dignos,

a inexistência de seguros de saúde (muitas vezes obrigando estes trabalhadores a permanecer na empresa por mais do que três meses até terem direito ao mesmo) e os supostos "incentivos monetários por objectivos" que servem não para motivar o trabalhador, mas para lhe adicionar uma pressão extra.

Se os esforços do Bloco de Esquerda neste campo têm sido exemplares, dando como exemplo as várias tentativas de regulamentação do sector dos Call Centers e da imposição de redução de tempo em linha, bem como o aumento do tempo de intervalo entre chamadas, muito ainda falta fazer para que as condições destes trabalhadores sejamdignas. É na unidade destes trabalhadores, perante uma causa comum que reside o motor da mudança do paradigma que hoje vivemos.

Infelizmente, nem sempre os sindicatos têm tido a capacidade e vontade política para organizar estes precários, muito por falta de reconhecimento dos seus direitos enquanto trabalhadores e num medo de represálias por lutar por melhores condições de trabalho, dada a sua precária situação. É certo que existem algumas tentativas de agregar estes trabalhadores, seja em movimentos como os dos precários, seja em sindicatos como é disso exemplo o sindicato dos Call Centers. Será,no entanto, isto suficiente para agregar estes trabalhadores em torno de uma causa comum?

Não devemos excluir os sindicatos, nem deixar de os utilizar como arma. Porém, é urgente pensar novas formas de apelar a estes trabalhadores e às massas mais jovens.

No que ao Bloco de Esquerda diz respeito, creio ser urgente uma ligação mais estreita entre a Coordenadora Nacional de Jovens e a Coordenadora Nacional do Trabalho, de modo a criar soluções conjuntas que dêem respostas imediatas e fomentem o activismo no sector do trabalho.

MOVIMENTO LGBT+ EM TRÁS-OS-MONTES E DOURO -JOVENS DO BLOCO

Sara Canteiro

O movimento LGBT+ em terras de Trás-os-Montes e Douro, tem ainda um longo caminho a percorrer e é importante que estes projetos, coletivos e movimentos tenham forma de sobreviver e resistir.

É urgente que após as primeiras "pedras partidas", não se retroceda neste processo que é demorado e delicado.

A primeira miragem de ativismo LGBT+ nasceu em Vila Real, por parte de algumas pessoas que formaram a Catarse- movimento social. Que organizou entre outras marchas, palestras e atividades, a 1ª Marcha LGBT+ que aconteceu a 27 de Maio de 2017, tendo sido a primeira no interior norte do país.

O ano de 2017 ficou marcado como o ano de viragem, naquilo que viria a ser o movimento LGBT+ transmontano. Foi o ano do "click". Em Março desse mesmo ano, nasce também o grupo LGBT do Intituto Politécnico de Bragança, que mais tarde mudou o nome para Movimento LGBTIQ de Bragança.

Vila Real e Bragança são duas cidades, que necessitam na urgência destes movimentos, deste ativismo. São duas cidades castigadas pela desertificação do interior e pelo centralismo. São duas cidades universitárias, onde, tanto a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), como o Instituto Politécnico de Bragança (IPB), devem ter um papel importante na inclusão destes movimentos no meio académico, junto dos alunos, pessoal docente e não docente na promoção da igualdade e não-discriminação. O seu contributo é muito importante para a formação dos seus alunos, como pessoas e como cidadãos. Assim como, a UTAD e o IPB, devem também as respectivas associações académicas, mobilizarem-se para transmitir uma mensagem inclusiva e demonstrar que nem só de copos vive a academia.

Com dois anos passados desde a primeira marcha em Terras de Trás-os-Montes e Douro, contamos já com duas marchas LGBT em Vila Real, estando nós a organizar a terceira para o dia 2 de junho do corrente ano, e com a segunda marcha LGBT de Bragança, dia 11 de Maio.

A inclusão e a não-discriminação estão longe de estar enraizadas no interior norte. Apesar das marchas, das palestras e atividades realizadas até agora, há muito trabalho por desenvolver. Por muito que queiramos acreditar que estes movimentos têm vindo a mudar mentalidades, o que é um facto e têm mudado, todos os dias aparecem-nos mais provas de que este é ainda um longo, muito longo, caminho a percorrer.

As leis mudam a forma como a sociedade deve encarar aquilo que é diferente do padrão, mas a mentalidade das pessoas não muda por decreto. É preciso desconstruir falsas ideias, falsos estigmas, falsas crenças relativamente aos movimentos de libertação e não-discriminação. É preciso trabalhar junto das populações para que as mentalidades mais conservadoras possam olhar e respeitar aquilo que é diferente de si e de todos

A força do movimento deve incidir sobre as questões da identidade, da igualdade e da não-discriminação, em prol de uma sociedade inclusiva, livre de (pré) conceitos erráticos sobre as questões LGBT+.

Consideramos ainda mais importante, chegarmos às crianças e aos jovens. Pois estes estão mais recetivos e abertos para a desconstrução que é necessária fazer, para que a nossa sociedade evolua de forma igualitária e inclusiva.

Precisamos ensinar às nossas crianças e jovens o respeito, a tolerância ao que é diferente de si. Seja religião, seja orientação sexual ou identidade de género.

Só no caminho do respeito pela diferença do outro, pela educação e cultura, é que conseguiremos resultados relevantes para esta mudança de mentalidades, tão necessária. Por isso, além da necessidade de formarmos as instituições do Estado, pública ou privada, além de formarmos professores, médicos, psicólogos, agentes da PSP e GNR, é necessário implementar estas temáticas nas escolas, implementadas por quem tenha formação na área e esteja apto para lidar com crianças e jovens.

Só assim, dando-lhes ferramentas para se autodesconstruirem e terem um sentido critico, é que a nossa sociedade, e as nossas cidades, podem ser cidades melhores e mais inclusivas para todxs.

GAME OF (OIL) THRONES

Sofia Nunes

Hay que ser radicales... Porque tenemos que ir a nuestras propias raíces, radicales. Esa palabra la han satanizado: "ah, este es un radical", y la han asimilado como el "loco", no, no, radical no es loco, yo soy un radical, radical, vamos a ser radicales, radicales en nuestros principios, bien enraizados, de ahí viene la palabra, de la raíz: radical, radicalmente revolucionario! Radicalmente humanista! Radicalmente comprometidos con la vida y con los pueblos! Cada día más radicales!

2 de fevereiro de 1999. 24 de março de 2007. Datas determinantes na vida do povo venezuelano. Uma marca a chegada de Hugo Chávez, a outra a formação do PSUV – o Partido Socialista Unido da Venezuela.

A eleição de Chávez abriu portas à Revolução Bolivariana. Um processo que levaria à formação de uma coligação latino-americana, anti-imperialista, cujos objetivos são a implementação de uma democracia participativa, a distribuição equitativa de recursos naturais, a eliminação da corrupção, a redistruibção da riqueza, entre outros.

No início da década de 2000, quando os preços do petróleo subiram, a Venezuela obteve fundos que não se viam desde o colapso de 1980, o que levou a que Chávez nacionalizasse as companhias de petróleo, de modo a ter fundos para financiar as missões bolivarianas.

A missões bolivarianas levadas a cabo por Chávez, tais como, a Barrio Adentro, a Habitat, a Mercal, foram ferramentas da Revolução, no sentido em que melhoraram as condições de habitação, de saúde, de educação, entre tantas outras. No fundo, foram ferramentas para melhorar a condição de vida do povo venezuelano e proceder à distribuição da riqueza.

A economia venezuelana cresceu exponencialmente, e as taxas de desemprego, pobreza e extrema pobreza desceram em quase 50%. Internacionalmente, o governo de Chávez usou os fundos petrolíferos para conseguir autonomia dos Estados Unidos e promover a

integração económica com outros países da América Latina.

Após o falecimento de Chávez, foram convocadas novas eleições - a 14 de Abril de 2013 foi eleito, democraticamente com 50.6% do total de votos do eleitorado, Nicolás Maduro, que já desempenhava o papel de presidente substituto ao ser vice-presidente. Dado as eleições presidenciais ocorrerem de 6 em 6 anos, e sendo esta extraordinária dado o falecimento de Hugo Chávez, ocorreram novamente eleições, a 20 de Maio de 2018. Estas ocorrem no seio de um ambiente extremamente divergente às de 2013 que a crise petrolífera fomentou. A abstenção da maioria do eleitorado venezuelano não ditou de todo que o chavismo fosse derrubado - Maduro foi reeleito com 67% dos votos, enquanto que o candidato da oposição Henri Falcón (fundador do partido Avançada Progressista - sim há oposição numa ditadura) somou 21% dos votos.

Internacionalmente e pela oposição à república socialista bolivariana, as eleições eram consideradas fraudelentas. O grupo de Lima, criado em 2017, já há muito que declarava a sua oposição. Coligados com chanceleres de 14 países, estes pretendem averiguar a democracia bolivariana, embora contendo dois páises abertamente antidemocráticos ou com traços de extrema direita, à qual denunciam a falta de eleições

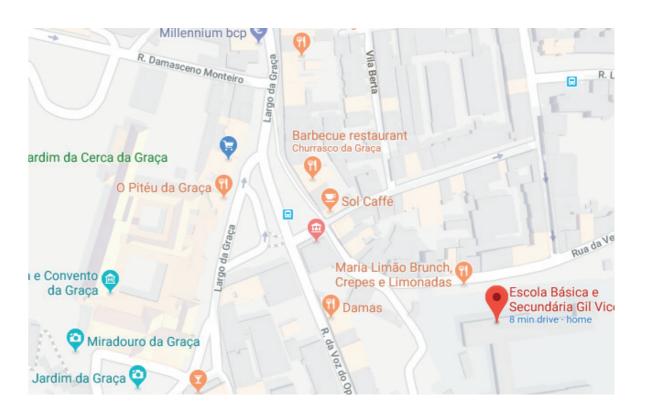
livres e a existência de presos políticos. Curiosamente, os Estados Unidos não pertencem formalmente ao grupo - no entanto marcam presença nas reuniões.

Tomando posse em janeiro já deste ano, afinal surge um novo presidente. Juan Guaidó autoproclama-se presidente a 23 de Janeiro. Prontamente, tanto o Grupo de Lima, como os Estados Unidos, União Europeia, Israel (entre outros) legitimam a sua ascensão ao poder. Ascensão esta, prezada pela "democracia" do Grupo de Lima, que não foi correspondida em nenhuma eleição nem tão pouco seria possível

o Supremo Tribunal considerar inválida a junta parlamentar da Assembleia Nacional (ou seja, em outros termos, o PSUV) e anular todos os atos aprovados desde 5 de janeiro se não tivesse este apoio.

Com todos os ataques cibernéticos (cortes de eletricidade) e a divulgação de fake news (como o encerramento de pontes para não receber ajuda humanitária, ou a divulgação de que a oposição é exponencialmente maior), é necessário prestarmos apoio a Maduro e não cairmos em falácias de pedirmos novas eleições, retirando a legitimidade ao povo venezuelano e às eleições de 2018.

INFORMAÇÕES ÚTEIS



Deves levar saco-cama e colchonete para as dormidas no ginásio.

Existem balneários com água quente, mas tens que levar toalha e restantes utensílios.

Refeições na cantina (existe opção convencional e vegana):

15€ - 4 REFEIÇÕES (JANTAR DE SEXTA, ALMOÇO E JANTAR DE SÁBADO E ALMOÇO DE DOMINGO) + 2 PEQUENOS-ALMOÇOS (SÁBADO E DOMINGO)

3.5€ - CADA REFEIÇÃO SEPARADAMENTE



ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GIL VICENTE, LISBOA